

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Mestrado**



Dissertação de Mestrado

**Imaginários da insegurança:**

Segurança privada e vida cotidiana nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS.

**Alejandro R. Maldonado Fermín**

Pelotas, 2018

**Alejandro R. Maldonado Fermín**

**Imaginários da insegurança:**

Segurança privada e vida cotidiana nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Thereza Rosa Ribeiro

Pelotas, 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

M244i Maldonado Fermín, Alejandro R.

Imaginários da insegurança : segurança privada e vida cotidiana nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS / Alejandro R. Maldonado Fermín ; Maria Thereza Rosa Ribeiro, orientadora. — Pelotas, 2018.

142 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Imaginários sociais. 2. Insegurança. 3. Vida cotidiana. 4. Sociabilidade. 5. Segurança privada. I. Ribeiro, Maria Thereza Rosa, orient. II. Título.

CDD : 307.76

Alejandro Rafael Maldonado Fermín

Imaginários da insegurança: segurança privada e vida cotidiana nas cidades de  
Pelotas e Rio Grande-RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em  
Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal  
de Pelotas.

Data da Defesa: 21 de fevereiro de 2018.

Banca examinadora:

*Maria Thereza Rosa Ribeiro*  
Profa. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro (Orientadora), Doutora em Sociologia pela  
Universidade de São Paulo.

*Camila Farias*  
Profa. Dra. Camila Peixoto Farias, Doutora em Teoria Psicanalítica pela  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*Sidney Gonçalves Vieira*  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual  
Paulista.

*William Héctor Gómez Soto*  
Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto, Doutor em Sociologia pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

A Daisy, pela sua inesgotável paciência e amor.  
A Rosa, pela liberdade e motivação.  
A Padrino, por acreditar e pela parceria e apoio.

## **Agradecimentos**

Ao Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação – PAEC da Organização de Estados Americanos – OEA e ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras – GCUB por ter me escolhido na chamada de bolsas desse programa do ano 2016 (Bolsas Brasil – PAEC – OEA – GCUB), para cursar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio recebido mediante o usufruto da Bolsa de Mestrado do Programa Demanda Social entre março 2016 e fevereiro 2018.

Aos membros do corpo docente do PPGS e aos meus colegas, com os quais mantive inúmeros, frequentes e estimulantes diálogos sobre minha pesquisa que me ajudaram a (re)pensar muitas das questões aqui expostas. Menção especial tem a comunicação mantida nas orientações com a Profa. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro, pois ela foi chave para o desenvolvimento da pesquisa ao longo dos últimos dois anos.

Aos meus informantes, em Pelotas e Rio Grande, que de forma gentil e generosa aportaram dados, informações, visões, opiniões e críticas à minha pesquisa. Por isso, fico não apenas grato, mas em dívida com Aldo, Carla, Cíntia, José, Marco, Moisés, Rodrigo e Victor.

A Bruna Almeida por seu incondicional apoio nas minhas incursões na cidade de Rio Grande.

A Elaine Leite e Átila Barbosa pela amizade e carinho, pelo apoio, compreensão e motivação ao longo deste percurso.

A Marcus Spolle pela amizade e motivação, bem como pelo apoio oferecido para o trabalho de campo no Cassino e na própria cidade de Rio Grande.

A Joseane Almeida e a Cassius Baumgarten, conhecedores de Pelotas, que foram interlocutores iniciais importantes para o processo de definição da pesquisa.

Afinal, minha gratidão a todas essas pessoas que leram ou escutaram as diversas versões desta pesquisa, que me deram os seus pontos de vista, que criticaram e que me facilitaram recursos de todo tipo. Todos os aportes valiosos, que sem dúvidas ajudaram a chegar ao que aqui apresento, mas eu sou o único responsável pelos erros, inexatidões e imprecisões que possa haver nas páginas seguintes.

## **Resumo**

Esta dissertação aborda a relação entre os *imaginários da insegurança* e as transformações da vida cotidiana e na paisagem urbana nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS. Valendo-se de uma abordagem qualitativa que se enquadra no denominado desenho de estudo de caso e combinando diversas estratégias e técnicas de coleta de dados desde uma perspectiva etnográfica – observação sistemática, questionário e entrevistas não estruturadas –, esta pesquisa analisa as ressignificações dos imaginários sociais que advêm da cultura do medo e da vigilância para dar conta, por um lado, das mudanças na cotidianidade e, consequentemente, na sociabilidade naquelas cidades; e, por outro, da incorporação de *dispositivos de securitização* na paisagem urbana. Essas transformações acontecem no âmbito da segurança privada, que reflete e estrutura as significações que compõem os imaginários, a partir das valorações e as moralidades que acompanham a dinâmica de consumo desses dispositivos, como estratégia da qual se valem os indivíduos para se proteger e cuidar. Por fim, oferece considerações que, partindo de um enfoque centrado nas expressões simbólicas e materiais observadas nas cidades de Pelotas e Rio Grande, servem para teorizar e deixar abertas perguntas sobre a questão da insegurança e da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** imaginários sociais; insegurança; vida cotidiana; sociabilidade; segurança privada.

## **Abstract**

This dissertation approaches the relationship between *insecurity imaginaries* and transformations of everyday life and the urban landscape in the cities of Pelotas and Rio Grande - RS. Using a qualitative approach that fits the so-called case study design and combines several strategies and techniques of data collection from an ethnographic perspective, e.g. systematic observation, questionnaire and unstructured interviews, this research analyzes the re-significances of social imaginaries that come from the culture of fear and surveillance to account, on the one hand, of the changes in daily life and, consequently, in the sociability in those cities; and, on the other hand, the incorporation of *securitization dispositives* into the urban landscape. These transformations take place within the scope of private security that reflects, at the same time as it structures the meanings that make up the imaginaries, based on the valuations and moralities that accompany the consumption dynamics of these dispositives, as a strategy that individuals use to protect themselves and take care. Finally, it offers considerations that based on a focus centered on the symbolic and material expressions observed in the cities of Pelotas and Rio Grande, serve to theorize and leave open questions about the issue of insecurity and contemporary society.

**Key words:** social imaginaries; insecurity; everyday life; sociability; private security.

## Lista de Figuras

Figura 1	Nuvem de palavras dos destaques nas conversas sobre a questão da insegurança - caso Pelotas, 2017.....	74
Figura 2	Nuvem de palavras dos destaques nas conversas sobre a questão da insegurança - caso Rio Grande, 2017.....	74
Figura 3	Nuvem de palavras dos destaques nas conversas sobre a questão da insegurança - combinação das respostas de Pelotas e Rio Grande, 2017.....	75
Figura 4	Fotografia de placas da empresa S.I.N.A.I, avenida Rio Grande, Cassino - RS.....	82
Figura 5	Fotografia de cartaz da empresa S.I.N.A.I, avenida Rio Grande, Cassino - RS. Fonte: Fotografia própria, março, 2017.....	82
Figura 6	Fotografia de placas de empresas de segurança, loja vizinha à do Rogério dos Santos, avenida Rio Grande, Cassino - RS.....	82
Figura 7	Fotografia da fachada de uma casa na rua Barroso, Centro, Pelotas - RS.....	92
Figura 8	Fotografia da sacada de apartamento num 1º andar, rua Santa Cruz, Centro, Pelotas - RS.....	96
Figura 9	Fotografia da fachada de casa no Fragata, Pelotas – RS.....	96
Figura 10	Fotografia da fachada de uma casa no Centro, Rio Grande - RS. Fonte: Fotografia própria, outubro, 2017.....	96
Figura 11	Fotografia da fachada de uma casa, Cidade Nova, Rio Grande - RS.....	96
Figura 12	Fotografia da fachada de uma casa no Centro, perto da Rodoviária, Rio Grande - RS.....	96
Figura 13	Fotografia de louça de assinante da antiga Guarda Noturna, casa no Centro, Rio Grande - RS.....	98
Figura 14	Fotografia de adesivos de prestação de serviços de segurança privada, colados na fachada de uma casa, Centro, Rio Grande - RS.....	98
Figura 15	Fotografia de placa de antigo prestador de serviço de segurança privada em casa na Cidade Nova, Rio Grande - RS.....	98

Figura 16	Fotografia de adesivo em portão da garagem de casa no Centro, próxima ao Porto, Pelotas - RS.....	99
Figura 17	Fotografia de adesivo de guarda noturna e vigilância em garagem de casa no Centro, próxima ao Porto, Pelotas - RS.....	99
Figura 18	Fotografia de placa e adesivo de prestadores de serviços em casa próxima ao Porto, Centro, Pelotas - RS.....	99
Figura 19	Fotografia de adesivo em janela de casa no Centro, próxima à avenida Bento Gonçalves, Pelotas - RS.....	100
Figura 20	Fotografia de adesivo em janela de local comercial no Centro, próximo à Santa Casa, Pelotas - RS.....	100
Figura 21	Fotografia de adesivo em janela de local comercial abandonado no Centro, próximo à Estação Férrea, Pelotas - RS.....	100
Figura 22	Fotografia de placa em fachada de loja localizada no Calçadão, Centro, Pelotas - RS.....	101
Figura 23	Fotografia de placa em fachada de restaurante no Centro, Pelotas - RS.....	101
Figura 24	Fotografia de placa em fachada de pet shop, Centro, Pelotas – RS.....	101
Figura 25	Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Rio Grande - RS.....	109
Figura 26	Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Rio Grande - RS.....	109
Figura 27	Fotografia de placa em fachada de escola, Cidade Nova, Rio Grande - RS.....	109
Figura 28	Fotografia de adesivo em janela de casa, Centro, Pelotas - RS.....	109
Figura 29	Fotografia de adesivo em janela de casa, Centro, Pelotas - RS.....	109
Figura 30	Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Pelotas - RS.....	109
Figura 31	Fotografia de placa e de adesivo em janela de restaurante, Centro, Pelotas - RS.....	109
Figura 32	Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Rio	
		112

	Grande - RS.....	
Figura 33	Fotografia de adesivos em janela e fachada de loja, Centro, Rio Grande - RS.....	112
Figura 34	Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS.....	114
Figura 35	Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS.....	114
Figura 36	Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS.....	114
Figura 37	Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS.....	114
Figura 38	Fotografia de placa em janela gradeada, casa no Centro, Pelotas - RS.....	115
Figura 39	Fotografia de placa em grade, casa no Centro, Pelotas - RS.....	115
Figura 40	Fotografia de placa da NASF, Centro, Pelotas - RS.....	115
Figura 41	Fotografia de placas da NASF em fachadas de locais no Centro, Pelotas - RS.....	115
Figura 42	Fotografia de placas em fachadas de lojas no Centro, Pelotas – RS.....	118
Figura 43	Fotografia de placas em fachada de local no Centro, Pelotas – RS.....	118
Figura 44	Fotografia de circular informando sobre a contratação de serviço de segurança privada, condomínio residencial no Centro, Pelotas - RS.....	120
Figura 45	Fotografia de outdoor na via de acesso ao Cassino, Rio Grande - RS.....	121

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Homicídios dolosos, furtos e roubos no RS, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande – anos 2013, 2014, 2015 e 2016 – valores absolutos e relativos.....	60
Tabela 2	Taxa de homicídio por cada 100 mil habitantes do RS e dos municípios de Pelotas e Rio Grande – anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.....	62
Tabela 3	Associações de ideias aos termos insegurança e segurança – casos Pelotas e Rio Grande, 2017.....	62
Tabela 4	Agrupamentos de sentido referidos aos termos insegurança e segurança, casos Pelotas e Rio Grande, 2017.....	65
Tabela 5	Formas de informar-se sobre a questão da insegurança por grupo de idade, casos Pelotas e Rio Grande, 2017.....	79
Tabela 6	Mudanças no dia a dia devido à questão da insegurança, casos Pelotas e Rio Grande, 2017.....	83
Tabela 7	Descrição da situação atual das pessoas no que diz respeito à insegurança depois de incorporar mudanças no seu dia a dia, casos Pelotas e Rio Grande, 2017.....	88
Tabela 8	Número de empresas registradas no GSVG para julho e novembro 2017 e janeiro 2018. Total para RS e para as cidades de Pelotas e Rio Grande.....	107

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
AUSUL	Aglomeração Urbana do Sul.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
CFTV	Círculo Fechado de Televisão.
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
FURG	Universidade Federal de Rio Grande.
GSVS	Grupamento de Supervisão de Vigilâncias e Guardas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
PAR	Programa de Arrendamento Residencial.
RS	Rio Grande do Sul.
SSP/RS	Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul.
UFPel	Universidade Federal de Pelotas.

## Sumário

<b>1 Introdução.....</b>	15
1.1 A insegurança e os imaginários sociais .....	17
1.2 Cultura do medo e da vigilância .....	30
1.3 Segurança privada .....	39
1.4 Vida cotidiana .....	41
<b>2 Reflexões sobre o método.....</b>	49
2.1 A opção qualitativa para pesquisar lógicas culturais .....	50
2.2 Combinando técnicas na abordagem do problema .....	51
2.3 O contexto das cidades de Pelotas e Rio Grande.....	59
<b>3 Segurança e insegurança: duas faces de um mesmo problema .....</b>	64
3.1 As significações “liberdade” e “tranquilidade” como pontais da segurança.....	68
3.2 Insegurança como impunidade. ....	72
3.3 Os “bodes expiatórios” da insegurança .....	75
3.4 A luta por uma cotidianidade mais segura.....	77
<b>4 Sociabilidades do medo: mudanças na vida cotidiana.....</b>	85
4.1 O medo como justificativa e valoração.....	87
4.2 Paisagens transformadas pelo medo e pela vigilância.....	95
<b>5 Proteção e cuidado: consumo de segurança privada .....</b>	103
5.1 Os prestadores de serviços de segurança privada .....	104
5.2 Os consumidores de segurança .....	116
<b>6 Considerações finais .....</b>	122
<b>Referências .....</b>	128
<b>Apêndices .....</b>	134

## **1 Introdução**

Esta pesquisa trata da questão da insegurança compreendida como chave interpretativa para indagar a cultura do medo e da vigilância, a partir da qual a sociedade contemporânea está gerando novas formas de sociabilidade. Essa sociabilidade está guiada por um conjunto de imaginários sociais, nos quais medo, vigilância, violência e risco são palavras-chave que orientam a definição da vida cotidiana e da paisagem urbana. Neste ponto tem emergido um âmbito que *mediatiza* essas transformações e que serve para explicá-las – o âmbito da segurança privada, que ao nutrir-se daqueles imaginários e conseguir ler as significações que advém da cultura do medo e da vigilância, coloca-se como o mediador pela via da oferta e demanda de produtos e serviços, de *dispositivos de securitização*.

Ao longo destas páginas, partindo da premissa de que a *insegurança* é uma noção – ampla e ambígua – de múltiplas significações, ofereço respostas à pergunta de quais as mudanças que estão acontecendo na nossa sociedade, especialmente no que diz respeito à vida cotidiana. Isso supõe que os indivíduos estão valendo-se dessa noção para ressignificar as relações sociais: família, trabalho, estudo, vizinhança, amizades, lazer. Nas partes subsequentes, afirmo que a insegurança é uma construção *intersubjetiva* que permite explicar atitudes e comportamentos nas cidades de Pelotas e Rio Grande – cidades nas quais realizei o trabalho de campo que alimenta esta análise. Mesmo que dita construção não seja exclusiva dessas localidades, isto é, que sua configuração obedeça a elementos particulares dessas cidades, ela adquire características definidas devido ao seu atrelamento aos imaginários da insegurança, produzindo, assim, *culturas locais da segurança*, como diz Kessler (2014) ou *zonas de conforto* (BALLARD, 2014), como estratégias para

conter a insegurança e que passam a serem expressadas e ressignificadas nas práticas cotidianas e na paisagem urbana.

Nesta análise, Pelotas e Rio Grande são apenas as cidades que operam como os cenários nos quais podem observar-se as mudanças e ressignificações dos imaginários da insegurança; e que foram escolhidas para concentrar o trabalho de campo, não com o intuito de fazer generalizações – na medida em que esta pesquisa não é do tipo quantitativo, nem se encaixa no paradigma positivista hipotético-dedutivo – mas de “fazê-las nos falar” sobre a questão da insegurança através, tanto das suas paisagens urbanas e seus objetos nelas incorporados quanto das significações manifestadas por alguns indivíduos que nessas cidades vivem o seu dia a dia. E, como mostrarei ao decorrer desta dissertação, as informações coletadas em Pelotas e Rio Grande permitem responder as perguntas sobre como se expressa a cultura do medo e da vigilância, situando-a na fronteira da configuração cultural geral, ou seja, fazendo-a parte dos traços culturais ocidentais contemporâneos, e não apenas dos brasileiros.

As reflexões que acompanham o desenvolvimento das partes que compõem este texto estão em sintonia com o proposto por Furedi (2002[1997])<sup>1</sup>, primeiramente, e logo por Glassner (1999, 2004), que consideram o medo, o fundamento da sociedade ocidental, ao passo que analisam o devir das sociedades anglo-saxônicas. Trata-se do medo *normalizado*, indissociável das noções de risco e vigilância (FUREDI, 2002), que tem uma materialidade, seja pela via de normas e formas de segregação socioespacial. Elementos esses que são analisados por Caldeira (2000) a partir da ideia do *muro*, ou com a ênfase que coloca Reguillo (2000, 2008) em um medo experimentado individualmente, socialmente construído e culturalmente dividido, com, ademais, uma forte potência política na definição da cotidianidade.

Por sua vez, o âmbito da segurança privada é foco do estudo, uma vez que é através dele que podem enxergar-se as *materialidades* dos imaginários da insegurança, particularmente perante a constituição de um mercado onde a *proteção da vida e do patrimônio* passa a ter uma *valoração*, que é precificada e avaliada não apenas como *dispositivos*, mas também como *moralidades*, o que permitiu

---

<sup>1</sup> O livro de Frank Furedi foi originalmente publicado em 1997, daí que seja anterior ao livro de Glassner (1999). No entanto, Furedi fez uma revisão do seu livro após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, saindo a nova edição no ano 2002. A versão à que tive acesso foi essa de 2002.

responder à questão de como a sociabilidade contemporânea está sujeitada a essa cultura do medo e da vigilância.

Essas moralidades, como argumenta Heller (1994), são os sinais do peso do agir *certo* e *correto* que, uma vez incorporados na nossa vida cotidiana, contribuem na reprodução das práticas sociais. Elas são construções que vão sendo ressignificadas socialmente pelos indivíduos de uma determinada sociedade, mas que, ao mesmo tempo, vão impondo lógicas de pensar e agir na medida em que se queira ter uma vida cotidiana bem sucedida. Quer dizer, a vida cotidiana é uma valoração permanente das práticas próprias e de outrem, é uma *avaliação* que dá conta daquilo que “vale a pena” fazer ou não, ao mesmo tempo em que delinea limites para as práticas cotidianas. Neste texto, então, ofereço respostas – mesmo tentativas – para identificar as características dessa cotidianidade como expressão das valorações e ressignificações dos imaginários da insegurança.

Como explicarei na parte 2 deste texto, as respostas a essas questões foram produzidas a partir de uma inserção no campo comprometida com obter elementos suficientemente informados sobre as lógicas e padrões culturais que deram conta dos *sentidos* e as *significações* em jogo na sociabilidade e na cotidianidade contemporâneas. Ou seja, não parto da ideia de que se está diante um fenômeno novo, pois as estratégias – individuais e coletivas – para a proteção da vida e do patrimônio são mesmo antigas, mas que dada essa configuração cultural mais geral que relatam os autores como Furedi, Glassner ou Reguillo, a análise das expressões particulares torna-se fundamental e é o que fiz trabalhando as reconfigurações acenadas em Pelotas e Rio Grande das mudanças na sociabilidade. No entanto, é preciso explicar antes os pontos de partida que conformam a base da análise que lerão a seguir.

## **1.1 A insegurança e os imaginários sociais**

É difícil pensar a insegurança sem pensar na segurança, isto é, ambos os termos são um par analítico, na medida em que cada um deles representa o limite do outro. Contudo, existem outros problemas nessa relação, pois, ao pensarmos na segurança, é possível identificar elementos “objetivos” para defini-la e que expressam magnitudes vinculadas, por exemplo, à ação dos órgãos encarregados de garantir-la – polícia, brigada militar, guarda municipal. Mas também, remete a um

conjunto de instituições e corpos legais que, nas ciências sociais, vê-se como um âmbito que é – deve seguir sendo – monopolizado pelo Estado, portanto, trata-se da segurança pública, geralmente sob o amparo constitucional e a administração dos governos. Não é à toa que existe uma profusa literatura nesse campo que analisa os desdobramentos da questão segurança-insegurança sob um olhar que coloca o Estado como parte tanto do problema quanto da solução, sempre procurando quantificar, quer dizer, *objetivar* essa relação.

Por outro lado, no entanto, no que tange à insegurança, nos deparamos mais com uma questão de percepção, de sensação, ou seja, mais relativa ao mundo do “subjetivo”, que passa a ter uma objetivação no mundo, e que é difícil de medir, de dizer quando exatamente começa ou termina esse limiar entre o seguro e o inseguro. Giddens (1991) aborda essas questões partindo da noção de *confiança*, que é chave para caracterizar a Modernidade, colocando a busca incessante dos indivíduos pela segurança ontológica, como expressão de um “sentimento de continuidade das coisas e pessoas”, daí que a “segurança ontológica e a rotina estão intimamente vinculadas, através da influência difusa do hábito” (p. 89). Destarte, a *insegurança* torna-se difusa e estreitamente vinculada à perda – mesmo que remota – do bem-estar individual e coletivo.

Assim, no que diz respeito aos imaginários sociais da insegurança, segundo Lorenc Valcarce (2014), esta noção é uma categoria “[...] utilizada para explicar tudo e justificar tudo”, permitindo “às pessoas darem sentido a sua vida diária”, constituindo, pela sua vez, “o fundamento e a racionalização da mudança das suas práticas. Não sair à noite, evitar determinados lugares ou escolher uma moradia determinada pelo temor à insegurança passaram a ser fatos corriqueiros” (p. 20, tradução nossa).

Pode pensar-se a ideia de insegurança como um conjunto de sentimentos, emoções, percepções, regido pelo medo e advindo, ou não, de experiências próprias, que podem ou não ter acontecido naqueles locais onde transcorre a vida cotidiana de uma pessoa, mas que, em conjunto, fornecem ao indivíduo um marco de referência para *avaliar*, para *valorar* situações, para *calcular* riscos potenciais tanto para a sua própria integridade pessoal e familiar quanto para seu patrimônio: “As ações e representações dos grupos sociais inscrevem-se, assim, cada vez mais em uma experiência do mundo na qual a insegurança ocupa um lugar central” (LORENC VALCARCE, 2014, p. 20, tradução nossa).

Destarte, a *insegurança*, como categoria do imaginário social, torna-se difícil de ser medida em termos objetivos, porém, não significa que ela seja pouco relevante. Pelo contrário, por ser uma *construção intersubjetiva* cuja fonte é a realidade, a partir das experiências vividas por si mesmo e por outrem, ela encontra-se em permanente ressignificação graças à ocorrência de fatos que geram novos conteúdos, mesmo se eles aconteceram noutras contextos e/ou foram vivenciados por outras pessoas.

A *insegurança* é, também, um *senso comum*, reproduzido pelos indivíduos, que é dificilmente contestado, no sentido de sofrer questionamentos que levem à reflexão sobre os seus conteúdos, mas que também estabelece os limites para a ação. Gramsci (1980) afirmava que o senso comum era uma espécie de “filosofia dos não filósofos” para indicar que os indivíduos, na sua cotidianidade, cumpriam a “função de intelectuais” reproduzindo ideias que impregnavam as práticas concretas de um modo acrítico, pois essas ideias constituíam a visão de mundo dominante. A esse respeito, anota Lopes (1995, p. 40):

Esta filosofia, situada ao nível do inconsciente, do pensamento desagregado e ocasional, é apenas uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente ao homem pelo ambiente exterior, a qual ele aceita subalterna e passivamente e da qual partilha, no pensar e no agir acrítico, num determinado grupo social.

Nesse sentido, Mari e Grade (2012, p. 40) comentam:

Gramsci considera o senso comum um complexo de materialismo, dogmatismo e incoerência. O *materialismo* é o produto imediato da sensação bruta, percepção apenas das aparências dos fatos; é *dogmatismo* enquanto é ávido de certezas peremptórias, tendo a lógica formal como sua expressão; é *incoerente* enquanto se assenta em uma mente infantil, constante através da história (incoerência sub-histórica) e na mentalidade de determinada civilização (incoerência histórica) (grifos dos autores).

Talvez o mais significativo de pensar a questão da insegurança nestes termos é que podemos analisar “[...] como se constroem certas *formas* e *elementos específicos* de sentido comum que orientam as práticas de atores sociais”, dado que “[a]s formas de se representar as experiências sociais que têm os diferentes atores sociais constituem seu sentido comum ao respeito de assuntos específicos” (MATO, 2007, p. 75-76, grifos do autor, tradução nossa).

Os indivíduos agirão conforme as pautas que o senso comum lhes indique. Isto é, o senso comum enquadra as práticas: as pessoas deixam de sair à noite, deixam de frequentar determinados lugares, começam a se “recolher” nas suas moradias, preocupam-se com os caminhos escolhidos para se deslocar, adquirem *dispositivos de securitização*, que são *objetos* que cumprem a função de ser a *materialidade* dos imaginários na paisagem, servindo, ao mesmo tempo, de fundamento para a configuração destes, como explicarei adiante. Essas práticas não são necessariamente produto de reflexões que problematizem aquilo que dita o senso comum. Tampouco são necessariamente novas, pois aceitando que estamos diante uma ressignificação dos imaginários, damos por descontado que eles tem estado presentes noutros momentos fornecendo outros conteúdos para enquadrar as práticas.

Destarte, quando é aceito que as expressões contemporâneas da vigilância, do medo e do risco atuam como os quadros que configuram a cotidianidade dos indivíduos, também se concorda com o fato de que esses elementos têm manifestações objetivas que “carimbam” o espaço, geram *marcas* na paisagem urbana. Essas marcas são objetos, ou, seguindo Steiner (2012, p. 111), cada uma dela é um *dispositivo* na medida em que se comportam como um “[...] agenciamento de elementos heterogêneos”, que, por sua vez, é “um dispositivo político no sentido de que ele define um modo de ser dos indivíduos em uma sociedade, um modo geral e generalizável de interações, de hierarquia e de legitimidade”.

Neste ponto é conveniente fazer uma precisão da ideia de *dispositivo de securitização* que trabalho ao longo deste texto. Quando se pensa num *dispositivo*, se faz alusão a um *objeto*, geralmente um *artefato* e uma *tecnologia*, e, a partir daí, praticamente se pensa numa máquina ou num aparato, sendo raro pensar que um humano também possa ser um dispositivo. Porém, para os efeitos desta pesquisa e seguindo a conceitualização que Steiner (2012, p. 111) faz de *dispositivo*, aquele *segurança*, aquele funcionário de uma das empresas que faz a “ronda móvel” ou que “esculta”, que é vigilante dentro de uma agência bancária ou que está na portaria ou no corredor de um prédio comercial ou residencial, enfim, aquelas pessoas que cumprem funções associadas à prestação de serviços de proteção do patrimônio ou da vida dos que pagam para isso, é também um *artefato* e uma *tecnologia* e, portanto, um *dispositivo de securitização*.

Por sua vez para Santos (2002), os objetos conformam um sistema que traz consigo o passado incorporado, o que é aplicável também para a ideia de *dispositivo de securitização*, pois eles são *objetos*. Todo objeto é passado incorporado que assume uma forma e cumpre uma função no presente. Daí que nenhum objeto no espaço está isolado, pois sempre vai ter alguma ligação com outros objetos para cumprir sua função no momento presente; seja como rugosidade, seja como objeto novo.

Ambas as condições dos objetos estão interligadas graças ao desenvolvimento da técnica, que também conforma um sistema. Isso supõe, que as ações dos indivíduos no espaço se têm valido dos objetos e das técnicas para transformá-lo. Santos afirma que “toda técnica é história embutida” (2002, p. 48), e, portanto, “as técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo” (p. 54). Assim, sendo a técnica, tempo, ela é uma expressão de uma materialidade e, ao mesmo tempo, de uma subjetividade dada. Por isso:

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas de sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto à escala do mundo (SANTOS, 2002, p. 57).

De modo semelhante, Santos vai trazer ao debate a questão dos tipos de ações que acontecem e conformam o espaço. Para ele, é possível identificar três tipos de agir: técnico, formal e simbólico. Assim,

O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos, científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação (SANTOS, 2002, p. 82).

O que possibilita a existência de diferentes ordens no espaço:

Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de

significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas de agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma (SANTOS, 2002, p. 82, grifos do autor).

Assim, o espaço é o resultado das ações mediante o uso de técnicas para a criação de objetos e meios, num quadro que combina o passado e o presente, é o que Santos chama de “inércia dinâmica” (2002, p. 140).

Porém, torna-se difícil pensar que nas escolhas dos objetos e das técnicas pelos indivíduos, apenas haja reprodução acrítica de discursos e práticas associadas à ideia da insegurança, mesmo aceitando que na construção do senso comum empregam-se a mídia e outras “arenas públicas”. Os indivíduos não apenas estão cientes do problema na hora de agir, também constroem toda uma racionalidade – advinda do seu *mundo da vida* – que se traduz em exigências aos prestadores de serviços de segurança privada. Mais uma vez, o exemplo do caso argentino colocado por Lorenc Valcarce (2012, 2014) nos oferece uma argumentação válida para examinar os casos das cidades de Pelotas e Rio Grande.

Daí que a procura dos indivíduos seja por “uma vida tranquila”, “sentir-se protegido”, e que corrobora o explicado por Lorenc Valcarce (2014, p. 233), quando refere que insegurança e segurança privada são elementos de um mesmo problema.

Da mesma forma que a insegurança converteu-se em poucos anos num símbolo capaz de organizar toda uma série de representações, sentimentos, disposições e práticas, a segurança privada transformou-se num elemento onipresente da paisagem urbana. Para ninguém resulta hoje estranho que esse tipo de serviço possa ser adquirido facilmente no mercado (tradução nossa).

Por outro lado, desde a ótica dos prestadores de serviços de segurança privada, visto que suas atividades estão inseridas numa lógica de mercado, essa – como denomina Lorenc Valcarce – “cultura da insegurança” (2014, p. 20), corresponde a um apoio fundamental para o desenvolvimento das práticas de oferta e demanda de *dispositivos de securitização* que serão consumidos pelos indivíduos como forma de “amenizar” o problema da insegurança. Isso daria conta de um uso instrumental da insegurança, por parte dos prestadores de serviços, para conseguir lucro, e não, como já reafirmamos em Lorenc Valcarce para o caso argentino, a resolução ou, pelo menos, a contenção dos problemas de segurança pública. Porém, é também um uso instrumental por parte dos consumidores, na medida em

que eles são cientes que ter esses dispositivos apenas é uma saída individual para tentar conter um problema maior. Como explico na parte 2, esse problema tem traços significativos que afetam a dimensão objetiva traduzida nas oscilações dos indicadores de criminalidade, o que, por outro lado, dá conta da sua magnitude.

Além disso, o âmbito da segurança privada admite a coexistência de um leque variado de práticas que, nos casos trabalhados, consegue ter uma expressão particular: a *placa*. Assim, conforme proponho, ela é o *dispositivo de securitização* que evoca não apenas a prestação de um serviço de segurança privada, mas também é expressão *material* dos sentidos socialmente construídos que se sintetizam nos *imaginários da insegurança*; e que, ao mesmo tempo, é a expressão mais “objetiva” – no sentido de mais visível e verificável – que se incorpora na paisagem urbana, transformando-a.

Desta maneira, a noção de insegurança engloba ideias, práticas e memórias que compõem *significações* do mundo, tornando-o mais ou menos habitável, na medida em que a insegurança passa a ser um elemento definidor da sociabilidade contemporânea. Assim, resulta de suma importância para esta pesquisa o trabalho de Castoriadis (1982) sobre a questão dos imaginários sociais para a compreensão da sociedade. Para ele, é o imaginário aquilo que vai suportar os valores da sociedade, os quais, por sua vez, são constitutivos desta:

A existência da sociedade sempre supôs a de regras de conduta, e as sanções dessas regras não eram somente materiais-jurídicas, mas também sanções informais, e ‘sanções’ metassociais (metafísicas, religiosas etc. – em suma, *imaginárias*, o que, porém, em nada diminui sua importância) (p.118-119, grifos do autor).

Contudo, esses valores não são somente negativos, como se fossem objetivados exclusivamente a partir de sanções. Eles também têm uma cara positiva, assim, para Castoriadis: “Os indivíduos sempre receberam da sociedade na qual viviam injunções positivas, orientações, a representação dos fins valorizados” (p. 119). Quer dizer, os valores encarnados nas instituições têm fornecido aos indivíduos, historicamente, as sanções e as motivações para o andamento da sociedade. Nesse sentido, a sociedade é um produto concreto do *social-histórico* que está composto tanto pela dimensão intersubjetiva quanto pelo próprio peso do passado. “É por um lado, estruturas dadas, instituições e obras ‘materializadas’,

sejam elas materiais ou não; e, por outro lado, o que estrutura, institui, materializa” (p. 130, grifos do autor).

Esse “o que” que Castoriadis está sinalizando é precisamente o simbólico, posto como o elemento que interliga, que une, mas que a sociedade nem se deve, nem se esgota apenas nele. Assim:

Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

Não se trata de um determinismo simbólico, como se a dimensão material tivesse perdido a sua importância para pensarmos as instituições sociais, pois elas “[...] não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica” (p. 142).

Então, pensarmos a questão da insegurança implica, necessariamente, reconhecer que ela tem uma esfera material que se expressa a partir de “atos reais”, por exemplo, os crimes, mas que tem, igualmente, uma manifestação simbólica que – para continuar o exemplo – é o medo. O medo é, antes de tudo, o pano de fundo de uma rede simbólica a partir da qual os atos criminais chegam a ter uma significação.

No entanto, a dimensão simbólica tem limites que permitem problematizá-la. A sociedade não tem liberdade plena para a construção do seu mundo simbólico, pois este mundo bebe da fonte do instituído, do passado, e, nesse sentido, o mundo simbólico é histórico e, segundo Castoriadis, forma parte da constituição do mundo racional; ao mesmo tempo que deixa margem para que o simbólico também forme parte daquilo que não estava previsto.

Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e consequências, que não eram nem visadas, nem previstas. [...] o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade (e não somente os que eram supostos determinar) estando ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graus de liberdade (CASTORIADIS, 1982, p. 152).

Essa precisão que Castoriadis introduz é importante para compreender como, por exemplo, um passado que remete à ideia de Pelotas e Rio Grande terem sido

cidades de grande influência econômica, política, militar, cultural, e da que derivou uma forte hierarquização com profunda desigualdade social, são elementos do instituído que pesam na hora da construção intersubjetiva das significações simbólicas.

Note-se que, mesmo tendo uma relação, Castoriadis ainda não chega à questão do imaginário, precisamente porque pretende deixar claro que o imaginário tem uma dupla dimensão que se exprime no simbólico, mas, também, que é a partir do simbólico, que o imaginário existe e faz com que ele exista: “[...] o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é” (CASTORIADIS, 1982, p. 154). Essa capacidade é denominada pelo autor de “imaginário último ou radical”, que nada mais é do que a “raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico”, e, portanto, “a capacidade elementar e irredutível de evocar uma imagem” (p. 154).

O autor está colocando-nos advertências sobre a necessidade de não nos deixar arrastar por uma espécie de irracionalidade na hora de pensarmos o imaginário e, consequentemente, o simbólico, pois ele “[...] comporta, quase sempre, um componente ‘racional-real’: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para o agir” (CASTORIADIS, 1982, p. 155).

Esse ponto é fundamental para entendermos como a dimensão simbólica a partir da qual o imaginário se exprime, fornece, também, uma ordem. Assim, a resposta à seguinte pergunta é fundamental: “Por que é no *imaginário* que uma sociedade deve procurar o complemento necessário para sua ordem?” (CASTORIADIS, 1982, p. 156). Ele tenta nos mostrar que essa complementação da ordem, via imaginário, é possível enquanto ele adquire uma centralidade explicativa, por um lado; e por outro, porque dele vão se desprendendo imaginários secundários. “Um ícone é um objeto simbólico de um imaginário – mas é investido de uma outra significação imaginária quando os fiéis raspam a pintura e a tomam como medicamento” (p. 158). A partir disso, o ícone correspondente ao imaginário da insegurança pode ser a *placa*, enfim, quaisquer dos *dispositivos de securitização*.

Os *imaginários sociais* são como recipientes de significações, sendo que elas podem corresponder a uma das três ordens seguintes: do percebido, do racional e do imaginário, o que se expressa claramente na linguagem, pois o sentido das significações pode ser percebido, pensado ou imaginado (1982, p. 169).

Para as duas primeiras, a relação significante – significado, que é a que gera as significações, é identificável de maneira relativamente fácil, toda vez que é possível achar as adequações válidas para cada ordem. Porém, na ordem do imaginário, essa adequação não é tão fácil de construir, na medida em que o imaginário não é uma simples representação das imagens que o conformam (p. 170-172). Assim:

As significações imaginárias sociais – pelo menos as que são verdadeiramente últimas – não *denotam* nada, e *conotam* mais ou menos tudo: e é por isso que elas são tão freqüentemente confundidas com seus símbolos, não somente pelos povos que as utilizam, mas pelos cientistas que as analisam e que chegam, por isso, a considerar que seus significantes se significam por si mesmos (uma vez que não remetem a nenhum real, nenhum racional que pudéssemos *designar*), e a atribuir a esses significantes como tais, ao simbolismo tomado em si mesmo, um papel e uma eficácia infinitamente superiores às que certamente possuem (CASTORIADIS, 1982, p. 173, grifos do autor).

A sociedade, então, nem pode ser organizada, nem mesmo explicada apenas por “leis naturais ou por considerações racionais” (CASTORIADIS, 1982, p. 175), o que abre espaço para pensarmos outros tipos de articulação, ou seja, aquela na ordem do imaginário.

O mundo social é cada vez constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações existem, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o imaginário efetivo (ou o imaginado). É só relativamente a essas significações que podemos compreender, tanto a ‘escolha’ que cada sociedade faz de seu simbolismo, e principalmente de seu simbolismo institucional, como os fins aos quais ela subordina a ‘funcionalidade’ (CASTORIADIS, 1982, p. 177, grifos do autor).

Destarte, pensar na chave dos *imaginários da insegurança* é colocar em pauta o problema das significações que estão sendo institucionalizadas na sociedade, nos espaços de sociabilidade, nas cidades. Daí o interesse na análise de como isso é acenado em Pelotas e Rio Grande.

É a partir dessas considerações que Castoriadis apresenta outro elemento: a ligação entre o imaginário e o racional, partindo do seguinte pressuposto: “É impossível compreender o que foi, o que é a história humana, fora da categoria do imaginário. Nenhuma outra categoria permite refletir estas questões” (1982, p. 192). Quer dizer, essa categoria vai se colocar como “fator unificador” para a compreensão da sociedade, na medida em que “[...] fornece um conteúdo significado” e o

entrelaça “com as estruturas simbólicas” (p. 192). E assim, porque nem o real – natural, nem o racional são suficientes para, pelo menos, a compreensão das finalidades e das funcionalidades das instituições sociais.

Contudo, essa ligação entre imaginário e racional faz pensar que, na hora de analisarmos uma sociedade determinada, mesmo considerando que é a categoria do imaginário a que nos permite dar conta dela, esse processo é por si mesmo racional. Então, no mundo moderno, parece que o racional colonizou o imaginário: “Este imaginário não desempenha somente a função do racional, ele já é uma forma sua, ele o contém” (CASTORIADIS, 1982, p. 195).

Eis aí uma preocupação semelhante à que Habermas (2012) coloca para o caso do *mundo da vida*, pois ele também foi colonizado pelo racional. Isso diz respeito, também, a como, então, o imaginário opera como condição de realização do racional; e, para o caso que me ocupa, como esse substrato simbólico, esse encadeamento de significações que explicaria o medo, a angústia, o temor ao crime, à violência que se expressa na insegurança, é, ao mesmo tempo, uma racionalização do mundo que impregna as práticas dos indivíduos.

Hiernaux (2007, p. 20) destaca também a potência do conceito de imaginário quando menciona que: “o imaginário cria imagens atuantes, imagens-guias, imagens que conduzem processos e não apenas representam realidades materiais ou subjetivas” (tradução nossa). Esse autor pensa os imaginários partindo dos trabalhos de Gilbert Durand (1992), prestando atenção numa dimensão deles que é semelhante à da Castoriadis – como colocado acima –; isto é, que os imaginários podem criar também regimes, como grandes agrupamentos que fornecem as margens de atuação nas que podem despregar-se tanto as práticas dos indivíduos quanto as estruturas da sociedade, podendo falar, então, de *regimes de verdade*.

As considerações anteriores são importantes para a compreensão do que Castoriadis diz respeito tanto do tempo social quanto das significações imaginárias sociais para a análise das instituições sociais. Assim,

O que tem que ser dito, evidentemente, é que as coisas sociais não são ‘coisas’; elas só são coisas sociais e essas coisas na medida em que ‘encarnam’, ou melhor, figuram e presentificam significações sociais. As coisas sociais são o que elas são mediante as significações que elas figuram, imediatamente ou mediadamente, diretamente ou indiretamente (CASTORIADIS, 1982, p. 400-401, grifos do autor).

Eis, aí, um ponto central: o componente material-social só é possível junto ao componente das significações sociais, ou seja, dos imaginários sociais. “A instituição da sociedade é toda vez instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações” (CASTORIADIS, 1982, p. 404). Mundo esse que permite a unificação da sociedade. “O que permite pensá-la em sua *ecceidade*, como esta sociedade, e não outra, é a particularidade ou a especificidade de seu mundo de significações enquanto instituição *deste* magma de significações imaginárias sociais, organizado assim e não diferentemente” (p. 404, grifos do autor).

É assim, então, que aquilo que chamamos sociedade “se institui instituindo um mundo de significações, porque a emergência do social-histórico é emergência da significação e da significação como instituída”; na qual a linguagem tem um papel central em sua dupla “dimensão identitária-conjuntista”, que se manifesta tanto no “fazer social” (o *teukhein*) quanto no “representar/dizer social” (o *legein*) (CASTORIADIS, 1982, p. 405).

Importante é, no entanto, dizer que os imaginários sociais, as significações:

[...] são aquilo que fazem ser, para uma sociedade dada, o co-pertencer de objetos, de atos, de indivíduos aparentemente os mais heteróclitos. Elas não têm ‘referente’; elas instituem um modo de ser das coisas e dos indivíduos como referido a elas. Como tais, elas não são necessariamente explícitas para a sociedade que as institui. Elas são presentificadas-figuradas mediante a totalidade das instituições explícitas da sociedade, e a organização de mundo simplesmente e do mundo social que estas instrumentam. Elas condicionam e orientam o fazer e o representar sociais nos e pelos quais elas continuam alternando-se (CASTORIADIS, 1982, p. 409).

A ideia da “presentificação” das significações imaginárias sociais que Castoriadis refere é muito importante, pois demonstra que a eficácia dos imaginários da insegurança encontra-se, precisamente, na capacidade dos indivíduos para enxergar *no presente* os riscos e temores e, a partir do qual eles poderão guiar suas ações na direção da proteção e do cuidado – que significa *instituir* parte dessa dimensão do imaginário. Destarte, essa *instituição* vai ter como base o âmbito da segurança privada, cujas imagens abonam os substratos imaginados da vigilância e do medo, mas sempre como presente, como figuração no tempo social presente. Nesse sentido, Grossi Porto (1995, p. 266), ao falar dos *imaginários da violência*, ajuda a fixar o argumento que venho sustentando:

Este imaginário passa, assim, a conviver com representações como as de rotinização e banalização da violência, reforçadas pelas de ineficácia do aparato legal de controle da ordem e de generalização da impunidade, compondo um quadro mental no qual se assume como inviável qualquer expectativa de reversão da situação de in tranquilidade visualizada como predominante no cotidiano social (GROSSI PORTO, 1995, p. 266).

E convive com uma estrutura do passado, como o instituído, para o que Adorno refere:

Todas as suas características – *modus operandi*, dinâmica, relações entre agressores, vítimas e autoridades etc. – apontam para conclusão inversa: trata-se de fatos rotineiros, cotidianos, com larga aceitação entre diferentes grupos da sociedade. Parece haver uma inclinação ou disposição da sociedade para reconhecê-los como ‘normais’, como se fossem meios naturais de resolução de conflitos, seja nas relações entre classes sociais, seja nas relações intersubjetivas (ADORNO, 1995, p. 321).

Essa imbricação do presente e do passado, ou seja, as bases do imaginário social, não se enraizar, provavelmente, na vida cotidiana, pois ela, perante o todo, é uma vida imaginada. Assim, quando pensarmos em *imaginários da insegurança*, é uma maneira de incorporar tanto aquela dimensão da conotação das significações simbólicas: medo, risco, angustia; quanto àquela dimensão racional, que se expressa nas mudanças na vida cotidiana. Segundo Lorenc Valcarce, quem, a partir da análise da indústria da segurança privada na Argentina, chega à conclusão de que os *imaginários da insegurança* podem ser definidos “[...] como o sistema de sentimentos e representações que se organiza em torno às possíveis ameaças exteriores, sobretudo de tipo criminal”, mas que não têm que estar diretamente ancorados “em experiências pessoais de vitimização” (2014, p. 229, tradução nossa).

Para esse autor, porém, o problema da insegurança tem outras dimensões, não apenas aquelas advindas dos sentimentos e representações das pessoas. No entanto, nesta pesquisa procurei fazer uma sociologia que prestasse atenção nos imaginários sociais da insegurança, especialmente em como eles são produzidos e mobilizados, convertidos em representações do senso comum, capazes de sustentar mudanças na cotidianidade e na paisagem urbana, visando à compreensão de essa *cultura do medo e da vigilância*, que para alguns autores está profundamente

instalada na sociedade brasileira<sup>2</sup>, mas que não deve ser entendida como exclusiva do Brasil. Daí que essa compreensão passe pela análise de manifestações concretas, como maneira de “validar” a existência de padrões e traços culturais gerais.

Assim, ao falar dos *imaginários da insegurança*, estou referindo-me ao conjunto de ideias, imagens, lembranças e sentimentos vinculados às questões associadas ao medo, à vigilância e ao risco que, consciente ou inconscientemente, proporcionam aos sujeitos chaves simbólicas para organizar e ler, tanto suas práticas cotidianas quanto as de outrem<sup>3</sup>.

Esses três elementos – medo, vigilância e risco – conformam uma *cultura*, uma *lógica* que outorga sentido às práticas sociais. Esse sentido não é uma construção meramente subjetiva, pseudointimista, mas *intersubjetiva*; ou seja, que vai se gerando a partir do partilhar experiências, vivências, angústias, temores, desejos e vontades, que, dito com Habermas (2012), conformam a procura por consensos que dão continuidade ao *mundo da vida*. Essa *lógica* é o substrato que outorga as justificativas das práticas dos indivíduos, na medida em que esse substrato imaginado, cheio de significações, opera como uma racionalidade – é o imaginário racionalizado e convertido em materialidade. Como dito acima, maiores elaborações sobre os processos de produção e ressignificação dos imaginários sociais da insegurança serão apresentadas na parte 3 desta dissertação.

## 1.2 Cultura do medo e da vigilância

Analisar os imaginários da insegurança requer indagar sobre essa *cultura do medo e da vigilância* que sustento os cinge. Assim, parto do ponto de que essa *cultura* é um elo forte que permite compreender práticas associadas à insegurança nas cidades gaúchas, muitas delas fundadas naquilo que Adorno (1995, 1998)

<sup>2</sup> Certo é que existe um conjunto variado e extenso de trabalhos que abordam essa questão, mas também que boa parte deles está pensando a partir das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente na década de 1990. Assim, por exemplo, no número de julho-dezembro de 1995, da revista *Sociedade e Estado*, podemos encontrar importantes reflexões sobre a questão da violência, que inclui às do medo e da insegurança, quase todas elas partindo de vivências naquelas cidades.

<sup>3</sup> Pode se revisar a resenha que Fernandes (1999) faz do livro do ano 1983, de Ackermann, Dulong e Jeudy, *Imaginaires de l'insécurité*, na qual ressalta a dimensão subjetiva dos imaginários, que fica muito atrelada às formas como as pessoas vão construindo o problema, além da dimensão objetiva vista nos aumentos dos índices e taxas de criminalidade. Ambas as dimensões são indissociáveis, mas é frequentemente deixada de lado a subjetiva, pelo menos no campo da sociologia.

chama de “subjetividade autoritária”, que está profundamente enraizada na sociedade brasileira, e que se ergue a partir de uma violência profundamente enraizada, não expurgada após a queda da ditadura militar, comprometendo, assim, a própria estrutura da democracia brasileira. Isto fornece legitimidade às práticas autoritárias que:

[...] imbricam e conectam atores e instituições, base sob a qual se constitui uma densa rede de solidariedade entre espaços institucionais tão díspares como família, trabalho, escola, polícia, prisões, tudo convergindo para a afirmação de uma sorte de subjetividade autoritária na sociedade brasileira. (1995, p. 301).

Nisso concorda Zaluar (1995), quem menciona que o enraizamento de: “Uma cultura do medo fluida, facilmente contagiosa e instável, teve importantes consequências políticas e sociais, na medida em que o medo imaginário tomou diferentes formas nas diversas classes sociais e afetou suas inter-relações” (p. 392-393). Asseverações que podem ser encontradas também em Velho (2014), quem centra sua explicação em como no devir histórico brasileiro, o medo, a violência e as relações que se produzem nessa conjunção, têm sido uma característica marcante. Essas aproximações a um *ethos* que Adorno, Zaluar e Velho – apenas por mencionar esses autores, mas existe uma extensa bibliografia que analisa essa questão – identificam como “tipicamente brasileiro”, são chave para despir essa cultura do medo e da vigilância.

Ao usar a expressão “cultura”, estou referindo-me àquelas práticas que conseguem levar adiante os sujeitos, na medida em que *fazem sentido* para eles. Não se trata de aqueles elementos estáticos que, com frequência, identificamos como pertences a um determinado grupo social, dos quais eles são seus legítimos “donos”, mas de *práticas sociais cheias de sentidos* mobilizadas por *atores sociais* em determinadas situações de interação das que poderão resultar consensos ou conflitos (MATO, 2005, 2007). Desta maneira, as práticas são *significativas*, têm importância, visto que ajudam a estruturar o mundo, gerando, então, *sentidos* que permitem enxergar, avaliar, julgar, compartilhar ou rejeitar, tanto as próprias práticas, quanto as dos outros (MATO, 2007). Assim, é possível compartilhar *lógicas*, que vão se transformando em *senso comum* (MATO, 2005, 2007; MATO, MALDONADO FERMÍN, REY, 2011).

De acordo com a literatura sobre o tema, estamos diante de sociedades nas quais existe uma centralidade da insegurança a partir da reprodução do *senso comum* do medo e da vigilância. Como dito acima, é a tese central de Furedi (2002), quando ele analisa como a ideia de “viver em risco” ganha autonomia ao ponto de converter-se num “estar em risco” generalizado que é o “humor” – *mood*, nas palavras do autor – que influencia a ação dos indivíduos em geral (2002, p. 20). E quando vinculado ao crime, por exemplo, “[...] influencia as relações humanas em todos os níveis”. Isto, por sua vez, tem uma consequência, pois “[...] os elevados níveis de ansiedade pela criminalidade, somente pode fazer mais inseguro o mundo” (p. 24, tradução nossa). Essas asseverações feitas por Furedi têm como fundamento situações nos Estados Unidos e no Reino Unido, nas que a *propagação do medo* tem sido uma estratégia empregada por diversos atores, muitas vezes com o intuito de ativar mecanismos que visem à proteção diante o *risco*, convertendo-se em “propagandistas do medo” (*fear mongering*). Além disso, há outra questão que apresenta Furedi para pensarmos a estreita relação medo-risco: como se deixou de ter medo àqueles eventos naturais que podem ser potencialmente perigosos e ter efeitos devastadores no mundo, graças às inovações tecnológicas, como são as inundações, os terremotos e os furacões; para passar a ter um medo mais racionalizado, isto é, a que “[...] as percepções do perigo estejam cada vez mais focadas nos aspectos tecnológicos: as criações humanas ou os riscos manufaturados”; o que é uma amostra do “humor” contemporâneo da sociedade que está diretamente associado à “cultura do final do século XX, que diz respeito às criações humanas tanto como a melhor combinação de benções quanto como a pior e mais perigosa das coisas” (FUREDI, 2002, p. 28; tradução nossa).

Outro elemento chave na perspectiva de Furedi (2002, p. 29-30) que apresenta como uma característica saliente da cultura do medo é o da confiança na humanidade. Para ele, esse elemento é funcional à ideia dos “riscos de danos colaterais”, pois deixa subentendido que a sociedade atual tem medo à toa – sempre há algo ao que temer, pois sendo um mundo dominado tecnologicamente graças à ação humana, os riscos estão espalhados e multiplicados devido a nossas próprias ações. Consequentemente, então, não podemos confiar em nós mesmos, e temos que ficar vigilantes, como atitude diante a vida.

Por fim, Furedi (2002, p. 42) vai nos dizer que essa flutuante e elevada “consciência dos riscos” que caracteriza as sociedades ocidentais não é mais do que

imaginar sempre o pior tanto dos motivos quanto das criações humanas, o que transvaza ao âmbito político, espaço onde é compartilhada por igual essa consciência, fortalecendo os fundamentos da *cultura do medo*.

Glassner (2004), por sua parte, coincide em algumas questões com Furedi, especialmente no que diz respeito aos “propagandistas do medo”. Ele vai se perguntar pelas razões que fazem possível que o medo seja característico da sociedade estadunidense, mesmo podendo se considerar que aquela sociedade vive, talvez, sua época mais segura. A sua resposta é que isso reside “[...] no imenso poder e dinheiro que indivíduos e organizações esperam que possa capturar as inseguranças morais dos estadunidenses para o seu próprio benefício” (p. 819, tradução nossa). Ou seja, ele coloca o debate no ponto em que esses propagandistas do medo agem com total ciência para manter as significações que conformam a cultura do medo. No seu trabalho, Glassner vai mostrando como diferentes veículos e atores: apresentadores de programas de televisão, revistas de divulgação científica, políticos, dentre outros, mesmo tendo dados que indicam o declínio da criminalidade ou das doenças, por exemplo, continuam ecoando informações não ajustadas à realidade, mas que fazem parte do senso comum que eles mesmos ajudam a reproduzir. São informações com pouca ou nenhuma evidência científica sólida, mas eficazes para garantir o enraizamento do medo.

Glassner destaca que são três as técnicas narrativas empregadas pelos “propagandistas do medo”: “repetição, representação de incidentes isolados como se fossem uma tendência, e desorientação” (2004, p. 823, tradução nossa). Com isso ele não quer dizer que a mídia – como um todo – age dessa maneira, mas que é possível identificar com clareza como, em determinados momentos e sob certas circunstâncias, a mídia é uma caixa de ressonância que ajuda na propagação desse medo, criando condições para frisar o *senso comum*.

Por fim, Glassner argumenta que a propagação desses medos acaba tendo repercussões na vida cotidiana das pessoas, na medida em que acontecem mudanças nas legislações, que além de serem muito custosas, modificam a sociabilidade, afetam os direitos civis das pessoas e roubam a atenção que deveria se ter noutros problemas de maior envergadura (2004, p. 826). Assim, não duvida para afirmar que são os políticos e os grupos de advogados os que mais ganham na propagação do medo, pois, ao final, conseguem “[...] ganhar eleições, contribuições

de campanha, e empurrar-nos a aderir a programas que tendem a incrementar o poder coercitivo do Estado” (p. 826, tradução nossa).

Por sua vez, Reguillo (2000, 2008) propõe que o medo é uma construção social que dá conta de uma sociabilidade, ou seja, está socialmente mediado, intersubjetivamente construído, pois ele permite aos atores uma leitura apropriada da situação junto com as respostas ajustadas aos padrões socioculturais do grupo do qual faz parte. Assim, Reguillo (2000, p. 66) comenta:

O ator social aprende a ter medo e no decorrer da sua “culturização” aprende a dotar de conteúdos específicos esse medo e a responder de acordo àquilo que se espera culturalmente dele, às vezes, em total harmonia com o discurso social comum, às vezes, em negação e, às vezes, em franco conflito, segundo a posição que ocupe a cultura de referência no marco geral da sociedade (tradução nossa).

Isso é especialmente relevante quando esse medo toma a forma da insegurança, na medida em que “[...] como uma mediação em (e para) o contato entre grupos diversos na cidade, faz visíveis os mecanismos aos que se apela para vencer sua ubiquidade e angustioso anonimato” (2008, p. 70, tradução nossa), o que reforça a ideia de que o medo não é apenas uma questão antropológica, no sentido de constitutiva da humanidade, mas política. Continua dizendo que “os medos [...], constituem uma experiência individualmente experimentada, socialmente construída e culturalmente compartilhada” (p. 70, tradução nossa). Além disso, para Reguillo, a potência analítica do medo passa necessariamente pela análise de três fatores: a) proximidade do gerador do medo, que dá a referência espaço-temporal; b) o dano – ou sua possibilidade de ocorrência – seja ao patrimônio ou à vida; e, c) “a imbricação entre aquilo que tem existência efetiva e aquilo que é representado” (p. 70). Esses fatores são importantes porque permitem não apenas superar análises pouco rigorosas e sensacionalistas do medo, mas:

[...] colocar como premissa de análise que a ideia de proximidade é o que detona os medos viabiliza a maneira na que eles se “aceleram” na premente interação que a cidade demanda e, por outro lado, indica a importância que adquire não a análise da mídia em si, mas do que chamo novos regimes de visibilidade, que emergem com a globalização tecnológica e cuja principal característica é aproximar aquilo que está afastado diante o efeito da verossimilhança. Em segundo lugar, a iminência do dano que acompanha aos medos é, na atualidade, uma experiência expandida própria da sociedade do risco; assim, a pergunta pelo medo é aquela pelo modelo socioeconômico, político e cultural que temos nos dado; é a pergunta pelos efeitos no corpo individual e social da crescente exclusão, da decomposição das instituições,

da migração forçosa como marca da época, da explosão das violências, dentre outras incertezas e riscos que nos habitam; e o jogo permanente entre o fático e o mundo do aparente, do representável, faz possível desvelar o papel que jogam os universos simbólicos e a imaginação social na corporização dos medos contemporâneos (2008, p. 70-71, tradução nossa).

Kessler (2014) concorda com Reguillo no que diz respeito ao medo como elemento que marca o sentido da sociedade. Assim, no que tange diretamente à insegurança, Kessler comenta: “[...] não é só o medo como emoção o que interessa como problema social, se não um campo mais amplo que pode ser chamado de insegurança subjetiva” (2014, p. 56). É nesse campo mais amplo que vão se juntar outros elementos, sendo o mais importante o da vigilância, pois ele se converte numa espécie de resposta imediata. Tanto é, que a própria Reguillo (2000) apontava nesse sentido o seguinte:

No plano moral, esse mesmo corpo social, que se percebe ameaçado pela corrupção, pela perda de sentido, pela reviravolta de valores e por uma violência irreprimível e amorfa, se responde mediante a expansão dos dispositivos de vigilância, onde o Estado perde a sua centralidade no exercício da violência legítima (2000, p. 63, tradução nossa).

Essa resposta, que termina tornando-se também uma *cultura*, uma *lógica*, pode ter diversas variantes. Uma delas é a do *muro* que Caldeira (2000) tem desenvolvido como forma de auto-segregação espacial – enclave fortificado, mas que é, de fato, uma materialidade que moraliza e permite estabelecer o “dentro” e o “fora”, bem como a vigilância desse limiar. Perspectiva semelhante é sustentada por Svampa (2001) na sua análise dos *countries* na Argentina, ou por Ballard (2014), quem, partindo da ideia de *bunker* e a criação de zonas de conforto, explica como na África do Sul pós-apartheid, tem acontecido um destacável desenvolvimento das chamadas *gated communities* – comunidades cercadas ou fechadas poderia ser a tradução. Essas comunidades estariam sendo a expressão de um processo de “semigração” (p. 70), que não é mais do que uma migração interna daqueles que, se sentindo temerosos diante a democratização e, portanto, da mistura com aquilo que nos tempos do *apartheid* estava fora e controlado: “tribalismo”, “africanidade”, “negritude”, partem para essas comunidades fechadas nos subúrbios das cidades. Dada a condição de fechamento e de vigilância que define essas *gated communities*, argumenta Ballard, os residentes passam a ter um controle semelhante ao existente no regime do *apartheid*, no que diz respeito tanto aos relacionamentos e contatos

com os outros, quanto aos padrões que configuram essas comunidades e que estão associados ao “urbano”, “civilizado”, “europeu” e “branco”.

Interessante é também a pesquisa de Durrington (2009), que trabalha igualmente o caso sul-africano, pois afirma que o desenvolvimento daquelas comunidades fechadas está atrelado à cultura do medo, cuja materialidade se expressa no desenvolvimento da uma indústria da segurança privada, que além dos problemas associados à confiança na força policial e do Estado no combate à criminalidade, tem tido um crescimento notável. Contudo, Durrington faz uma ressalva importante:

Enquanto as manifestações materiais do medo estão visivelmente inscritas no ambiente construído, a cultura do medo que existe espalhada pelo país é talvez fácil de diagnosticar, mas não facilmente compreendida ou descrita (2009, p. 78, tradução nossa).

A partir dessa inquietação, propõe que é apenas possível fazer uma compreensão adequada mediante o uso de estratégias etnográficas, a partir das quais se veja a dupla face da questão: tanto daquele que consome e que procura os serviços da segurança privada, quanto daquele que os fornece (p. 78). Além disso, explorar essa “cultura do medo” que movimenta esse âmbito da segurança privada permite dar conta de como os imaginários que suportavam a ideologia e as políticas do *apartheid* estão sendo ressignificados e sua forma de expressão, sua materialidade, são as comunidades fechadas.

Isso leva a pensarmos que dentro dessa cultura do medo e da vigilância, a ideia de Brunn (2006) da trilogia que conforma o “fechamento” (possível tradução da ideia de “*gated-ness*”): comunidades fechadas, vidas fechadas, mentes fechadas, pode ser potencialmente útil, pois dá conta de três imagens que estão nos depoimentos dos entrevistados: mudar-se para condomínios onde há um conjunto de dispositivos de securitização incluídos, a valoração do espaço privado/intimo como resguardo diante da insegurança, e a impossibilidade de imaginar uma recomposição da cidade e da sociabilidade. Sobre essas questões ofereço mais detalhes no decorrer da dissertação.

Outros autores também oferecem mais elementos para pensar o medo e a vigilância. Assim, por exemplo, Bauman (2008) tem trabalhado a relação que o medo guarda com a “liquidez” da sociedade, a partir do acrescentamento dos riscos ao corpo e às propriedades. Mongardini (2007) trabalha a instrumentalização política e

cultural do medo para justificar formas autoritárias e totalitárias nas sociedades modernas. Na Argentina, além dos trabalhos de Lorenc Valcarce (2012, 2014) já indicados, estão os trabalhos de Kessler (2009) e de Svampa (2001). No Brasil, além dos trabalhos de Zaluar (1995), já citado, e de Caldeira (2000), também comentado, os de Patriota de Moura (2014) e de Rocha e Eckert (2013, 2014).

É interessante destacar uma das conclusões do trabalho de Patriota de Moura que diz respeito à cultura do medo no Brasil, especificamente a partir da sua análise em condomínios fechados em Goiânia e Brasília:

[...] esse tipo de medo é construído em imbricados processos que envolvem, principalmente, 1) ansiedades de *status* por parte de amplos segmentos das camadas médias; 2) um crescente mercado de segurança que se estabelece pela construção discursiva de necessidades com soluções compráveis; e 3) a difusão mediática, mas também acadêmica, de narrativas que têm como pano de fundo referências às paisagens heterotópicas” (2014, p. 99, grifos da autora).

Ao longo desta dissertação, apresento elementos que não acompanham essa conclusão, especialmente no que diz respeito a que a cultura do medo seja um patrimônio das camadas médias e que esse mercado seja apenas uma construção discursiva. É precisamente possível discutir as conclusões mencionadas incorporando na equação a questão da vigilância, como lógica, que se imbrica com a do medo.

Como dito acima, Furedi (2002) e Reguillo (2000, 2008) já incluem a questão da vigilância como estratégia para a ação que os indivíduos socialmente incorporam como resposta à iminência dos riscos associados à cultura do medo. Porém, é importante fazer um esclarecimento. A literatura que pode ser englobada como “*surveillance studies*” (“estudos sobre a questão da vigilância”, poderia ser uma tradução aceitável), que para o caso de América Latina, ainda não têm alcançado um *status* autônomo e diferenciado do campo dos estudos sobre segurança pública, principalmente, tal como explica Arteaga (2012); foca principalmente em assuntos que dizem respeito à vigilância nos espaços públicos ou semipúblicos, quer como estratégias de controle social ou de dominação, quer como invasão da privacidade, ou como política dos Estados para o controle da criminalidade. Green e Zurawski (2015), na sua análise da abrangência do campo dos *surveillance studies*, identificam como um problema a tendência que esses estudos fazem na definição *a priori* do que é vigilância (*surveillance*), colocando-a como uma questão

institucionalizada e normativa, a partir da qual podem ser conduzidas pesquisas que inadvertidamente perdem capacidade crítica (p. 28).

Daí que eles coloquem no debate uma definição menos normativa da vigilância que, então, seja analiticamente útil para explorar outras faces desta questão.

Nosso argumento é que aquilo que pode ser classificado como ‘vigilância’ é criado e produzido a partir de interações sociais na vida cotidiana, bem como também está localizada em redes sócio-técnicas ou instituições, ou organizações particulares – e, consequentemente, nós precisamos também olhar naquelas relações cotidianas como processos e práticas, em contraste com o entendimento normativo da vigilância (GREEN E ZURAWSKI, 2015, p. 29, tradução nossa).

Para esses autores, então, pensar a vigilância passa pela análise da vida cotidiana, como uma parte dela que se expressa em práticas e processos particulares, que é justamente o que apresento também ao longo da dissertação. Destarte, o que tento discutir é, de certa forma, a existência de um senso comum *da vigilância* manifestado em uma atitude prática: todo mundo “fica de olho” nos comportamentos cotidianos corriqueiros (deter-se ou mudar o trajeto diante uma “ameaça potencial”, evitar entrar ou sair de algum lugar ao ver “algo estranho”, etc.); mas também, se expressa no senso de “auto-responsabilidade” que permite que os indivíduos o levem adiante com o consumo de *dispositivos de securitização*. Isto é o que discute Rapoport (2012) quando analisa a incorporação cada vez mais *normalizada* de sistemas de vigilância na casa – entendida como o espaço sacralizado da intimidade, como expressão da responsabilidade individual por cuidar de si mesmo, da família e do patrimônio.

Esse *senso comum* não é apenas *da vigilância*, é, como discutido acima, também o *senso comum do medo*, pois as cidades ficam presas a esse sentido do perigoso, do criminoso, dos riscos que parecem estar ancorados nas memórias compartilhadas embutidas nas frases: “não sai pra rua à noite”, “não dá para ir a pé até lá”, “não vai pro Centro, melhor para o shopping”, “não abre a porta pra ninguém”; que conformam as bases para mudar a rotina, a cotidianidade, e que ela fique restrita ao universo contido dentro do espaço privado, íntimo, onde vai estar a proteção dos *dispositivos de securitização*.

Essa *intersubjetividade* – que funde a vigilância e o medo – mascara, por um lado, uma *naturalização* da insegurança, gerando uma *necessidade* de proteção.

Assim, desenrolar práticas que visem à proteção pessoal e patrimonial é, também, uma questão *natural*. Contudo, essa *naturalização* não acontece do nada, pois ela é o produto dessas construções *intersubjetivas* que as pessoas, na sua cotidianidade, vão fazendo diante das interações, que, às vezes, têm a ver claramente com situações de *insegurança*, vividas por elas ou por outros, mas que vão se constituindo nos substratos vivenciais que terminam, tanto orientando as suas práticas quanto formando os senso comuns – instituindo-se uma *normalidade*: passa a ser normal ter medo, viver nos riscos e assumir uma atitude vigilante. Eis, aí, que os serviços de segurança privada passam a ter um papel cada vez mais visível e moralizante na configuração da sociedade contemporânea.

### **1.3 Segurança privada**

Para Lorenc Valcarce (2014), o estudo da segurança privada como fato social é uma chave para a compreensão das transformações nas sociedades contemporâneas; isto é possível na medida em que esse fato social pode ser analisado num feixe variado e extenso: surgimento, evolução, expansão, atores envolvidos, relações com a política e o Estado, funcionamento como indústria, negócio e mercadoria, bem como as formas de consumo e uso por parte das instituições e pessoas, dentre outros. Porém, a sua análise concentra-se no entendimento da segurança privada como um mercado, onde é possível “[...] observar como se juntam elementos e relações de distinta natureza, ações econômicas e mecanismos de reprodução social, representações coletivas e regulações jurídicas, cálculos, temores e esperanças” (p. 17, tradução nossa).

Mesmo assim, ele reconhece que a questão da segurança privada vai além de apenas a compreensão de certa lógica econômica e organizacional:

O significado sociológico da aparição e desenvolvimento da segurança privada não se limita apenas aos aspectos econômicos. Implica também aspectos sociais e culturais. A lógica da prevenção, o medo do crime, a compartimentação e o isolamento dos indivíduos e grupos, são elementos constitutivos de um mundo social cada vez mais fragmentado (LORENC VALCARCE, 2014, p. 19, tradução nossa).

Aqui, é importante destacar que a questão da segurança privada não fica limitada só ao âmbito de empresas que fornecem serviços de segurança do tipo

custódia, vigilância armada, escolta, mas que considera todo um conjunto de transformações, nas quais estão presentes outras lógicas que vão tendo incidência no espaço, transformando-o.

A nova arquitetura dos grandes conjuntos imobiliários das cidades inclui, agora, uma piscina, um solarium e um jardim de inverno, ao mesmo tempo, que videocâmeras, guaritas para os zeladores e cercas perimetrais. Os alarmes proliferam nos locais comerciais e nas casas individuais dos bairros residenciais. As grades se generalizam nas moradias de todos os grupos sociais. [...] As ruas comerciais dos bairros entregam parte da sua vitalidade aos *shoppings* minuciosamente vigiados que oferecem aos visitantes um meio tranquilo e protegido. Eis, aí, um conjunto de novas rotinas da vida diária – e de novas disposições dos objetos no espaço – que revelam transformações do laço social, bem como nos esquemas de percepção e sistemas de práticas de certos grupos sociais (LORENC VALCARCE, 2014, p. 19-20, grifos do autor, tradução nossa).

Então, como já foi dito, a ideia da insegurança passa a ser fundamental para justificar e racionalizar parte dessas mudanças, ao ponto que:

Os desenvolvimentos imobiliários obtêm vantagem desta cultura, bem como a mídia e as empresas de tele-entrega. Uma parte do negócio da segurança privada se apóia direta ou indiretamente nesta *cultura da insegurança*, [... assim] “a extensão dos dispositivos privados de proteção deve considerar-se no quadro das novas configurações dos vínculos sociais e sistemas de crenças mais elementares” (LORENC VALCARCE, 2014, p. 20, grifos do autor, tradução nossa).

No entanto, para Lorenc Valcarce, é claro que as empresas especializadas em prestar serviços de segurança são o eixo central da questão. Nesse sentido, resulta uma vantagem analítica considerá-las como “atores chave”, pois permite, como Durrington (2009) sugeriu, ver uma face fundamental para alcançar uma compreensão das ressignificações dos imaginários da insegurança e a própria cultura da vigilância e do medo. Pelo menos, é um dos elementos que concentra minha atenção para os casos das cidades de Pelotas e Rio Grande, na medida em que é muito visível a existência de um conjunto de prestadores de serviços, majoritariamente baixo a figura de empresa, que está sendo requisitado para cumprir funções de proteção pessoal e patrimonial, e que, consequentemente, adquirem centralidade no que diz respeito à ressignificação e reprodução dos imaginários. Como veremos mais adiante, esses prestadores de serviços podem, preliminarmente, ser classificados de acordo com o tipo de serviços requisitados e os modos como são fornecidos em “tradicionais” e “especiais”.

Essa distinção não remete a questões de ordem técnica, tampouco a questões que coloquem o tradicional como antigo ou ultrapassado. A distinção que faço – além de vir das próprias observações feitas sobre alguns prestadores nomearem os seus serviços como “especiais” – diz respeito à como um determinado grupo de serviços e *dispositivos de securitização* estão presentes tanto nos imaginários das pessoas quanto nas paisagens das cidades de Pelotas e Rio Grande, a tal ponto que viraram uma *tradição*, entendida como aquilo que forma parte da sociedade, que se reproduzem sem maiores questionamentos e que, em ocasiões, se celebra. Logo, é possível afirmar que o âmbito da segurança privada nessas cidades mostra-se com clareza, na medida em que são identificáveis atores e práticas – não é preciso indagar demasiado para reconhecê-lo. Porém, esse âmbito mostra algumas características que dão conta da emergência de uma nova categorização – os serviços “especiais” –, e por outro lado, os rearranjos na sociabilidade.

Entretanto, o meu argumento é que naquele âmbito se instituiu como “necessidade” o consumo de *dispositivos de securitização*, que veio substituir, mesmo que parcialmente, antigas formas de encarar a proteção, que eram tipicamente representadas mediante as alegorias da presença de um “cão bravo” ou de câmeras, através do adesivo informando “sorria, você está sendo filmado”. Parte dos rearranjos no âmbito da segurança privada mostra padrões novos de combinações de dispositivos, bem como um aprofundamento de formas de controle social marcadas pela normalização da vigilância e pelo uso do medo.

Como resultado desses rearranjos, tem se produzido uma transformação da sociabilidade, pois esses dispositivos começam a estar incorporados com certo grau de normalidade nas atividades da vida cotidiana. Pelo menos é o que pode ser analisado partindo-se dos dados coletados em Pelotas e Rio Grande, cidades nas quais o âmbito da segurança privada mostra as características acima comentadas, especialmente no que diz respeito à vida cotidiana, como veremos na próxima seção.

#### **1.4 Vida cotidiana**

Heller (1994) traz a questão da vida cotidiana para o debate filosófico – sociológico, rompendo com as posturas até então típicas, que consideravam o

cotidiano como um âmbito sem importância para o pensamento, bem como o momento da reprodução da alienação. Para ela, o fundamental da vida cotidiana é que nela “[...] o homem se objetiva em numerosas formas. O homem, formando o seu mundo (seu ambiente imediato), se forma também a si mesmo” (p. 24, tradução nossa). Então, é precisamente essa capacidade do indivíduo particular, de formar e se formar na vida cotidiana, o que a faz discordar das formas como até então era encarada a questão, entre essas, a realizada por Lukács de que a vida cotidiana apenas é a mediação entre a natureza e a sociedade (p. 21).

*Eu sou representante daquele ‘mundo’ no que os outros nasceram.* Na minha formação (no modo no qual eu apresento o mundo ‘acabado’) repercutirão também as minhas experiências pessoais, quando *comunico* o meu mundo, *expresso* também essas experiências, quando ‘transmito’ o meu mundo, contemporaneamente objetivo-me também a mim mesmo, no entanto, tenho-me já apropriado deste mundo. É evidente que isto não é somente válido para a formação, mas *sempre e em toda situação* da transmissão de experiências específicas (de trabalho), quando se dão conselhos e ainda dão-se exemplos conscientemente (HELLER, 1994, p. 24-25, grifos da autora, tradução nossa).

Outro elemento que Heller vai enfatizar tem a ver com a imbricação entre “pensamento cotidiano” e “forma de atividade da vida cotidiana”, pois ambas as partes são inseparáveis (p. 102). Isto é:

O pensamento cotidiano também é heterogêneo. Os traços comuns do pensamento que se manifestam nas diversas formas de atividade da vida cotidiana derivam simplesmente da cotidianidade: em parte pelo fato de que as formas heterogêneas de atividade da vida cotidiana devem ser realizadas em concomitância recíproca e num tempo relativamente breve; e em parte pelo fato de que estas formas heterogêneas de atividade são *diversas* em épocas diversas e nas diversas sociedades e estratos sociais, assim, toda vez é necessário um *saber distinto* para se apropriar delas e realizá-las. Do primeiro fato, deriva-se a *estrutura geral do pensamento cotidiano*, do segundo, derivam os *conteúdos concretos do pensamento cotidiano*. Evidentemente, esses dois fatores não têm uma vida separada. A estrutura do pensamento cotidiano de cada época e a estrutura dos conteúdos do pensamento determinados, e vice-versa, os conteúdos do pensamento concretos são cotidianos somente se e na medida em que se organizam na estrutura do pensamento cotidiano (grifos da autora, tradução nossa).

Com essa extensa citação, proponho debater que a ligação entre pensamento cotidiano e formas de atividade da vida cotidiana, é marcada pela heterogeneidade. Ou seja, a vida cotidiana é, por definição, heterogênea. É importante levar isso em consideração, uma vez que permite explicar o papel da moral e das moralidades na

vida cotidiana. Para Heller, a moral é uma “*atitude prática* que se expressa em ações e decisões que concernem a todos” (1994, p. 132, grifos da autora, tradução nossa). Assim,

A moral é a relação entre o *comportamento particular* e a *decisão particular*, por um lado, e as exigências genérico-sociais, por outro. Dado que esta relação caracteriza cada esfera da realidade, a moral pode estar presente em cada relação humana. Mas, dado que, em correspondência ao grau determinado de desenvolvimento das sociedades, as exigências e as tarefas estabelecidas pela sociabilidade, pela sua condição genérica, são radicalmente distintas nas diversas esferas específicas, a relação com elas não pode ser a mesma. Tal diversidade se expressa, entre outras coisas, nos *conflitos morais* (p. 132-133, grifos da autora, tradução nossa).

A moral, então, atua como estruturante da vida cotidiana, na medida em que os indivíduos vão interiorizando as exigências da época, tanto estruturando o pensamento cotidiano quanto os conteúdos concretos que lhes fornece essa moral. Ao ponto que: “quando a exigência da sociedade aparece como *uma exigência que o particular dirige a si mesmo* e que, evidentemente, põe de modo espontâneo ou consciente como meio incluso diante dos outros” (p.134, grifos da autora, tradução nossa).

Nesse sentido, podemos pensar em como a insegurança é, por si só, uma *moralidade*. Embora a insegurança possua uma dimensão subjetiva que tange a cada indivíduo, essa, certamente, é uma construção *intersubjetiva*, que fornece um quadro para guiar as *formas de atividade* da vida cotidiana. Isto é, a moral passa a ser pensada como *moralidades*, em um processo que dá conta da concretude das exigências que se tecem a partir do devir da sociedade numa época concreta. Daí que, para Heller, analisar as questões do *saber cotidiano* e da *verdade cotidiana*, no que concerne a essa distinção, seja fundamental. Assim, para o primeiro caso, dado que o saber cotidiano é, ao mesmo tempo, categoria objetiva e normativa, a sua apropriação – e o seu sucesso, mesmo estando orientado ao futuro – passa por beber da fonte do passado, que entende como um armazém de conhecimentos objetivados como saber cotidiano. O que, para Castoriadis (1982), é o instituído, como foi colocado acima.

Contudo, esse próprio saber cotidiano vai se desenrolando diante das novas situações cotidianas que surgem e sobre as quais também se gerará um novo saber e que terá funções normativas a partir daquele momento (HELLER, 1994, p. 317-321). Veja-se, então, que nos casos de Pelotas e de Rio Grande, existe um saber

cotidiano que vai surgindo a partir de situações comuns, cotidianas, que têm a *insegurança* como fator central, tal como Lorenc Valcarce (2014) indica; o que também permite pensar que a ideia de Kessler (2014) de *culturas locais de segurança* é uma forma de manifestação do *saber cotidiano* que solda uma específica *moralidade*.

Além disso, Heller coloca quais são os três fatores fundamentais e indissociáveis da vida cotidiana: *percepção, sentimentos e pensamentos* (1994, p. 329), e se valem do saber cotidiano, pois é ele, de acordo com a sociedade e a época, que dá acesso a determinadas estruturas e determinados conteúdos. Quer dizer, esse saber gera as bases para perceber aquilo que é “digno de ser percebido” (p. 331), no intuito de permitir pensar as maneiras possíveis de resolver problemas cotidianos (p. 333).

É, precisamente, graças a isso que podemos pensar que a vida cotidiana é, antes de tudo, *imaginada*, o que não significa nem que seja irreal, nem falsa, mas que está cheia de *significações* produzidas nas interações. Especificamente para o caso dos imaginários da insegurança, eles estão cheios dos conteúdos que as percepções, sentimentos e pensamentos lhes fornecem. Assim, além do elemento material, para a compreensão das transformações na vida cotidiana pela insegurança, resulta fundamental dar conta de como indivíduos cotidianamente estão percebendo-a, sentindo-a e pensando-a.

Isso nos leva à questão da *verdade cotidiana*. É justamente na juncão de pensamento e ação cotidiana que podemos encontrar a síntese entre *verdadeiro* e *correto*, o que é igual a pensar no *errôneo* e *incorreto*. Assim,

O saber cotidiano concretamente válido [...] nos oferece conhecimentos verdadeiros: aliás, nos apropriando desse saber, podemos nos manter na vida cotidiana e pensar adequadamente as necessidades relativas (HELLER, 1994, p. 337, tradução nossa).

Aquilo nos remete ao que é *verdadeiro*, quais ações são verdadeiras, e, portanto, corretas. E a resposta, segundo Heller, é que elas o são quando correspondem às “normas morais (concretas) cotidianas” e, desse modo, guardam relação com aquele saber herdado (objetivado e normativo) e a própria experiência pessoal. Assim, o *verdadeiro/correto* é medido através do “*sucesso da ação*”, a que, em consequência, vai gerar os critérios de exemplaridade que permitem que esse

saber verdadeiro – como norma – mantenha sua validade (1994, p. 337- 338, grifos da autora). Por oposição, então, aquele processo gera os conhecimentos errôneos/incorrectos, os quais surgem da ignorância, do erro ou da mentira.

Essa relação entre o verdadeiro/correto e o sucesso da ação, quando vista como moralidade, é uma das coisas que saltam à vista em Pelotas e Rio Grande, no que tange à questão da insegurança. Por exemplo, as lógicas que cruzam o âmbito da segurança privada estão impregnadas disso. Naquelas cidades é errôneo/incorrecto ter um pequeno comércio e não contratar um prestador de serviços de segurança privada; ou ter uma casa em um bairro mais heterogêneo, como o Centro, e não garantir individualmente a proteção do patrimônio e da vida por meio de algum desses serviços. Ao menos é isso o que se desprende atualmente das expressões que provêm do senso comum e que analisei ao longo dos últimos dois anos.

Heller faz relação entre percepção, pensamento e sentimentos cotidianos para insistir que eles, além de incindíveis, são “antropologicamente primários”, ao passo que “realizam coletiva e simultaneamente o conhecimento e a ação do homem” (1994, p. 342, tradução nossa). Depois, quando ela aborda o tópico do contato cotidiano, essa relação vai jogar um papel central, na medida em que ele, seja do tipo *casual*, *habitual*, ou *organizado*, é diferente do conceito de relações interpessoais, e pode estar mediado por objetos. Assim, as relações que marcam o nosso contato cotidiano, além de essenciais, podem ser definidas pela sua intensidade, o que marcaria o grau de maior ou menor igualdade. Quanto mais livre é a eleição da relação, mais iguais e cheias de conteúdo serão (1994, p. 363-381). Isto é importante na medida em que serve para questionar o grau de liberdade que estão tendo as relações cotidianas num contexto de crescente *insegurança*.

O contato cotidiano acontece, então, no espaço *cotidiano*, que, para Heller, é “*antropocêntrico*: no seu centro está sempre o homem que vive a sua vida cotidiana” (1994, p. 382, tradução nossa). Daí a importância de ter um “*ponto fixo no espaço*”, que, tipicamente, é “*a casa*”, onde os indivíduos conseguem a familiaridade, mas é preciso que nesse ponto “exista também o sentido da *segurança*: a casa protege” (p. 385, grifos da autora). É por isso que: “Ir a casa significa mover-se na direção de um ponto fixo no espaço onde nos esperam coisas conhecidas, habituais, a segurança e uma forte dose de sentimento” (p. 385).

Isso explica, em parte, a reclusão no espaço privado/intimo que as pessoas estão autoinfringindo, mas também essa procura de vida tranquila. Corroborando as ideias de Caldeira (2000), isso é o que o muro gera, enquanto que, para os casos de Pelotas e Rio Grande, a casa protege só se ela tiver *dispositivos de securitização*; que é parte do que analisa Rapoport (2012), como comentado acima.

Tanto quanto o espaço cotidiano, o tempo cotidiano é também antropocêntrico, sendo que o seu sistema de referência é o presente, e tem relação estreita com o tempo vivido, que é a dimensão *subjetiva* do tempo: “A experiência interior temporal da pessoa não é mensurável de jeito nenhum, ou melhor, não é possível expressá-la (descrever, captar) com a quantidade de tempo transcorrida” (HELLER, 1994, p. 392, grifos da autora, tradução nossa). Ao mesmo tempo, essa experiência temporal interior está atrelada à *fantasia*, à *memória* e à *imaginação*. “O tempo vivido é, portanto, subjetivo porque é o *meu tempo*; cada pessoa tem um tempo vivido *distinto*” (p. 393). Porém, isso não quer dizer que os tempos vividos individuais sejam incomensuráveis, pelo contrário, tanto mais densos e numerosos sejam os contatos cotidianos, mais pessoas compartilharão o mesmo fragmento do tempo (p. 393). E, nesse compartilhar, as experiências vividas naquele tempo por algum dos indivíduos passam a ser também experiências comuns, o que permite pensar em como situações de insegurança podem ser vivenciadas como próprias mesmo tendo acontecidos a outrem.

Lefebvre (1991), por sua vez, vindo também de uma tradição marxiana e com preocupações semelhantes às de Heller, especialmente no que tange à importância de estudar a vida cotidiana, concentra-se em debruçá-la porque:

Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (p. 30, grifos do autor).

Eis, aí, a preocupação central do autor: como é e quais as características dessa cotidianidade no mundo moderno, na modernidade. Assim, cotidianidade e modernidade aparecem juntas na sua análise.

O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. [...] É, portanto, aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, é uma ética

subjacente ao emprego do tempo, uma estética da decoração desse tempo empregado. É o que se une à modernidade. [...] Ora, cada um deles, o cotidiano e o moderno, marca e mascara, legitima e compensa o outro (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

Nesse duplo processo que envolve o cotidiano e o moderno, Lefebvre refere que: “Nossa vida cotidiana se caracteriza pela nostalgia do estilo, por sua ausência e pela procura obstinada que dele empreendemos” (p. 36). Assim:

A história da cama, do armário, do enxoalho é do maior interesse. De qualquer modo, o que importa para nós é que o armário camponês (desde quando os camponeses tiveram armários) não era desprovido de estilo, que os objetos mais usuais e mais simples (recipientes, vasos, tigelas etc.) diferiam conforme os lugares e as camadas sociais. Em outras palavras, as formas, as funções, as estruturas das coisas não eram nem dissociadas, nem confundidas. Elas se prestavam a um número considerável, talvez ilimitado, de variações (por sinal, inventariáveis) (p. 36).

Trata-se, então, no caso das cidades de Pelotas e Rio Grande, de fazer uma história dos *dispositivos de securitização* para compreender a dinâmica que a produção exprime na vida cotidiana dessas cidades. Para isso, a relação objetos – produção – vida cotidiana, pode ser vista assim:

O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção ‘espiritual’, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do ‘ser humano’ por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve a reprodução. Não há apenas reprodução biológica (e consequente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais (LEFEBVRE, 1991, p. 37).

Como já mencionado, para Lefebvre, a vida cotidiana é o lugar para a produção, no sentido amplo do termo, o que, então, também guarda estreita relação com o consumo. Na sociedade moderna capitalista, o consumo guia a vida. É por isso que ele vai designá-la como “*Sociedade burocrática de consumo dirigido*”, na qual, por exemplo, as atividades dos indivíduos, dedicadas ao lazer, estão fora da análise da reprodução cotidiana, na medida em que esse tempo de ócio não está incorporado – necessariamente – na lógica da produção. Assim, nessa sociedade burocrática de consumo dirigido: “O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada”

(LEFEBVRE, 1991, p. 82). O indivíduo precisa *proteger-se*, e o faz *consumindo segurança*, ao menos no que diz respeito às preocupações contidas nos *imaginários da insegurança*, como sustento ao longo deste texto.

Nas partes subsequentes, apresento, na parte 2, a abordagem metodológica que guia esta proposta de dissertação. Seguidamente, na parte 3, busco aprofundar a noção de *insegurança*, em conjunto com a de *segurança*, na medida em que elas são o pano de fundo que movimenta as transformações na sociabilidade nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Isso não pode ser compreendido sem entrar na análise das formas como se expressa e se estrutura aquilo que tenho trabalhado sob o rótulo de *cultura do medo e da vigilância*. Logo após, apresento, na parte 4, as características da sociabilidade e, portanto, da *vida cotidiana* nas cidades investigadas, sobretudo no que diz respeito às mudanças atreladas às ressignificações dos imaginários da insegurança. Na parte 5 mostro, no âmbito da *segurança privada*, as características das práticas securitárias e dos serviços consumidos. Por fim, a última parte é dedicada às considerações finais derivadas do conjunto dessa pesquisa.

## **2 Reflexões sobre o método**

Na introdução, foram apresentadas as premissas teóricas e analíticas que norteiam a pesquisa, especificamente no que diz respeito à construção do problema dos imaginários da insegurança enraizados numa cultura do medo e da vigilância, cujas implicações estão dando conta das formas de sociabilidade na medida em que elas têm contribuído na mudança da vida cotidiana. Todo isso acontecendo a partir do despregue de práticas que pretendem a proteção do patrimônio e da vida, e que vão, assim, conformando moralidades. O foco tem sido posto no âmbito da segurança privada, pois é nele que se identifica mais facilmente esse movimento, particularmente no que diz respeito ao consumo de dispositivos de securitização. Porém, pouco foi dito acerca da abordagem metodológica.

Esta parte 2 tem como propósito apresentar quais são as premissas na ordem do método que guiaram o desenvolvimento da pesquisa, como forma de explicitar os fundamentos epistemológicos e metodológicos que sustentaram tanto a coleta dos dados quanto a análise deles. Assim, esta parte está dividida em três seções. Na primeira, aponto as questões mais gerais e, em algum sentido, mais atinentes à reflexão epistemológica, partindo da potência que uma abordagem de cunho qualitativo fornece para a pesquisa nas ciências sociais. Na segunda parte, passo a explicar e comentar a escolha das técnicas, ou seja, uma reflexão mais tipicamente metodológica. Finalizo a parte 2 apresentando uma justificativa para a escolha das cidades de Pelotas e Rio Grande, com o uso de dados contextuais, e, assim, expondo as condições nas quais aconteceu o trabalho de campo.

## 2.1 A opção qualitativa para pesquisar lógicas culturais

A produção de conhecimento em pesquisas de cunho qualitativo que se preocupam com a compreensão dos sentidos que informam as ações e por deixar falarem às pessoas que vivem determinado processo ou fenômeno, podem ser enquadradas no marco daquilo que propôs Geertz (1992): captar a complexidade e a peculiaridade que caracterizam uma situação de pesquisa num universo “micro-social”. Então, conforme Geertz (1992), esta pesquisa procura uma *descrição densa* da questão dos imaginários da insegurança.

O propósito da pesquisa não é, nem fazer uma teoria dos imaginários sociais, nem uma generalização que procure correlacionar variáveis ou estabelecer padrões de comportamento daquele fenômeno com o intuito de definir tendências. É, sim, explorar as possíveis imbricações que esse processo de construção e ressignificação de imaginários sociais têm com uma lógica cultural maior – *cultura do medo e da vigilância* – e que possui um conjunto de expressões identificáveis nas práticas cotidianas e na paisagem urbana que nutrem – e se nutrem de – no âmbito da segurança privada. Importante é, igualmente, prestar atenção às formas como os atores sociais envolvidos agem dentre desse processo, quais os sentidos que mobilizam, quais as negociações de sentido que despregam, quais as práticas que desenvolvem. Ou seja, interessa mais a descrição pormenorizada, que mergulhe em detalhes do processo, que preste atenção nas singularidades.

Isso implica uma postura ontológica e epistemológica, pois a pesquisa qualitativa que se insere nesta perspectiva – que podemos dizer que está profundamente guiada por preocupações de cunho etnográfico – constrói sua validade no singular, no micro; isto é, a partir da premissa de que o conhecimento sobre o social é sempre uma construção intersubjetiva. Conforme Vasilachis (2006), “Esta maneira de pesquisar é considerada como uma forma de pensar mais do que como uma coleção de estratégias técnicas” (p. 27, tradução nossa).

Vasilachis também concorda com a literatura sobre as questões que dizem respeito à epistemologia da pesquisa qualitativa quando postulam que essa abordagem é uma “forma de ver” a realidade social, porém, para ela, isso deve ir além, pois:

[...] essa ‘visão’ goza de um plus que é aquilo que lhe outorga o paradigma interpretativo através do qual o pesquisador privilegia o profundo sobre o superficial, o intenso sobre o extenso, o particular sobre as generalidades, a captação do significado e do sentido interno, subjetivo, antes que a observação exterior de supostas regularidades objetivas (VASILACHIS, 2006, p. 49, tradução nossa).

Nesse sentido, conforme Vasilachis, profundidade, intensidade, particularidade são três características que fazem da pesquisa qualitativa uma forma de indagar sobre aquelas questões que dizem respeito aos processos que envolvem significações, sentidos. Esse é precisamente o caso desta pesquisa, como apontado na introdução.

No entanto, é importante também destacar que pensar em pesquisa qualitativa nos leva à possibilidade de abordagens múltiplas sobre os processos ou fenômenos que serão pesquisados. Ou seja, não existe uma pauta fechada sobre aquilo que deva compor o desenho de uma pesquisa de cunho qualitativo. Nesse sentido, esta pesquisa caracterizou-se por sua flexibilidade quanto ao uso das técnicas, mas sempre partindo de uma abordagem muito próxima à etnográfica, na medida em que ela tem se deparado com os três elementos que menciona Ameigeiras (2006, p. 114):

[...] a ‘descrição’ da cultura em primeiro lugar; a necessidade de compreender os ‘significados’ das ações e sucessos presentes nelas, em segundo lugar; e, finalmente, o requerimento de fazê-lo em consonância com o ‘ponto de vista’ daqueles que a vivem (tradução nossa).

Contudo, a minha pesquisa não é *uma etnografia*, no sentido comumente usado na antropologia. Mas, sim, têm sido os seus pressupostos a base a partir da qual tenho pensado e desenvolvido o trabalho de campo. Na próxima parte explicito as escolhas metodológicas.

## **2.2 Combinando técnicas na abordagem do problema**

Quando se desprega uma abordagem com implicações etnográficas, de acordo ao comentado acima, a escolha pela singularidade significa que se está diante a *construção* – e posterior análise – de *um caso*. Nesse sentido, o desenho de pesquisa que desenvolvi esteve baseado naquilo que a literatura metodológica chama de *estudo de caso*, especificamente considerado como *estudo de caso*

*qualitativo* (HARRISON; BIRKS; FRANKLIN; MILLS, 2017; MERRIAN, 1998; NEIMAN; QUARANTA, 2006; STAKE, 2005). A partir disso, uma primeira aclaração passa por aquilo que Stake comenta: “O estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas a escolha do que vai ser estudado. [...] Além dos métodos, nós escolhemos estudar o caso” (2005, p. 443, grifos do autor, tradução nossa).

Neiman e Quaranta (2006), na linha de argumentação anterior, afirmam que:

O caso ou os casos de um estudo podem estar constituídos por um fato, um grupo, uma relação, uma instituição, uma organização, um processo social, ou uma situação do cenário específico, construído a partir de um determinado – e sempre subjetivo e parcial – recorte empírico e conceitual da realidade social, que conforma um tema ou problema de pesquisa (p. 218, tradução nossa).

Nesta pesquisa, o caso são as novas formas de sociabilidade que emergem da ressignificação dos imaginários da insegurança; e não é definido pelas cidades, pois elas são os cenários onde posso olhar as expressões que o problema manifesta.

Isto cumpre com as três características que um caso deve possuir, segundo Merriam (1998, p. 29-30): ser particularista, descritivo e heurístico. Esses elementos são característicos, também, das abordagens construtivistas das pesquisas de casos de estudo, pois, conforme Harrington, Birks, Franklin e Mills (2017) afirmam “[...] o pesquisador assume que a realidade é intersubjetivamente construída através de sentidos e compreensões social e experiencialmente desenvolvidas”<sup>4</sup> (tradução nossa). Isto culmina com a perspectiva teórica desta pesquisa no que diz respeito tanto à justificativa quanto à perspectiva que informa a análise dos dados que utilizo nos partes a seguir.

Por outro lado, um estudo de caso permite combinar técnicas, pois o foco é precisamente indagar as particularidades, dar conta de alcançar uma compreensão profunda, densa do problema que constitui o caso; e, para isso, não existem restrições além da devida sistematicidade e rigor na aplicação e na análise dos dados produzidos (HARRINGTON; BIRKS; FRANKLIN; MILLS, 2017).

Assim, Pelotas e Rio Grande operam como cenários do caso estudado, no qual pode ser identificado, descrito e analisado. As cidades são, nesse sentido, um “microcosmo”, com densidade própria. De acordo com os dados obtidos na

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/2655/4079#g342>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

pesquisa, foi possível identificar a existência de elementos comuns nos padrões de consumo de *dispositivos de securitização* nas duas cidades, bem como nas *valorações* que exprimem a *moralidade* cotidiana, segundo a qual o certo é se sentir seguro e protegido, transferindo a responsabilidade aos prestadores de serviços de segurança privada (LORENC VALCARCE, 2012, 2014). No que diz respeito às preocupações sobre a insegurança, a paisagem daquelas cidades propiciou obter-se dados que permitem a datação dos objetos para identificar as temporalidades (LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 2002). Nas partes seguintes desta dissertação exploro em detalhes o exposto acima e outros achados da pesquisa.

A seguir passo a explicar a fundamentação da estratégia metodológica empregada, iniciando com a problematização de minha própria condição como pesquisador, pois tem sido ela mesma um fator de tensão e complexidade tanto na construção do objeto quanto na forma de abordá-lo.

Sou estrangeiro, venezuelano, e venho da capital deste país, Caracas, cidade não apenas imaginada como violenta e perigosa, mas com o lamentável fardo de ser “a mais violenta do mundo” segundo uma pesquisa elaborada pelo *Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal*, na que a taxa de homicídios por cada 100 mil habitantes para 2016 é de 130,35<sup>5</sup>. Moro no Brasil desde fevereiro de 2016, em Pelotas – RS, cidade que é apresentada por seus moradores como perigosa e na qual é necessário ser cauteloso dado o desborde da violência e criminalidade. Assim é imaginada a cidade e fui advertido disso quando cheguei. Essa situação tem me levado a questionar até que ponto a cidade imaginada é uma expressão de uma intersubjetividade que remete a processos que, até esse momento, eram completamente alheios para mim. Eis, aí, um primeiro elemento que me fez problematizar a questão dos imaginários da insegurança que transbordam a cotidianidade e a paisagem urbana. Aos poucos me dei conta que esses imaginários não são exclusivos de Pelotas, pois comentários semelhantes são expressados em Rio Grande – RS, por exemplo. Então, em ambas as cidades acontece uma *normalização* de *dispositivos de securitização*, de um lado, o que se evidencia olhando atentamente a paisagem urbana; e, de outro, a reprodução do senso comum do medo e da vigilância.

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/download/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia> >. Acesso em: 25 fev. 2018.

Observei que para alguns moradores não há uma problematização da questão da insegurança, no sentido de ser discutida além do senso comum. Isto ficou claro para mim, por exemplo, quando falava com colegas sobre minhas inquietações, e mesmo sendo elas e eles naturais ou moradores há anos das cidades de Pelotas e Rio Grande não conseguiam enxergar essa questão além da sua normalidade. Então, esse “olhar de fora”, não comprometido com aquele senso comum, tem me permitido observar as bases dessa cotidianidade, por um lado, pois ajudou a questionar tanto a minha própria experiência que tendia a relacionar violência e criminalidade com a escala da cidade (pequena, média e grande), quanto a normalização da gravidade com a qual a violência e o crime têm se instalado nos imaginários dos “nativos”. No entanto, por outro lado, esse “olhar do forasteiro” também foi um problema na medida em que dificultou – em modos e momentos diferentes – o acesso a essa configuração cultural que está por traz dos imaginários.

Esses elementos problematizaram a minha condição de pesquisador, o que é importante deixar claro para compreendermos quais foram as vantagens e desvantagens do fato de ser estrangeiro. Contudo, a minha aproximação ao campo esteve pensada também a partir de certa experiência em pesquisas anteriores fazendo observação sistemática desde uma perspectiva mais etnográfica (MATO; MALDONADO FERMÍN; REY, 2011). O resultado foi ter uma constante e comprometida atitude para deixar-me surpreender e, como comenta Ameigeiras, é o que abre a possibilidade de ter uma atitude “[...] ‘sensível’ e ‘atenta’ à realidade, capaz de pousar-se sobre as coisas mais do que passar por elas, de des-cobrir o que as singulariza mais do que contabilizar o que as uniformiza” (2006, p. 119, tradução nossa). Essa forma de me colocar diante o problema tem sido importante para “descodificar” uma parte desses imaginários sociais, bem como para servir como potência analítica, que é uma das chaves que Stake (2005) coloca como central na escolha de um caso:

O pesquisador examina diversos elementos de interesse no fenômeno, escolhendo o caso a partir de alguma tipicidade, mas inclinando-se por aqueles casos que se mostrem propensos a ser uma *oportunidade para aprender*. [...] Isto é, escolher o caso mais acessível ou aquele no qual possamos dedicar mais tempo. O potencial de análise é o critério diferenciador – e, às vezes, superior – da representatividade [do caso] (p. 451, grifos do autor, tradução nossa).

Levando em consideração esse posicionamento inicial, a estratégia metodológica consistiu em:

*Observação sistemática* de áreas significativas em cada cidade. Isto implicou *flanar* as cidades para descobri-las, num primeiro momento, e identificar padrões. Isto permitiu identificar que a *placa* é um objeto chave e que, portanto, oferece muitas informações sobre a questão dos imaginários da insegurança. Esse foi o ponto de partida que ajudou a “refinar” a observação, fazendo-a mais atenta, mais focada na identificação de: (1) as características das placas, especialmente das imagens usadas nelas<sup>6</sup>; e, (2) os tipos de dispositivos de securitização que estão postos na paisagem. Dessas observações, foi possível gerar diversos registros, que foram compondo as leituras das cidades e, por sua vez, ajudaram a “filtrar” as jornadas de observação que seguiram.

Contudo, uma vez conseguido compreender certos códigos, a observação passou a ter um caráter muito mais rigoroso, no sentido do seu compromisso com a pesquisa, mas não com um posicionamento epistemológico de observador externo e exterior que consegue “ler” objetivamente aquilo que está posto na sua frente; muito pelo contrário, tem sido uma observação comprometida e da qual estou ciente de que as minhas valorações, preocupações, medos e desejos estão refletidos, como também o estão na análise dessas observações, na medida em que não foi possível ser um observador imparcial.

*Uso da câmera fotográfica para captura de imagens.* Mesmo parecendo que é uma atividade que acontece de forma “natural” junto com a da observação sistemática, considero importante refletir sobre o uso da câmera fotográfica como um componente independente da estratégia metodológica. Isto é, o uso da câmera pode ser um elemento perturbador, uma vez que as imagens que tenho capturado são as dos *dispositivos de securitização* que, por sua vez, são materialidades da *cultura do medo e da vigilância*. Daí que esta atividade implicou uma racionalização sobre qual imagem, em quais condições e quando seria o momento mais apropriado para tirar a fotografia, sem mencionar que esses processos também incluíram se usaria o

---

<sup>6</sup> Desse processo de “refinar” a observação apresentei alguns achados no VIII Seminário Nacional de Sociologia & Política, em cujos anais foi publicado o trabalho (MALDONADO, 2017). Naquele texto, faço uma sucinta análise semiótica das imagens das placas dos prestadores de serviços de segurança privada da cidade de Pelotas.

aparelho câmara ou o aparelho celular. Sobretudo, porque as imagens capturadas devem tentar expressar elementos vinculados ao simbólico que está por trás, ao que compõe esses imaginários. A câmera é um instrumento, um recurso, que estou também problematizando, pois o produto que ela ajuda a construir – a imagem – não é nem neutra, nem objetiva, ela contém uma carga subjetiva muito forte da qual estou ciente, pois ela pode chegar a transmitir os meus medos ou desejos, os quais têm acompanhado o meu percurso de pesquisa.

As imagens produzidas são discursos, são produções imagéticas que auxiliam na análise daqueles imaginários sociais que mudam a cotidianidade e que dão conta desse âmbito da segurança privada nas cidades. Destarte, não apresento uma análise apenas das imagens capturadas, mas como elas são uma *textualidade* na medida em que têm servido para sustentar argumentações tanto advindas das reflexões produto da observação quanto dos depoimentos dos informantes. Ou seja, as imagens são *dados* construídos para a argumentação que se encontrará ao longo da dissertação.

No decorrer dos últimos dois anos, tive acesso a múltiplas questões que fazem parte dos imaginários da insegurança por meio de conversas casuais, isto é, não preparadas, mas que aconteciam “naturalmente” na interação com as pessoas das cidades de Pelotas e Rio Grande. Essas conversas foram parte das cenas cotidianas e, assim, veículos para expor as “verdades”, os *sentidos* que informam as práticas das pessoas no seu dia a dia e que, consequentemente, configuram as *significações sociais*. Ou seja, foi a partir dessas conversas que passei a ter “acesso” ao *senso comum*. Então, ao longo da pesquisa, essas conversas têm sido fontes de informação de muitíssima utilidade, tanto que, a partir delas, consegui acesso ao “microcosmo” e, daí, à formalização da produção dos dados para a análise, mediante a aplicação de um questionário e a realização de entrevistas em profundidade, cujos detalhes explico a seguir.

**Questionário.** O propósito da aplicação do questionário foi a de estruturar em questões fechadas e abertas as opiniões que as pessoas tinham sobre os imaginários da insegurança. Quer dizer, procurei identificar padrões que dessem conta dos *sensos comuns do medo e da vigilância*, sempre baixo a premissa de que esses padrões davam conta da *intersubjetividade* de que advém o senso comum.

Além disso, o questionário explorou (1) as principais associações que as pessoas fazem da relação segurança-insegurança; (2) a frequência com que se fala e as fontes das quais se informam disso; (3) as mudanças na vida cotidiana; (4) a compreensão sobre o âmbito da segurança privada, os serviços usados ou desejados e a eficácia deles; e, (5) a confiança tanto na segurança privada quanto na pública. Para isso, o questionário combinou perguntas abertas e fechadas, algumas de múltipla escolha, e estava desenhado para ser autoaplicado, isto é, que o informante podia respondê-lo sem a inferência do pesquisador, mas no caso de o informante preferir, como aconteceu com alguns deles, o informante ditava as respostas para o pesquisador preencher o questionário (vide Apêndice).

O “público-alvo” deste questionário esteve constituído principalmente por comerciantes, mas também foi respondido por encarregados de pequenos comércios e, em menor quantidade, por estudantes e trabalhadores sem vinculação com a atividade comercial. No total, apliquei 28, distribuídos entre as duas cidades, sendo 17 em Rio Grande, e 11 em Pelotas. Isto não corresponde com nenhuma técnica de amostragem, pois o propósito nunca foi produzir dados estatisticamente relevantes para poder generalizar e extrapolar os resultados ao universo. Porém, o questionário permitiu relevar um conjunto de informações que apoiam a análise, que servem para “triangular” os dados coletados/produzidos com as outras técnicas, como se verá nas próximas partes.

*Entrevista.* Pensadas e conduzidas de modo *não estruturado*, apenas com ajuda de uma guia de tópicos, foram realizadas oito entrevistas, repartidas por igual entre as duas cidades. À exceção de uma das informantes, todos os demais são comerciantes, donos de algum estabelecimento comercial de pequeno ou médio porte. Em média, o tempo de duração de cada entrevista foi de 40 minutos, período durante o qual foi possível explorar tópicos associados à reconfiguração dos imaginários da insegurança, de maneira menos constrangedora do que no questionário.

Nesse sentido, durante a entrevista, coloquei *questões críticas* (vide Apêndice para o roteiro de tópicos) de modo aberto, mais casual, contudo, certificando-me de que ambas as partes estavam cientes de que se tratava de uma entrevista com fins acadêmicos. Além disso, a condução destas entrevistas não estruturadas permitiu que os entrevistados colocassem outras questões, mesmo pouco focadas nas

questões críticas, mas que ofereceram informações de alta valia, como por exemplo, o relato da existência, na metade do século passado, em Rio Grande, de um serviço de “guarda noturna” por assinatura, vinculado à companhia que era responsável pela iluminação pública, que, posteriormente, deu continuidade ao estabelecimento de serviços semelhantes, alguns deles ainda ativos.

As entrevistas possibilitaram constatar que os oito entrevistados utilizam algum tipo de dispositivo de securitização, em boa parte devido à profunda preocupação pela insegurança, especialmente no que diz respeito à importância de proteger-se diante o aumento da criminalidade e, consequentemente, do aumento dos riscos. Igualmente, os entrevistados veem a segurança privada como uma necessidade, que lhes outorga certo nível de proteção, embora também expressem certo grau de ceticismo e declarem não confiar plenamente nela.

O acesso a essas pessoas foi variado e respondeu às circunstâncias do trabalho de campo. Assim, por exemplo, três entrevistas foram possíveis apenas pela indicação que amigos fizeram àqueles que acabariam aceitando conversar comigo sobre esses temas. Outras três, pela existência prévia de um vínculo meu com os entrevistados, baixo a forma de ter eu sido, primeiramente cliente dos seus negócios, o que dava conta de certa familiaridade. Esses detalhes não são supérfluos, eles sugerem a dificuldade de aprofundar com um estranho as questões que dizem respeito à insegurança. Tanto é que dois dos entrevistados não aceitaram serem gravados, e outro, ao finalizar a gravação, comentou que só aceitou fornecer-me a entrevista por causa da indicação feita pela pessoa conhecida por nós dois, justificando que, desses assuntos, ele não falaria com qualquer um.

Como mostro nas partes que sucedem a esta, procuro a partir dos registros das minhas observações nas cidades de Pelotas e Rio Grande, das imagens que produzi dos objetos e das falas dos moradores, consegui construir uma base argumentativa que responde ao problema de pesquisa. Isto é, analisar como os imaginários sociais da insegurança transformam a sociabilidade contida na vida cotidiana, cuja materialidade acontece nas práticas que configuram o âmbito da segurança privada. Mas isso somente foi possível graças ao manejo coerente e sempre questionador do embasamento teórico apresentado, em detalhe, na introdução. A combinação de procedimentos metodológicos tem permitido, também, elaborar algumas teorizações que apresento na última parte da dissertação, com o intuito de contribuir à compreensão da questão da insegurança. Para tanto analiso

situações particulares em contextos específicos, seus desdobramentos simbólico-sociais e suas expressões materiais na paisagem das cidades. Daí a importância de, tanto acessar o mundo dos imaginários, do simbólico, quanto o mundo material, dos objetos. Nesse sentido, Pelotas e Rio Grande foram cenários que apresentaram elementos analiticamente potentes para dar conta dessa investigação.

### **2.3 O contexto das cidades de Pelotas e Rio Grande**

Pelotas e Rio Grande possuem uma forte ligação histórica, social e cultural. Por vezes rivais, por vezes parceiras, ambas as cidades estão vinculadas, além mesmo das suas próprias especificidades. Tanto é que, do ponto de vista do ordenamento territorial, são consideradas como uma aglomeração urbana bipolarizada, questão que é ressaltada por Soares e Ueda (2007, p. 384, 390), pois essa “rede urbana do Sul” tem uma forte “polarização em Pelotas e Rio Grande” que é histórica, e que, além disso, ambas as cidades são o centro da chamada Aglomeração Urbana do Sul – AUSUL. Porém, fazem a ressalva de que Pelotas e Rio Grande são consideradas unidades independentes, cada uma delas possui suas especificidades, cumprindo funções específicas de atração e polarização, sendo um “[...] caso pouco comum de aglomeração urbana bipolarizada no Sul do Brasil”, na medida em que ela “[...] se dá muito mais por fluxos de trabalho, negócios e estudos, do que pela conurbação ou integração física das áreas urbanas das duas cidades, as quais ainda possuem uma dinâmica bastante independente” (SOARES; UEDA, 2007, p. 402).

Essas particularidades que ambas as cidades possuem dão conta de um dinamismo, que reflete questões históricas e estruturais que puderam ser objeto de outra pesquisa. Para o caso desta pesquisa, para além de apresentar uma dimensão mais geral de dados estruturais, importo-me em dar conta de uma magnitude objetiva dos índices de criminalidade, pois esses dados convertem-se em um fator a considerar na hora de pensarmos os imaginários da insegurança, mesmo não estando ancorados diretamente nas significações sociais.

Uma breve leitura dos indicadores criminais (tabela 1) que fornece a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) permite obter um panorama das mudanças tanto quantitativas – magnitude: aumentos e quedas, quanto qualitativas – variações nos tipos de delitos. Porém, isto apena

reflete o estado atual da situação que coincide com as ressignificações dos imaginários da insegurança. Não é o propósito sinalizar que é a partir de 2013 que a insegurança desbordou, somente tenho tomado os últimos cinco anos para ilustrar essas oscilações.

Tabela 1 – Homicídios dolosos, furtos e roubos no RS, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande – anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 – valores absolutos e relativos.

Indicadores Criminais	Anos	Estado	Municípios		
		RS	P. Alegre	Pelotas	R. Grande
Roubos (inclui roubos de veículos)	2013	64494	25662 (39,79%)	3094 (4,80%)	1570 (2,43%)
	2014	75312	31244 (41,49%)	3032 (4,03%)	1666 (2,21%)
	2015	97254	40440 (41,58%)	3800 (3,91%)	2572 (2,64%)
	2016	105117	42954 (40,86%)	3982 (3,79%)	2649 (2,52%)
	2017	105006	43005 (40,95%)	4414 (4,20%)	2755 (2,62%)
Latrocínio	2013	131	25 (19,08%)	5 (3,82%)	3 (2,29%)
	2014	140	26 (18,57%)	6 (4,29%)	3 (2,14%)
	2015	140	36 (25,71%)	4 (2,86%)	4 (2,86%)
	2016	164	40 (24,39%)	10 (6,10%)	2 (1,22%)
	2017	124	12 (9,67%)	6 (4,83%)	1 (0,80%)
Homicídio Doloso	2013	1935	463 (23,93%)	53 (2,74%)	31 (1,60%)
	2014	2338	570 (24,38%)	65 (2,78%)	55 (2,35%)
	2015	2429	588 (24,21%)	99 (4,08%)	40 (1,65%)
	2016	2627	706 (26,87%)	66 (2,51%)	36 (1,37%)
	2017	2606	574 (22,02%)	106 (4,06%)	57 (2,18%)
Furtos (inclui furtos de veículos)	2013	183223	39763 (21,70%)	5957 (3,25%)	4027 (2,20%)
	2014	187878	41507 (22,09%)	5584 (2,97%)	3842 (2,04%)
	2015	178418	36401 (20,40%)	4573 (2,56%)	3542 (1,99%)
	2016	176977	33264 (18,80%)	4338 (2,45%)	3350 (1,89%)
	2017	161085	30707 (19,06%)	4196 (2,60%)	3260 (2,02%)

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da SSP/RS, da FFE e do IBGE: <<http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>>, <http://feedados.ffe.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>>, <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>>, respectivamente. Acesso em: 23 abr. 2017, 03 jul. 2017 e 29 jan. 2018.

Ambos os achados não apenas mostram as variações da criminalidade nessas cidades, mas mudanças nos padrões que remetem ao aumento da violência. Esse é o caso, por exemplo, da tendência à queda do crime registrado como “furto” – que não implica violência física, nem necessariamente a presença dos donos dos objetos que são furtados, enquanto que o crime de “roubo” apresenta aumentos significativos no período analisado (2013-2016), de modo global para todo Rio

Grande do Sul, e também para o caso das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Na tabela 1, observam-se essas mudanças.

Contudo, esses dados da SSP/RS devem ser tomados com cuidado, pois eles não fornecem os detalhes necessários para compreender com maior precisão as causas prováveis dos aumentos ou as quedas de alguns indicadores. É certo, também, que esse trabalho de detalhar os números implicaria uma pesquisa maior, que revise os boletins de ocorrências para conhecer as características do acontecido. Isso seria relevante para tentar reforçar, ou não, as hipóteses que vinculam os aumentos dos homicídios dolosos com o tráfico de drogas, mas também para se fazer uma ideia mais específica de quem é a vítima. Enfim, essas questões – mesmo sendo muito interessantes – extrapolam minha pesquisa, visto que meu interesse é usar alguns desses dados para mostrar a dimensão objetiva do problema da insegurança, com o intuito de, não pensar que é um problema meramente vinculado às questões da violência criminal, nem que é apenas um medo sem fundamento das pessoas, inoculado pela mídia.

Voltando aos dados da tabela 1, o peso relativo da somatória das ocorrências dos crimes selecionados para as cidades de Pelotas e Rio Grande, quando estimado a partir do total geral do RS, resulta pouco significativo, os dados que compõem essa somatória mostram uma tendência oscilante na ocorrência dos crimes “homicídios dolosos” e “latrocínios”; que não acompanha o movimento que se registra tanto para o estado, quanto para o município de Porto Alegre. Entretanto, pode ser observada uma tendência à alta no crime de “roubos” nas duas cidades, o que indica, também, que há maior violência e intenção de fazer dano às vítimas por partes dos agressores, que é coincidente com o movimento no RS e na capital do estado. Contudo, há uma tendência à queda na ocorrência do crime “furto”, o que não implica violência física.

Desde o ponto de vista meramente estatístico, os dados apresentados mostram variações pouco expressivas nas cidades de Pelotas e Rio Grande, quando comparadas, tanto com os totais gerais do RS quanto com os totais correspondentes ao município de Porto Alegre. Mesmo assim, dão conta de aumentos significativos em determinados anos, que deveriam ser analisados contextualmente, visando identificar fatos que os expliquem. Contudo, essa análise foge do meu propósito, pois a ressignificação dos *imaginários da insegurança* não se produz pela análise desses dados – os cidadãos, em média, no marco da sua cotidianidade, dificilmente

ocuparão seu tempo na leitura pormenorizada daqueles dados. E quando o fazem, é com a *mediação* de alguma fonte, que pode ser uma mídia tradicional (jornal, TV ou rádio), ou digital, do tipo rede social (Facebook, Twitter, WhatsApp).

O dado que resulta mais emblemático é o dos homicídios, que é geralmente noticiado – também, com frequência, explorado midiaticamente – e que é incorporado pelos moradores das cidades como tema das suas falas cotidianas. No entanto, o que é mais significativo em termos de saber o comportamento desse indicador e que, aliás, é um padrão de medição internacionalmente usado, é a taxa de homicídios por cada 100 mil habitantes, que pode ver-se na tabela 2.

Tabela 2 – Taxa de homicídio por cada 100 mil habitantes do RS e dos municípios de Pelotas e Rio Grande – anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Ano	Pelotas	Rio Grande	RS
2013	15,47	14,82	17,33
2014	18,95	26,02	20,86
2015	28,89	18,76	21,59
2016	19,21	17,25	23,28
2017	30,77	27,22	23,01

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da SSP/RS, da FFE e do IBGE: <<http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>>, <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>>, <<http://www.cidados.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>>, respectivamente. Acesso em: 23 abr. 2017, 03 jul. 2017 e 29 jan. 2018.

Afinal, não resulta clara a ligação entre aqueles dados e as mudanças na vida cotidiana a partir da questão da insegurança. Ao menos que seja o que Kessler (2009, 2014) tem analisado para o caso da Argentina: que, uma vez que aumenta a “sensação de insegurança” vinculada diretamente aos aumentos significativos na ocorrência de delitos por determinados períodos, mesmo acontecendo uma queda nesses indicadores, a sensação não diminui, podendo ficar totalmente desacompanhada do dado objetivo por muitos anos. Como dito, a ligação pode dar-se a partir das ações que desempenham tanto a mídia, quanto as redes sociais. No primeiro caso, a televisão provavelmente tenha um maior papel na consolidação daquele senso comum da vigilância e do medo, um elemento que já foi apontado por Grossi Porto (1995) e trabalhado mais recentemente por Teixeira (2011). Esse fator também é considerado por Lorenc Valcarce (2014, p. 238), que problematiza:

A insegurança tem uma base objetiva – fatos socialmente definidos e percebidos como delitos –, mas é, sobretudo, uma categoria de pensamento

e de ação que é produzida, instalada, debatida e posta em circulação pelos jornalistas, os expertos e os atores políticos em diversas arenas públicas (tradução nossa).

Então, existe uma mediação entre a esfera objetiva do problema da segurança e a esfera subjetiva expressada na ideia da insegurança. Mídia e redes sociais formam parte dessas “diversas arenas públicas” das quais fala Lorenc Valcarce (2014, p. 238). Saliento que essa questão da mediação merece um estudo particular. Contudo, apesar de não ser precisamente o foco da minha pesquisa, é um elemento que considero na hora de pensar de que maneira, no senso comum, se reproduzem frases como “o crime está alarmante na cidade”, “nesta cidade estão matando a gente”, “nunca houve tantas mortes como hoje em dia”. Isso vai, de alguma maneira, gerando uma normalização, mesmo sem ter uma base objetiva sólida, como poderíamos pensar a partir dos dados de Pelotas e Rio Grande.

Dessa forma, além da materialidade objetiva, existe uma *racionalidade* dos imaginários da insegurança que vai se alimentando das mediações públicas, cotidianas, corriqueiras, vulgarizadas, e que as pessoas compartilham nos seus espaços de sociabilidade. Essa rationalidade também se expressa em práticas que, igualmente, vão se tornando *normais*. É precisamente sobre essas questões que decorrem as próximas páginas.

### **3 Segurança e insegurança: duas faces de um mesmo problema**

Na introdução da dissertação, tenho sustentado que não é possível pensarmos a *insegurança* sem fazer remissões à *segurança*. Isto porque um e outro termo expressam “estados de espírito”, no que diz respeito a como uma pessoa *imagina e vivencia* sua cotidianidade. Esses estados remetem tanto ao imaginário quanto ao vivido, isto permite-me dizer que, além da dimensão objetiva, aquela que fala dos índices de criminalidade que sumariamente foram apresentados na tabela 1 na parte anterior, sentir-se seguro ou inseguro é uma maneira de expressar a intersubjetividade reinante em determinado grupo.

O objetivo desta parte 3 é explorar os conteúdos que estão por trás das referências à insegurança e segurança no contexto das cidades de Pelotas e Rio Grande, e como eles estão vinculados a ideias como “medo”, “violência”, “impunidade”, “tráfico de drogas”, “tranquilidade”, “policimento”, “punição”. Ou seja, ambos os termos evocam um conjunto de significações que expressam como são os imaginários sociais da relação insegurança-segurança, que nomeio de *imaginários da insegurança*.

No questionário aplicado tinha um grupo de perguntas cujo propósito era explorar, mediante associações de ideias, o que as pessoas compreendiam por insegurança e por segurança. Como podem ver no Apêndice, as ideias que compunham a lista para o caso da insegurança eram: “medo”, “violência”, “vigilância”, “risco”, “terror”, “crime”, “homicídio”, “impunidade”, “tráfico de drogas”, “falta de policiamento”. Enquanto que para o caso da segurança, foram: “tranquilidade”, “paz”, “vigilância”, “certeza”, “concórdia”, “controle”, “respeito à vida”, “punição”, “combate às drogas”, “policimento”. Essas ideias foram retiradas de diversas fontes, algumas teóricas, como, por exemplo, aquelas que dizem respeito a associar insegurança com *medo* (KESSLER, 2009, 2014; REGUILLO, 2000; 2008);

com *criminalidade, violência, policiamento* (ou sua falta) (ADORNO, 1995, 1998; MISSE, 1999, 2010; TAVARES DOS SANTOS, 2009); ou com vigilância, tranquilidade e paz (BRUNN, 2006; DURINGTON, 2009; PATRIOTA DE MOURA, 2014). Mas também a partir da própria linguagem “natural”, aquela que escutamos nas falas cotidianas, na qual as ideias de “terror”, “impunidade” e “punição” são frequentemente destacadas. Vale dizer que esses destaques coincidem também com as expressões usadas na mídia – seja a impressa ou a audiovisual – cujo pregão por mais punição, menos impunidade, mais controle para conter os riscos, junto aos pedidos por mais policiamento para o combate ao tráfico de drogas são altamente difundidos.

Vejamos os casos das associações mais fortes dentre as respostas dos informantes, tanto para o termo *insegurança* quanto para o de *segurança*. Nos imaginários dessas pessoas, no que diz respeito à insegurança, a *violência* é central, ficando no topo para o grupo que respondeu o questionário em Rio Grande, e de segundo lugar nas menções em Pelotas, perdendo apenas por uma menção para “impunidade”. Vejam-se, na tabela 3, quais foram as frequências de menção<sup>7</sup> para as ideias mais destacadas nas associações com *insegurança e segurança*.

Tabela 3 – Associações de ideias aos termos insegurança e segurança – casos Pelotas e Rio Grande, 2017.

Termo	Ideia associada	Menções totais*	Frequência de menções por cidade	
			Pelotas	R. Grande
Insegurança	Violência	21	8	13
	Impunidade	18	9	9
	Falta de policiamento	14	5	9
	Tráfico de drogas	14	3	11
Segurança	Policiamento	14	8	6
	Respeito à vida	14	6	8
	Punição	12	6	6
	Combate às drogas	11	3	8

\* O número total de questionários aplicados foi de 28, dos quais 11 em Pelotas e 17 em Rio Grande. A pergunta era de múltipla escolha, podendo ser selecionadas até três opções.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

<sup>7</sup> Cada uma das perguntas constava de dez ideias para as quais o respondente tinha que escolher até três, sem ordem nenhuma de priorização entre as opções escolhidas. Como não era obrigatório o preenchimento das três opções, houve casos em que o respondente apenas escolheu uma ou duas; portanto, não apresento dados relativos, apenas absolutos, visto que não pretendo estabelecer tendências, apenas destacar quais as principais ideias foram mencionadas.

Para o caso de segurança, foram *policamento* e *respeito à vida* as associações mais destacadas. Visto como uma moeda de duas faces, violência e impunidade podem ser “contidas” com uma maior atividade de policiamento que forneça o fundamental respeito à vida. No entanto, duas explicações merecem ser feitas. Primeiro, violência, como categoria, remete a inúmeras possibilidades, sendo mesmo a impunidade uma manifestação dela, como também é plausível associar o tráfico de drogas com violência, que, aliás, na cidade de Rio Grande parece ser um tipo de violência que é vivenciada com muita força. Logo, a violência é também uma presença temida e que entorpece o desenvolvimento de uma vida tranquila, como explicarei adiante, essa é uma associação bem estreita que as pessoas fazem quando consultadas sobre “sentir-se inseguro é”, como foi uma das perguntas do questionário. A segunda explicação diz respeito a que policiamento não necessariamente é ter mais agentes policiais nas ruas, mas, sim, alguma forma de contenção das ameaças que seja eficaz. Para esse assunto, voltarei mais adiante.

Vejam-se na tabela 4 quais agrupamentos de sentido podem ser construídos a partir das respostas livres às perguntas “sentir-se inseguro é...” e “sentir-se seguro é...”. Para insegurança, as noções de *incerteza*, *medo* e *impunidade* são agrupamentos comuns para ambas as cidades, pois elas exprimem as significações sociais que conformam os imaginários da insegurança. Merece especial atenção a noção de *risco*, pois como discutia na introdução, mesmo que a literatura faça um esforço por imbricar medo e risco, na linguagem “natural”, essa última expressão não é corrente; porém, é um dos aspectos que apareceram em Rio Grande. Por outro lado, quando comparado com os resultados apresentados na tabela 3, somente *impunidade* é a noção que se repete e que permite dizer que é a *significação* mais consolidada nos imaginários da insegurança. Isto não quer dizer que as outras não estejam consolidadas, pelo contrário, estão, sim, mais revestidas de diferentes formas. Por exemplo, as expressões agrupadas no *medo* também dizem respeito à violência.

Já no caso da segurança, as noções que agrupam as significações que informam os imaginários são mais concentradas em *liberdade* e *tranquilidade*. Ideias que emergem com força nas expressões das pessoas e que pouco têm a ver com dimensões objetivas, números, índices ou taxas. Quer dizer, na linguagem “natural”, os índices de criminalidade não formam parte das expressões com as quais as

pessoas definem a segurança, tampouco a insegurança. Porém, isso não significa que os indivíduos não as conheçam ou as considerem na hora de formar suas opiniões, apenas que essa dimensão objetiva não é significada da mesma maneira. Por outro lado, quando comparado com os dados anteriores, é plausível afirmar que, dentre das noções de liberdade e tranquilidade, estão contidas as menções a “policiamento” e “respeito à vida”, que foram as que maior frequência tiveram (tabela 3).

Tabela 4 – Agrupamentos de sentido referidos aos termos insegurança e segurança – casos Pelotas e Rio Grande, 2017.

Termo	Agrupamento de sentido	Expressões (cidade)*
Insegurança	Incerteza	<p>“A certeza da falta de punição e das leis” (Pelotas)</p> <p>“Sair e não saber o que vai acontecer com você” (Pelotas)</p> <p>“Incerteza quanto à preservação da integridade física” (Rio Grande)</p> <p>“Não ter certeza que podemos contar com a justiça” (Rio Grande)</p>
	Medo	<p>“Se sentir refém do medo” (Pelotas)</p> <p>“Andar na rua com medo de ser assaltado” (Pelotas)</p> <p>“Conviver com o medo da violência” (Pelotas)</p> <p>“Ficar com medo de sair” (Rio Grande)</p> <p>“Andar na rua à noite” (Rio Grande)</p> <p>“Viver com medo” (Rio Grande)</p>
	Risco**	<p>“Não conhecer os riscos” (Rio Grande)</p> <p>“Não poder andar livremente” (Rio Grande)</p>
	Impunidade	<p>“Sentir que a criminalidade está cada vez mais próxima da sua realidade” (Pelotas)</p> <p>“Ver tanta impunidade” (Pelotas)</p> <p>“Ver os bandidos, criminosos pagarem penas brandas” (Pelotas)</p> <p>“Saber que a impunidade prospera” (Rio Grande)</p> <p>“Certeza de impunidade” (Rio Grande)</p>
Segurança	Liberdade	<p>“Viver, vir e ir com segurança para com meus familiares e trabalho” (Pelotas)</p> <p>“Sentir-se livre com tranquilidade” (Pelotas)</p> <p>“Ter liberdade para andar por onde quiser” (Rio Grande)</p> <p>“Sentir liberdade” (Rio Grande)</p> <p>“Andar livremente” (Rio Grande)</p>
	Tranquilidade	<p>“Andar tranquilamente na rua” (Pelotas)</p> <p>“Ter tranquilidade” (Pelotas)</p> <p>“Poder andar na rua e não ter medo de nenhuma violência” (Pelotas)</p> <p>“Viver tranquilamente” (Rio Grande)</p> <p>“Ter tranquilidade farto no lar quanto no trabalho e locais públicos” (Rio Grande)</p> <p>“Poder sair na rua sem olhar para trás” (Rio Grande)</p>

\* Seleção das frases escritas pelos respondentes, que exprimem melhor o sentido em cada caso.

\*\* Para o caso de Pelotas não houve expressões que remeteram ao risco como categoria para fazer um agrupamento.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

Essa âncora que as pessoas fazem, relacionando a segurança com a tranquilidade e a liberdade, foi invariavelmente expressada pelos meus entrevistados, como exponho a seguir.

### **3.1 As significações “liberdade” e “tranquilidade” como pontais da segurança.**

Como mostrei na tabela 4, as pessoas, quando consultadas sobre o significado do termo segurança, mostraram uma ênfase em encaixá-la no sentido expressado nas palavras “liberdade” e “tranquilidade”. Isto foi um elemento que emergiu também nas entrevistas. Vejamos o caso de Amanda<sup>8</sup>, mulher com aproximadamente 40 anos, que no momento em que me concedeu a entrevista, ainda era a dona de um comércio de alimentação na cidade de Pelotas. Precisamente na época, março de 2017, já tinha tomada a decisão, junto ao seu esposo, de vender esse estabelecimento e ir embora da cidade, sendo a questão da insegurança uma das razões principais esgrimidas como justificativa. Dito por ela mesma, o seu comércio estava indo muito bem e não tinham tido prejuízo econômico. Ela não é natural de Pelotas, seu esposo sim, bem como o filho mais velho, isso talvez fizesse com que o relacionamento dela com a cidade fosse uma mistura de “amor-ódio”, que se expressou ao longo da entrevista. Por outro lado, tanto no comércio como na casa, eles já contrataram serviços de segurança privada, tendo inclusive contratado a NASF – empresa sobre a que falarei na parte 5.

Assim, quando questionada sobre o que é segurança, respondeu:

*Segurança pra mim, eu vejo assim, a partir do momento que tu podes se sentir um cidadão completamente pleno em todas as suas atividades, em todos os horários, em todas as situações, em todos os dias da semana, né?, que não é o caso de Pelotas (AMANDA CABRAL, 23/03/2017).*

Andressa<sup>9</sup>, mulher de 35 anos de idade, natural da cidade de Chuí, mas que mora em Rio Grande há mais de treze anos, onde foi fazer faculdade, formando-se em ciências contábeis pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG. Morou por muitos anos na Cidade Nova, de onde se mudou, quando casou, para ir morar no Centro; quando feita a mesma pergunta que fiz para Amanda, foi enfática na sua resposta, pois experiências passadas de insegurança a têm marcado

---

<sup>8</sup> Nome fictício.

<sup>9</sup> Nome fictício.

profundamente, ao ponto de reconhecer que sua cotidianidade está mediada pelo medo. Ela comentou:

*Segurança é tranquilidade, e de sair na rua tranquilo e, tipo assim, e chegar na tua casa e encontrar tudo do jeito que está. É uma paz e uma tranquilidade. Hoje tu não tens segurança, tu não consegues ter essas duas coisas – tranquilidade e paz, porque está bem complicado (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).*

Por outro lado, pensar que é uma “percepção” feminina, atribuindo-lhe fraqueza diante das situações cotidianas é uma conclusão sem fundamento, pois se voltarmos aos dados produzidos com o questionário para dar conta da força das ideias de “respeito à vida” (tabela 1) e “tranquilidade” (tabela 2) – que foram as mais expressadas – vamos nos deparar com o fato de que, dos 28 questionários aplicados, 19 foram preenchidos por homens. Ou seja, é uma significação que vai além de qualquer naturalização advinda de questões de gênero. Isto é confirmado por Bento<sup>10</sup>, 25 anos, um jovem nascido na “colônia” de Pelotas, onde morou até os seus 17 anos, para logo se estabelecer na própria cidade. É dono – junto à sua esposa – de uma loja de venda de produtos alimentícios de todo tipo, de frutas e vegetais, passando por pães, bolos, café, pizzas congeladas, até fiambres e queijos comuns e gourmets, junto com cervejas, vinhos e outras bebidas. A loja está localizada na área central, no bairro Centro. Ele comentou sobre o que é segurança nestes termos:

*Na verdade a ideia que a gente tem de segurança é tu caminhar tranquilo, fazer... cumprir teu horário de serviço, ter tua vida normal, sem preocupar a hora que tu vai sair, ter que olhar pro lado se vai...se alguém vai te roubar (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

Lucas<sup>11</sup>, natural da cidade de Rio Grande, de 31 anos de idade, oferece uma conceitualização mais sofisticada, como veremos a seguir. Isto talvez pela sua formação, psicólogo, e por ser parte de uma família que é dona de uma empresa vinculada aos serviços de saúde, da qual ele é um dos diretores. Ele mora ainda com seus pais e irmão no Centro de Rio Grande, numa casa localizada bem próxima à Praça Tamandaré, desde há uns dez anos, pois ainda é solteiro, mas num

---

<sup>10</sup> Nome fictício.

<sup>11</sup> Nome fictício.

“relacionamento muito sério”, como ele mesmo o definiu, o que tem gerado nele uma visão mais refletida sobre a insegurança, agregando o fator do Estado na equação:

*Então, a questão da segurança, eu entendo, está muito vinculada à questão da liberdade – nos podermos sair de casa sem medo de ser roubados, de sair na rua sem medo de assaltos. Toda essa questão que, como o Estado não consegue prover segurança, acaba cerceando ao cidadão. Na verdade é isso – por falta de segurança nós temos uma perda de liberdade. Rio Grande mesmo, tu não podes andar à noite na rua na grande maioria da cidade (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).*

Nos depoimentos dos entrevistados pode ser observado que existe uma positividade na imagem da segurança, mas que está perdida, cerceando, assim, essa vida tranquila. Em praticamente todos os casos – apenas dois deles se mostraram menos inclinados a aceitá-lo assim – a responsabilidade primária de garantir essa liberdade e essa tranquilidade é do Estado, embora sejam as instituições encarregadas disto – Brigada Militar, órgãos municipais, estaduais e federais, Poder Judiciário – negligentes nessas tarefas. Isto é, então, a certeza de que a segurança é pública, responsabilidade do Estado. Neste sentido, vejamos quem é Guilherme<sup>12</sup>, para compreender sua fala sobre essa questão que reproduzo a seguir. Ele é natural da cidade de Pelotas, tem 40 anos de idade e é o dono de uma loja localizada no centro da cidade, bem próxima ao calçadão, local para o qual se mudou recentemente, depois de ter ficado por anos numa das galerias da área central da cidade. Como sua loja vende produtos vinculados ao bem-estar físico e à saúde, que incluem sapatos especiais, bengalas, kit de exercícios, mas também suportes em caso de fraturas ou luxações, o seu serviço muitas vezes implica em visitas às casas dos seus clientes, o que lhe dá uma visão ampla das mudanças advindas da questão da insegurança. Talvez devido a isso, ele é enfático quando afirma que o Estado perdeu a capacidade de garantir a segurança, abrindo passo ao crescimento da segurança privada.

*Segurança pública não existe mais... as instituições estão enxugando gelo... as organizações públicas... [...] a segurança privada? Segurança privada, ela só existe hoje por incompetência da segurança pública. O que é segurança privada? Existe porque a segurança pública é falha. É um serviço que só existe porque quem teria que oferecê-lo não faz (GUILHERME VERÍSSIMO, 10/10/2017).*

---

<sup>12</sup> Nome fictício.

De maneira semelhante, expressa Bento: “[...] hoje, por exemplo, né? 2017, não posso contar com uma segurança pública que o policial militar, policial civil, guarda municipal recebe o salário parcelado e não tem gente suficiente”<sup>13</sup> (25/03/2017). O que é reafirmado por Amanda:

*A gente se sente muito inseguros em vários horários durante o dia e em vários dias da semana, como finais de semana, feriados, né?, que a gente quase não nota ninguém nas ruas e muito menos o quadro de militares, né?, a força armada, não sei como é que a gente chama, os militares, né?, a segurança pública que a gente paga, né? (AMANDA CABRAL, 24/03/2017).*

Então, tranquilidade e liberdade das pessoas poderem fazer o que quiserem, quando elas quiserem, porque existem instituições que devem se responsabilizar pela segurança, mas que, infelizmente, não conseguem essas instâncias garanti-la, seja por descaso ou omissão, é uma das certezas que conformam os imaginários da insegurança. A isso teria que se agregar que fica bem claro que a segurança não é apenas um dever do Estado, no sentido de ser um direito garantido pela Constituição – como lembrou Lucas –, mas porque os cidadãos pagam para usufruirlo.

No entanto, é interessante que aquilo não fica apenas no estádio de uma queixa, ou desabafo das pessoas, mas as têm levado a idealizarem e colocarem em prática diversas estratégias para tentar por freio a uma situação que é considerada complicada e difícil de superar. Sobre essas estratégias, voltarei a falar adiante, pois agora há um ponto que vale a pena aprofundar nessa questão da segurança como tranquilidade e liberdade. Trata-se do posicionamento de Felipe<sup>14</sup>, no que diz respeito a essa relação.

Felipe tem 59 anos, é natural da cidade de Rio Grande, onde tem morado sua vida toda. Separado, dois filhos, mas, atualmente, mora junto à outra mulher, que tem duas filhas de um relacionamento anterior. Comerciante, dono de uma pequena

---

<sup>13</sup>Importante destacar que o estado do Rio Grande do Sul tem sofrido uma crise econômica que chegou a afetar o investimento associado à segurança pública e a folha de pagamento dos efetivos policiais em 2016 e 2017, funcionários que passaram a receber seus salários parcelados como aconteceu, também, com o resto dos servidores públicos deste estado. Porém, a falta de investimento na segurança pública não é um problema novo no Rio Grande do Sul. O sociólogo e professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, especialista em segurança pública, afirma que desde a década de 1980 começaram a evidenciar-se problemas ligados a investimento público na segurança. Para mais detalhes, veja-se a entrevista que ele concedeu, em setembro de 2016, à Revista Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/seguranca-publica-do-rs-entrou-em-colapso-diz-especialista/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

<sup>14</sup> Nome fictício.

loja de artigos esportivos, especializada em pesca, localizada no Bairro Cidade Nova, que abriu depois de ter ficado sem emprego pela quebra do Polo Naval. Segundo ele mesmo comentou, essa loja é mais um divertimento – a pesca é uma das suas paixões – e é uma aposta de tentar fazer alguma coisa que não mais o torne dependente de algum empregador, pois, até então, ele tinha passado por diversos trabalhos, como comerciário e como técnico em segurança industrial.

Esse *background* talvez seja o alicerce para ele afirmar que a segurança é uma questão individual e, portanto, ninguém, além de si mesmo, teria que garantir-la para si e os seus:

[Segurança] é eu ter a oportunidade de me defender, que justifico que todo ser humano tem direito à proteção do seu patrimônio e dos seus. Eu penso o seguinte: se tu tens um supermercado, tu tens direito a segurança armada, a carro-forte, a homens armados na porta e eu não tenho esse direito para minha família e na minha casa, entendesse? Então, hoje em dia tu valorizas o patrimônio e não o ser humano. A vida, não! Isso aí é primordial, para mim. [...] A segurança, por que pública? Eu tenho que ter a minha segurança! Eu não vou pedir para alguém me proteger. Por que quem cuida dos meus, tá? Eu acho que alguém vai cuidar por mim [dos meus]? Não! Eu tenho que lhes cuidar. Se fosse assim, acho que fosse bem diferente hoje. Por que a pessoa se acovardar e ficar atrás de um policial que ganha uma miséria e nome de se dizer que está sendo defendido? Bobagem! (FELIPE MIRANDA, 23/11/2017).

A partir desse extenso depoimento de Felipe, é possível pensar outra faceta da liberdade e tranquilidade, que podem ser resumidas nas noções de *cuidado* e de *proteção*. Daí que sejam particularmente mencionadas as situações que fogem do controle das pessoas e que implicam violência. Veja-se, por exemplo, o caso da associação forte que é estabelecida entre insegurança e tráfico de drogas (tabela 3), e ainda com mais ênfase aquela relação que, na tabela 4, aparece entre insegurança e impunidade. Quando prestada atenção aos detalhes da significação que o termo *impunidade* tem nos imaginários da insegurança, é possível apontar algumas características, como passo a analisar a seguir.

### **3.2 Insegurança como impunidade.**

Um elemento que é considerado perturbador e reprodutor da já crítica situação de insegurança que as pessoas vivenciam em Pelotas e Rio Grande é a *impunidade*. É plausível afirmar que uma fonte de desassossego e de cerceamento

da liberdade passa pela impunidade e a falta de punição. As imagens que foram evocadas pelos entrevistados vinculam impunidade com “fraqueza da lei”, “excesso de facilidades para com os criminosos”, “ameaça para os cidadãos do bem”, “ineficácia e negligência do Estado”, entre outras. É só voltar à tabela 4 e revisar quais foram as palavras empregadas pelas pessoas que preencheram o questionário, para dar conta da magnitude desse agrupamento de sentido em torno da impunidade. Frases como estas: “Sentir que a criminalidade está cada vez mais próxima da sua realidade” (Pelotas); “Ver tanta impunidade” (Pelotas); “Ver os bandidos, criminosos pagarem penas brandas” (Pelotas); “Saber que a impunidade prospera” (Rio Grande); ou, “Certeza de impunidade” (Rio Grande); são eloquentes no que diz respeito a esse aspecto. No questionário aplicado tinha duas perguntas cujo propósito era explorar nas significações sociais da insegurança, partindo da estratégia do “terceiro envolvido”, que colocava as pessoas na posição de responder sobre a posição que usariam os seus familiares, amigos ou colegas, quando a insegurança é o tema das conversas corriqueiras<sup>15</sup>.

Assim, diante da pergunta sobre a frequência, as respostas se concentraram nas opções “sempre” e “muito”, sendo que dos 28 questionários aplicados, 24 tinham essas respostas, e dentre esse conjunto, 20 marcaram a opção “sempre”. Quer dizer, falar da insegurança não é infrequente, o mostra a importância do lugar que ocupa na vida cotidiana das pessoas. Agora, nas figuras a seguir (figuras 1, 2 e 3), é possível ver a intensidade com que se expressaram as pessoas acerca dos destaques nas conversas.

Em Pelotas, a questão que teve maior destaque nas conversas é a “falta de policiamento”, seguido bem próximo à “impunidade”. Isto permite pensar que uma coisa está relacionada à outra, na medida em que a falta de uma estratégia sistemática e efetiva de policiamento pode causar um grau de impunidade, pois deixa aberta a possibilidade para a ocorrência de delitos contra as pessoas e o patrimônio.

---

<sup>15</sup> As perguntas foram: “10. Com que frequência falam de insegurança familiares, amigos, colegas de trabalho ou estudo?”, e, “11. Quando falam de insegurança, poderia dizer quais são as três questões que geralmente são destaque nas conversas?”.



Figura 1 – Nuvem de palavras dos destaques nas conversas sobre a questão da insegurança – caso Pelotas, 2017. Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).



Figura 2 – Nuvem de palavras dos destaques nas conversas sobre a questão da insegurança – caso Rio Grande, 2017. Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

Como é possível observar na figura 2, em Rio Grande, o tema mais falado pelas pessoas que diz respeito à insegurança é “impunidade”, seguido por “drogas” e por “falta de policiamento”. Passemos a examinar, agora, como é essa intensidade de temas de destaque juntando as duas cidades (figura 3).



Figura 3 – Nuvem de palavras dos destaques nas conversas sobre a questão da insegurança – combinação das respostas de Pelotas e Rio Grande, 2017. Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

Se analisarmos a intensidade que mostram as palavras, é fácil identificar que “impunidade” está fixada nos imaginários das pessoas como uma expressão da insegurança. Então, é uma evidência de que as pessoas consideram ainda muito fortemente que o Estado é omisso e, portanto, esse descaso que se gera dá pé à impunidade. A pergunta que se pode fazer é com o que as pessoas relacionam essa impunidade nos seus imaginários, e parece que é a partir da falta de policiamento que, como pode se ver nas figuras acima, é uma ideia fortemente expressada. Veja-se também que “drogas” e “assaltos” são igualmente destaque que posso analisar como consequências da falta de policiamento e da impunidade, e para as quais são necessários “bodes expiatórios”, como veremos na continuação.

### **3.3 Os “bodes expiatórios” da insegurança**

O anterior é o substrato que alimenta o pensamento de indivíduos como Bento ou Guilherme, que consideram que se vivem tempos de “guerra”. Ou de Felipe, que é ainda mais radical, ao ponto de sentir “saudades” da sua juventude nos tempos da ditadura militar (1964-1985). Ambos os posicionamentos confluem no que diz respeito à ordem, que foi perdida e que, de alguma maneira, será necessário recuperá-la. Bento comentou:

*Desde lá de fora [se refere à colônia de Pelotas, onde mora ainda parte da sua família] já se falava na arma e no roubo, que a pessoa vai ter que se defender, que o marginal tá tomando conta e que não tem... ele fica impune.*

*e acho que é iminente essa questão. E já tem que se organizando, porque vai precisar do armamento, vai ter quase uma guerra na verdade aqui, do meu ponto de vista. [...] ela [a guerra]...vai ser iminente porque ela vai cansar, a pessoa tá cansando, porque tu tá colocando um monte de placa de empresa, “Reprimir” [faz alusão a uma das empresas de segurança privada presentes em Pelotas], e daqui a pouco vai ser uma empresa, que, sei lá, bota a “Mata Bandido”...a pessoa vai botá... e é iminente, vai estourar logo, logo. Alguma coisa tem que acontecer, porque Pelotas tá...Pelotas é vizinha de Rio Grande e Porto Alegre que são cidades bem violentas. Então, cara, é isso aí, a guerra...tá bem próximo da realidade (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

É interessante que, no depoimento de Guilherme – a seguir – além de mostrar que a “guerra” já há tempo começou: “*Acho que nós estamos numa guerra civil, é o que eu acho, só que ela não é declarada*” (10/10/2017); tenta rastrear possíveis causas para compreender o estado da situação, esse ponto de ruptura a partir do qual a criminalidade aumentou, achando que existe uma relação entre o auge e a quebra do Polo Naval de Rio Grande, o que, então traz a imagem de um “outro perigoso” que veio à região para “descivilizar”:

*O que aumentou mesmo isso... aqui em Pelotas dá reflexo, mas foi muito mais em Rio Grande... são as plataformas [Polo Naval]. Veio muita gente de lá, de cima [é a maneira de se referir ao Nordeste] a trabalhar, se instalou, começou a montar uma casinha e trouxe a família – que nem sempre todos são trabalhadores. Agora fechou a plataforma e eles não têm mais trabalho... uns foram embora, outros ficaram aí (GUILHERME VERÍSSIMO, 10/10/2017).*

Lucas, como riograndino, também tem uma visão coincidente com a do Guilherme, que a expressa nestes termos:

*Eu entendo que o boom da violência e a criminalidade aconteceu aqui [em Rio Grande] pela questão do desemprego. Depois que o Polo Naval quebrou, virou muito, virou bastante [perigosa], significativamente. [...] Tu tens um momento [de aumento] exponencial da violência. É claro que sempre existiu, mas eu entendo que piorou bastante... [...] São coisas que nós não tínhamos em Rio Grande um tempo atrás. Hoje é difícil tu passar dois, três dias sem tu veres um homicídio, traficantes, briga em favela, e não sei o que. Antes, não existia (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).*

Andressa, quem teve uma experiência com a criminalidade precisamente no tempo do começo da quebra do Polo Naval, comentou sobre isso nos termos seguintes:

*A cidade mudou muito depois do Polo Naval... depois do Polo Naval eu notei muita gente diferente, muitas pessoas de outras cidades – ou*

*principalmente bastante! Então, uma mulher sozinha na rua era bem complicado na época do Polo. [...] Eu adoro andar a pé, agora não ando mais. E aí depois que acabou [o Polo Naval], começou a droga, os pedreiros [os consumidores de crack] e tudo isso, a toda hora eles assaltam pra... qualquer coisa eles querem para comprar droga. Eu já fui assaltada. Depois [da queda] do Polo Naval foi, às 10 horas da noite, desci do ônibus e fui assaltada por um adolescente (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).*

Felipe oferece o depoimento mais cru sobre esse ponto:

*Rio Grande era uma cidade pacata, no momento que tu inventou de abrir para o dique seco da vida, pra industrialização, aí veio... a porcaria do Brasil veio cair aqui. [Se referindo ao Polo Naval] E depois que terminou em vez de eles ir embora, eles ficaram. Hoje tu vês o fardamento do Polo Naval nas ruas: minibarracas nas ruas, dopados, drogados nos cantos, engravidadas tendo os filhos aí, que dá pavor! (FELIPE MIRANDA, 23/11/2018).*

Então, há uma narrativa segundo a qual o Polo Naval trouxe consigo não apenas pessoas diferentes, mas drogas, crime, violência, enfim, a *insegurança*. É o que Kessler chama de “culturas locais da segurança” que “compreende narrativas locais sobre as causas da insegurança” (2014, p. 62). Mas que, por outro lado, cria “bodes expiatórios” que podem se concentrar na imagem do “outro perigoso” que tem sido incorporado como um elemento chave dos *imaginários da insegurança*. Além disso, este elemento afeta a sociabilidade, ponto que analiso mais adiante, e que é trabalhado na literatura que analisa o caso sul-africano (BALLARD, 2014; BRUNN, 2006; DURINGTON, 2009).

No entanto, como comentado acima, as pessoas não ficam apenas desabafando sobre a insegurança, elas geram estratégias para, quanto menos, contorná-la, mesmo que a normalizando e aceitando-a como um “mal necessário” diante do qual devem se proteger.

### **3.4 A luta por uma cotidianidade mais segura**

Como visto nos depoimentos na seção anterior, a insegurança começa a ter forma, cor e procedência. Ou seja, mesmo que possamos discutir se ela é uma sensação deslocada da realidade, ou, como afirma Patriota de Moura (2014, p. 87) – a meu juízo, equivocadamente, pelo menos para pensar os casos de Pelotas e Rio Grande – que devido ao “espírito do consumismo moderno”, a produção do “sentimento de insegurança” e o consumo de “medidas profiláticas” são processos

simultâneos; o meu argumento é que a construção intersubjetiva desses imaginários da insegurança tem levado a que as estratégias para “lutar” contra essa situação sejam acenadas pelos indivíduos dessas cidades independentemente da sua condição de classe, mas também da sua capacidade de consumo. Isto não quer dizer que classe e capacidade de consumo fiquem fora da questão, mas que a insegurança é mais do que isso. Neste ponto, talvez seja Habermas (2012) quem melhor nos auxilie para pensarmos esse assunto, pois a constituição do mundo da vida não está determinada pela classe, mas pela possibilidade de construção de consensos no marco de uma racionalidade comunicativa que midiatiza nossa relação com o mundo.

Logo, é importante pensar em outros fatores que ajudam a criar os sentidos que se negociam para construir os consensos intersubjetivos que informam o agir dos indivíduos, tal como Habermas comenta. Pois não se trata de uma questão meramente *subjetiva*, restrita à esfera íntima do indivíduo. Trata-se, ao final, da construção de uma esfera pública, na qual os sentidos são negociados, isto é, há conflitos e consensos, os que são rationalizados no mundo da vida. Ou seja, existe o que, com Mato (2007), poderíamos chamar de *consciência da insegurança*, ou, como ele assertivamente mencionava sobre a globalização no seu trabalho, estamos diante de uma transformação epocal que chamaremos de *tempos de insegurança*. Noção bem próxima àquela que Giddens (1991, p. 26-37 e 85-91) chama de procura incessante de *segurança ontológica*, como uma consequência da modernidade, o que remete também à *confiança nas fichas simbólicas e nos sistemas peritos*.

Destarte, é claro que a mídia joga um papel na construção dessa consciência, que fica tão ancorada nos *imaginários da insegurança*, tanto para servir de “propagandistas do medo” (GLASSNER, 2004; FUREDI, 2002) quanto de espelhos das significações sociais que ressignificam os indivíduos a partir das experiências – próprias ou alheias – às que têm acesso. Isto ficou claro quando as pessoas que responderam o questionário afirmaram que elas continuam informando-se das questões que dizem respeito à insegurança pelo jornal e os noticiários de rádio e televisão. Isto é, que ainda a mídia tradicional é um veículo para a formação do senso comum da insegurança. Mas que existe uma tendência a usar outras fontes de informação, tipo Facebook, Twitter ou mesmo grupos no WhatsApp, nas quais circulam relatos de experiências, muitas vezes bem próximos, e nos que o apelo é à solidariedade para com a vítima e à reafirmação dos “outros perigosos”.

Como pode ser visto na tabela a seguir (Tabela 5), esse uso das mídias não tradicionais, não guarda relação com a idade das pessoas, se é pensado que seriam as pessoas mais jovens, chamadas de “nativos tecnológicos”, os que mencionariam ter um maior uso dessas mídias para se informar. Os dados obtidos mostram que o uso de Facebook ou Twitter está mais espalhado<sup>16</sup>.

É claro que nesta pesquisa eu não aprofundei sobre esse tópico, ficando para futuras indagações, mas é importante salientar que a mídia continua sendo um veículo importante na produção de significações sociais. O jornal e os noticiários de TV ou rádio não têm perdido o seu posicionamento central e intergeracional por causa da produção de matérias sobre a insegurança, continuando a ter uma posição destacada. De novo, essas são apenas especulações a partir do grupo de dados obtidos, mas sem nenhuma intenção de aprofundar sobre a relação mídia e insegurança.

Tabela 5 – Formas de informar-se sobre a questão da insegurança por grupo de idade – casos Pelotas e Rio Grande, 2017.

Cidade	Grupo de idade	Forma de se informar sobre a insegurança*				
		Jornal	Noticiário TV / Rádio	Programa na TV	Facebook / Twittrer	Grupo de WhatsApp
Pelotas	20 – 29	2	3	1	2	1
	30 – 39	3	1	1	2	-
	40 – 49	1	1	-	-	-
	50 – 59	1	2	1	1	-
	60 – 69	1	1	-	-	1
	70 ou mais	1	1	1	-	-
Rio Grande	20 – 29	1	2	1	3	2
	30 – 39	2	3	-	3	-
	40 – 49	1	2	1	1	-
	50 – 59	3	2	1	1	1
	60 – 69	3	2	1	2	-
Totais por forma de se informar		<b>19</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>5</b>

\* O número total de questionários aplicados foi de 28, dos quais 11, em Pelotas e 17, em Rio Grande. A pergunta era de múltipla escolha, podendo ser selecionadas até três opções.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

<sup>16</sup> No questionário, as pessoas podiam escolher até três formas de se informar, sem ordem nenhuma de priorização entre as opções escolhidas. Como não era obrigatório o preenchimento das três opções, houve casos nos quais o respondente apenas escolheu uma ou duas; portanto, não apresento dados relativos, apenas absolutos, na medida em que, além do mais, não pretendo estabelecer tendências, apenas destacar as variações nas formas de se informar por grupos de idade.

Por outra parte, voltando às estratégias desenvolvidas pelos indivíduos a partir dessa *consciência da insegurança*, que pouco tem a ver com a condição de classe como elemento determinante, desejo apontar que, no caso dos meus entrevistados, pelo menos dois deles têm as suas lojas como um meio de se garantir um mínimo de renda para ter uma vida decente, sem luxos e sem gastos desnecessários, o que os distingue do senso comum que coloca os comerciantes como representantes de classes mais abastadas; porém, foram as pessoas que com mais crueza falaram da questão da insegurança e das estratégias para afrontá-la, o que não é mais do que a expressão dos *imaginários da insegurança* nestes *tempos de insegurança*. Esses casos são os de Felipe e do Rogério<sup>17</sup>.

Rogério dos Santos é o dono de uma pequena loja de conserto de aparelhos, relógios, principalmente, que combina com a venda de outros artigos, localizada na avenida principal do Cassino, Rio Grande. Ele tem 60 anos de idade, 35 deles morando nessa localidade, mas natural da cidade de Ribeirão Preto – SP. Veio ao Cassino provar a sorte, e depois de muito esforço conseguiu abrir essa pequena loja. No momento de realizar a entrevista, não permitiu que fosse gravada, mas autorizou o uso das informações por ele gentilmente oferecidas. Ele faz uma retrospectiva do que tem acontecido nos últimos tempos, observando como, pouco a pouco, a força policial foi enfraquecendo. Apesar de que no Cassino, devido a ser um local de veraneio muito importante, no verão, sempre há presença de efetivos policiais, mas mesmo assim, comentava, já nem são suficientes para conter o espalhamento da insegurança: “Aqui só têm policial no verão, depois a gente fica sozinha. Eles [os policiais] sabem quem são os caras [que arrombam, que assaltam], mas não fazem nada” (ROGÉRIO DOS SANTOS, 27/03/2017). Foi essa descrença na ação da polícia que o fez tomar uma decisão para proteger sua loja, que é seu único sustento.

Até o momento de ter sua loja arrombada, o que aconteceu em dezembro de 2016, ele nunca pensou em consumir dispositivos de securitização, o que, até então, era considerada uma atitude estranha pelos seus vizinhos de locais comerciais, que tinham, há anos, câmeras de vigilância nos seus locais. A razão era bem simples:

---

<sup>17</sup> Nome fictício.

*A gente consegue ver os caras arrombando, estão aí gravados, mas isso não adianta nada, logo eles são soltos ou o juiz nem aceita a fita como prova... aí você fica com a gravação dos caras. É pior, essas câmeras são muito caras, eu não vou pagar essa grana para ficar vendo como os bandidos entram e roubam* (ROGÉRIO DOS SANTOS, 27/03/2017).

Após ter seu estabelecimento arrombado, tendo a certeza de que isso seria mais um delito que ficaria impune, mas com a preocupação de que possivelmente essa seria apenas a primeira vez de muitos outros arrombamentos que poderiam vir, além do prejuízo econômico que teve, Rogério decidiu fazer alguma coisa que fosse eficaz na proteção do seu patrimônio. É assim que ele terminou escolhendo contratar o “novo” serviço, que tinha começado a ser oferecido na zona, poucas semanas antes da ocorrência: uma ronda permanente e um número para ligar em caso de ver algum movimento suspeito, fornecido por uma empresa de Pelotas, que estava recém começando operações no Cassino.

Rogério conta que quando foram oferecer esse serviço pela primeira vez, ele apenas escutou e ficou com o contato, mas que nem passou pela sua cabeça contratá-lo. Mas após ter acontecido o arrombamento, não duvidou, começando a pagar cem reais (R\$100,00) ao mês para, como ele mesmo diz, “*pelo menos eles estão por aí, fazendo a ronda, e se você chamar eles, eles vêm e resolvem na hora*” (ROGÉRIO DOS SANTOS, 27/03/2017). Comentava também que, quando contratou o serviço, nenhum dos vizinhos quis se juntar, achando que isso seria um gasto desnecessário, mas que quando se deram conta da presença constante “*desse cara da ronda*”, todos os comerciantes desse prédio, pelo menos, se animaram e passaram a contratar aquele serviço.

A empresa que fornece esse serviço contratado por Rogério se chama S.I.N.A.I – Segurança intensiva, e é um prestador de serviços de segurança privada cuja base está situada na cidade de Pelotas. No Cassino, tem uma presença marcante, pelo menos é o que a paisagem urbana mostra a partir das placas colocadas nas fachadas dos estabelecimentos comerciais na avenida Rio Grande (figuras 4, 5 e 6).



Figura 4 – Fotografia de placas da empresa S.I.N.A.I., avenida Rio Grande, Cassino - RS. Fonte: Fotografia própria, março, 2017.

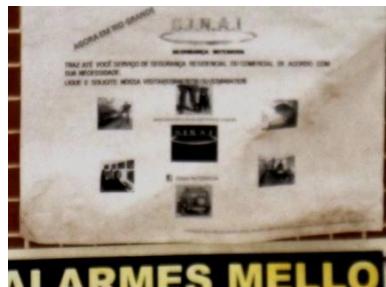


Figura 5 – Fotografia de cartaz da empresa S.I.N.A.I., avenida Rio Grande, Cassino - RS. Fonte: Fotografia própria, março, 2017<sup>18</sup>.



Figura 6 – Fotografia de placas de empresas de segurança, loja vizinha à do Rogério dos Santos, avenida Rio Grande, Cassino - RS. Fonte: Fotografia própria, março, 2017.

Apesar de não ser esta parte o lugar para dar os detalhes sobre o âmbito da segurança privada, quis colocar esse exemplo, uma vez que ele é ilustrativo das estratégias adotadas pelos indivíduos – no caso, pequenos comerciantes – para suprir a falta de segurança e, assim, cuidar e proteger o patrimônio.

Cuidado e proteção são as bandeiras que portam as pessoas como justificativa para estabelecer estratégias contra a insegurança, que incluem mudar rotinas, incorporar dispositivos e transformar a paisagem das cidades. O caso de Rogério mostra como, agora, eles têm um novo ator que mudou as rotinas desses comércios – o “ronda” que eles veem; mas essa pessoa é também um *dispositivo de securitização*, que, junto com a placa, estão incorporados na paisagem urbana. Contudo, as estratégias podem ser também de outro tipo e numa outra escala, tal como expressado pelas pessoas que preencheram o questionário quando perguntadas por quais mudanças tinham feito no seu dia a dia devido à insegurança<sup>19</sup> (tabela 6).

<sup>18</sup> O texto está ininteligível devido ao fato de que o sol e a chuva tinham afetado a qualidade do papel e da tinta, o que fez com que a foto ficasse bastante ruim, mas o que desejo expor a partir dessa foto é que, certamente, o comentado por Rogério da novidade dessa empresa se confirma, pois no extremo superior esquerdo, o cartaz diz: “Agora em Rio Grande”, sendo o resto do texto o seguinte: “S.I.N.A.I Segurança Intensiva traz até você serviços de segurança residencial ou comercial de acordo com sua necessidade. Ligue e solicite nossa visita”. E há mais um detalhe: o cartaz foi colocado bem acima da placa de uma das mais tradicionais empresas de segurança privada de Rio Grande: *Alarmes Mello*.

<sup>19</sup> Foram excluídas aquelas respostas que não davam conta da pergunta que, no caso, foi: “Descreva brevemente as mudanças que seu dia a dia tem tido devido à insegurança”. No total, foram três respostas excluídas, uma de Pelotas e duas de Rio Grande, além de que nessa última cidade, houve uma pessoa que não preencheu resposta nenhuma para essa pergunta.

Tabela 6 – Mudanças no dia a dia devido à questão da insegurança – casos Pelotas e Rio Grande, 2017.

Pelotas	Rio Grande
<p>Um maior apresso e cuidado somado à atenção constante no dia a dia.</p> <p>Tomo cuidado ao andar na rua, evitando levar objetos de valor nas mãos ou bolsos.</p> <p>Evito andar sozinho à noite.</p> <p>Ter mais cuidado na rua. Colocar mais segurança na casa.</p> <p>Ir para casa mais cedo.</p> <p>Maior cuidado, procurar não andar após determinadas horas nas ruas.</p> <p>Não sair mais à noite, deixar de frequentar praças e parques.</p> <p>Colocamos segurança em nosso comércio.</p> <p>Andar sempre em ruas movimentadas, evitar semáforos à noite.</p> <p>Preocupação se a casa ficou fechada, então procuro revisar a casa antes de sair. Se alguém me abordar na rua, então prestar atenção às pessoas próximas.</p>	<p>Maior cuidado no local trabalho, diminuição jornada.</p> <p>Mudar os horários para andar na rua.</p> <p>Não andar à noite, ou até mesmo de dia por locais menos movimentados, entre outros.</p> <p>Muita precaução.</p> <p>É necessário estar sempre atento a tudo e a todos.</p> <p>Cuidado com a segurança dos familiares, procurando sempre acompanhar.</p> <p>Fechar mais cedo o comércio. Sair sempre preocupado com a casa.</p> <p>Abro o comércio um pouco mais tarde e fecho mais cedo.</p> <p>Me cuido mais em relação a me movimentar.</p> <p>Estar sempre se cuidando.</p> <p>Ficar com mais cuidado de carregar cartão de crédito e documentação.</p> <p>Mais cuidados, restrições de algo.</p> <p>Pouco ando a pé, uso o carro para sair e durante a noite evito sair sozinha.</p>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

Destarte, as estratégias vão desde questões bem peculiares como cuidar da documentação e do cartão de crédito, até algumas mais sofisticadas que afetam diretamente a sociabilidade, como aquela de não frequentar mais parques e praças. Os entrevistados se expressaram também em termos semelhantes, quando falavam como lhe faziam frente à insegurança. Amanda, por exemplo, comenta o seguinte:

*Eu tinha coleção de bolsas... eu adoro bolsas e sapatos – é coisa de mulher, né? – e fazem três anos que eu não compro nenhuma bolsa, porque aqui em Pelotas eu não uso mais bolsa. Eu nunca fui assaltada, assim, a mão armada eu nunca fui, mas de eu ver as meninas entrar aqui chorando [no seu comércio], então eu não uso mais bolsa. Eu tenho um mini chaveiro, as chaves lá de casa que eu coloco, um cartão de crédito e tenho sempre um trocadinho ali, né?... assim que eu vou pro centro, assim que eu vou pro super, assim que eu... ando até de carro, com isso aí, não uso nem mais bolsa e nem de noite. Eu perdi o hábito de ter bolsa (AMANDA CABRAL, 25/03/2017).*

Isso é corroborado por Andressa, que também começou a ter outro tipo de comportamento referente ao uso de suas bolsas. Segundo ela:

*E está bem complicado porque eu não uso mais bolsa. Depois disso [em alusão a um assalto do qual foi vítima], minhas bolsas ficaram todas penduradas. Eu só saio de bolsa quando eu saio com meu marido de carro. Para trabalhar eu não levo nem documento, eu só saio com a chave, com a chave [do trabalho] e com a chave de casa, nem com o celular. Eu deixo o celular, de manhã, em casa porque eu saio muito cedo, à tarde eu levo o celular (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).*

Por fim, Guilherme nos oferece as suas estratégias, que incluem:

[...] eu sou um cara que estou cuidando duas quadras adiante, eu não passo próximo a uma esquina. Tem vários cuidados. Sempre faço que quem esteja na rua observe o que eu o estou observando também. Tenho cuidados. Felizmente nunca passei por uma coisa grave (GUILHERME VERÍSSIMO, 10/10/2017).

Desta maneira, já sabendo que os imaginários da insegurança também contribuem para orientar as práticas dos indivíduos, que geram estratégias para afrontar os problemas recorrentes desse quadro de ausência de segurança, na próxima parte apresento um conjunto de reflexões que procura dar conta das mudanças na sociabilidade.

## **4 Sociabilidades do medo: mudanças na vida cotidiana**

A vida cotidiana, como Heller (1994) afirmava que tinha sido compreendida e desprezada pela filosofia e pela sociologia até então, não representa mais – naquela visão que ela criticava – do que aqueles momentos repetitivos, reiterativos, quase monótonos, a partir dos quais os indivíduos passariam a ser meros reprodutores da formação social imperante, no caso, do capitalismo. Isso colocava as análises do cotidiano como exercícios espúrios, desnecessários, pois a possibilidade de transcendência e transformação social teria de ser procurada fora dessa cotidianidade alienante. O próprio Lefebvre (1978), mesmo reconhecendo que na vida cotidiana encontra-se tudo, o tempo social e o tempo individual, o insignificante e o transcendente, que tinha riquezas, mas também misérias e pobrezas; fica preso à ação da alienação no cotidiano, como uma amarra, embora ele contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da “des-alienação”<sup>20</sup>:

Mil instrumentos, ferramentas tradicionais melhoradas ou engenhos, têm modificado a cotidianidade. Não têm arrebatado o seu caráter repetitivo. O aspirador acelera o trabalho doméstico; a mulher que faz a sua faxina não deixa de repetir cada dia os mesmos gestos, somente possui mais tempo livre. Para fazer o que? Às vezes, para fazer bobagens ou para se aborrecer. A técnica invade a cotidianidade e a muda sem metamorfoseá-la (LEFEBVRE, 1978, p. 87, tradução nossa).

No entanto, se pensarmos que a sociabilidade se realiza na cotidianidade, então Lefebvre nos fornece uma possibilidade analítica na medida em que é na vida

---

<sup>20</sup> Existem muitas leituras e releituras da obra de Lefebvre, tanto em espanhol – que é a bibliografia que, por minha formação na Venezuela, mais conheço –, quanto no português, sem contar que, infelizmente, não existe uma tradução nestas línguas da trilogia *Critique de la vie quotidienne*. Porém, gostaria de deixar claro que, neste ponto particular, sobre a visão do Lefebvre de se a vida cotidiana era mera reprodução ou, pelo contrário – e, aí, mais próxima à visão de Heller (1994) –, liberação, sugiro revisar o artigo de Lindón (2004), também o de Goodnewardena (2011).

cotidiana, nas suas atividades, onde vamos encontrar as chaves para traduzir os signos, simples e complexos ao mesmo tempo, que a conformam.

Meu apartamento está cheio de objetos funcionais que ao mesmo tempo são signos, colocados em certa ordem que estuda a ‘lógica’ da cotidianidade. As panelas e tigelas na cozinha significam meus gostos alimentícios. A rua está também repleta de signos; o vestido desta mulher significa que está indo a passear e o desta outra que está indo a trabalhar. Na vida cotidiana sabemos (melhor ou pior) traduzir à linguagem comum estes sistemas complexos de signos. Se não sabemos traduzi-los, se ignoramos algo, nos considerarão estranhos, forasteiros, ou fora da História (LEFEBVRE, 1978, p. 89, tradução nossa).

E nós, como indivíduos que vivemos essa cotidianidade, continua Lefebvre (1978), dificilmente deixamos de participar dos “retículos” e dos “filamentos” da vida cotidiana. Os retículos permitem a transmissão “de boca aos ouvidos, às vezes a uma velocidade assombrosa, porém, com deformações e vazamentos, das notícias e das valorações” (LEFEBVRE, 1978, p. 100). Quer dizer, os retículos são as formas como se espalham informações, orais ou escritas – agora podemos agregar audiovisuais –, à cotidianidade que permitem informar as práticas e ajudam na ressignificação dos imaginários sociais. Enquanto que os filamentos dizem respeito às formas como se levam em consideração e se representam na cotidianidade as relações formais e institucionais (LEFEBVRE, 1978, p. 101).

Eis, aí, a coincidência com Heller (1994, p. 29), cujas propostas para fazer uma sociologia da vida cotidiana que apresentei na introdução desta dissertação, e que mostram a vida cotidiana como aquele momento em que os indivíduos formam o seu mundo enquanto, ao mesmo tempo, se formam a si mesmos. Ou seja, a vida cotidiana é essencialmente prática, daí que para Heller (1994) ela se manifesta nas “formas de atividade da vida cotidiana”, no plural, pois são heterogêneas por antonomásia e respondem ao concreto de cada sociedade. Porém, essas formas de atividade estão necessariamente ancoradas na moralidade, ela mesma também atrelada à concretude do mundo social (HELLER, 1994, p. 132-133), mas tomando conta daquilo que para Castoriadis (1982) é o instituído do social.

Seguindo essa linha argumentativa, a sociabilidade é uma moralidade que expressa e sustenta percepções, sentimentos e pensamentos (HELLER, 1994, p. 329, p. 337), que, em conjunto, conformarão “a verdade cotidiana” e, nesse sentido, informarão e darão sentido às práticas dos indivíduos. Passo, agora, a analisar os desdobramentos disto.

#### **4.1 O medo como justificativa e valoração.**

O medo, como aponta Reguillo (2000, 2008), se vivencia individualmente, se constrói socialmente e se compartilha culturalmente; isto é, as dimensões do medo são múltiplas e respondem tanto às experiências dos indivíduos no que diz respeito a como eles têm se relacionado com os medos, quanto a como uma sociedade tem lidado com eles. O que quero apontar é que o medo pode ser uma mera abstração se não for analisado nas dimensões que se desdobram a partir da conceitualização de Reguillo. Nesse sentido, aqueles posicionamentos que relativizam ou detectam que o medo é apenas um reflexo da condição de classe, e, portanto, encontra-se amplificado nas classes médias e altas, pecam por reduzir o problema ao ponto de como individualmente o medo é vivido, deixando fora a dimensão sociocultural. Daí que as análises feitas por Furedi (2002) e Glassner (1999, 2004), que coincidem na identificação de uma “cultura do medo”, fornecem maiores pistas para se debruçar sobre essa questão. Isto é, porque o medo é um componente dos imaginários sociais que dizem respeito à insegurança que, como venho asseverando no decorrer deste texto, são construções intersubjetivas.

Velho (2014), por sua vez, afirma que, no caso brasileiro, o medo na cidade pode entender-se da seguinte maneira:

As pessoas de classes sociais e áreas diferentes da cidade passam a partilhar certas experiências comuns de mudanças de hábitos no seu cotidiano e nas suas atividades mais elementares. O ir e vir, basicamente, torna-se problemático a tal ponto que a sociabilidade propriamente dita é gravemente afetada, forçando as pessoas a se limitarem nos seus programas, rotinas, lazer e trabalho (VELHO, 2014, p. 20).

Na parte 3, mostrei como as pessoas têm feito mudanças na sua cotidianidade por causa da insegurança (tabela 6), chegando a incorporar estratégias das mais simples às mais complexas para tentar contornar o problema. Isto porque os indivíduos estão convencidos de que é uma situação descontrolada, portanto, o que ativa as mudanças é, precisamente, o medo de ser atingido pela insegurança. No entanto, com a incorporação dessas mudanças nas suas rotinas, esse mal-estar não cedeu, como mostro na tabela seguinte (tabela 7); o que nos deveria fazer pensar não apenas na “profundidade” do medo, mas nos efeitos que

ele consegue ter na vida cotidiana. Nesse sentido, parece que não é suficiente fazer mudanças na cotidianidade que tenham a ver só com nossas rotinas, não é suficiente ser precavido ou cauteloso, pois o estado da situação – como é experienciado pelos indivíduos – está fora de nosso domínio, de nosso controle. Daí que a ideia de estarmos diante uma guerra, como colocaram Bento e Guilherme, pelotenses os dois, 25 e 40 anos, respectivamente, esteja presente nos imaginários da insegurança.

Tabela 7 – Descrição da situação atual das pessoas no que diz respeito à insegurança depois de incorporar mudanças no seu dia a dia – casos Pelotas e Rio Grande, 2017.

Enunciado	Menções totais*	Frequência de menções por cidade	
		Pelotas	R. Grande
Me sinto bem mais seguro(a) agora	0	-	-
Embora me sinta um pouco mais seguro(a), ainda não é suficiente	12	6	6
Mesmo fazendo mudanças no meu dia a dia, ainda me sinto inseguro(a)	15	5	10

\* O número total de questionários aplicados foi de 28, dos quais 11 em Pelotas e 17 em Rio Grande. Houve um caso de uma pessoa em Rio Grande que não respondeu essa pergunta.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da aplicação do questionário (Apêndice A).

Esse quadro não é muito diferente daquilo expressado pelos entrevistados quando comentavam como a insegurança – e o medo que a circunda – os fizeram mudar as suas rotinas e, consequentemente, a sociabilidade. Assim, por exemplo, Andressa, 35 anos que vive em Rio Grande, se lamenta:

*Antes eu fazia academia, eu ia pra academia a pé e voltava a pé, não tinha problema, agora não me animo mais ir pra academia a pé. Fazia no SESC e tinha que atravessar a [Praça] Tamandaré. Eu não consigo atravessar a praça. Meus colegas, vários foram assaltados ali. É tipo assim, aí não sei, me parece que mulher sozinha na rua não consegue andar, entendesse! Minha rotina mudou bastante. Se eu saio de manhã cedo, eu não levo nada, não levo bolsa para trabalhar [...]*

*Eu não dirijo, né?, então, eu parei de fazer academia à noite, porque eu só posso a noite, porque tenho que estar dependendo de meu esposo me buscar. Ele é advogado e ele não consegue chegar no tempo. Eu queria fazer uma atividade, só que vou ter que ver de fazer uma atividade no horário do almoço, eu tenho duas horas de almoço, vai ficar corrido, mas pelo menos é de dia e não tem perigo (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).*

No que, em termos gerais, associa diretamente ao medo: “*O medo muda tudo! Ah, está bem diferente, mudou tudo! Hoje em dia ninguém para pra ninguém.*

*Isso aí mudou muito. Ninguém para pra dar uma informação, ninguém para pra nada! É bem complicado assim!*" (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).

O caso de Andressa permite ver como essa sociabilidade do medo que se forja paulatinamente, justifica mudanças, mesmo elas que possam ir contra àquelas coisas consideradas saudáveis, por exemplo, como é o caso de tirar o tempo de atividade física da sua cotidianidade, ou se fazer dependente de outra pessoa para ir se divertir e dividir momentos de lazer com os amigos – se o seu esposo ou alguma das suas amigas não for pegá-la e, logo, levá-la para casa, ela se abstém do desfrute, do lazer.

Por outro lado, o medo é uma medida de valoração, segundo a qual não interessa se há de se pagar mais caro por um bem ou serviço se aquilo permitir minimizar o medo e o perigo, mesmo gerando-lhes uma situação “ridícula”. Isso é claro quando Andressa conta que:

*Agora morando aqui no centro, bah!, a gente mudou bastante, assim, porque quando a gente deixa o carro, a gente paga mais caro por essa garagem porque é na frente de casa – as outras aí estão a metade do preço, mas a gente bota aqui porque está na frente. E assim mesmo, quando a gente chega tarde, eu fico com a cachorra lá [na garagem], o meu esposo vem, vê se não tem ninguém, abre... eu fico dentro da garagem, ele vem abre... parece ridículo, mas é! Ele vem abre a porta e eu veio e atravesso correndo. Meu deus, o que é que é isso, sabe?!* (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).

Essa questão do medo como medida para valorar as mudanças na cotidianidade foi colocada também por Felipe, 59 anos, natural de Rio Grande, que, com olhar saudoso, lembrava que a estrutura da família tinha mudado radicalmente. Explicava que parte dessa mudança estava diretamente relacionada com o aumento da criminalidade, no caso, em Rio Grande, e, portanto, o medo de serem atingidos por ela gerava como resposta “fugir” da cidade. Mas o mais significativo é a sofisticação da sua análise sobre as mudanças na cotidianidade a partir da ideia do clube como espaço privilegiado de sociabilidade, como espaço de junção de interesses, afetos, divertimento e, também, de proteção. Felipe usa a analogia do clube para refletir sobre a sociedade, nesse sentido, a perda dos clubes é um agravante da situação, tal como ele mesmo afirma:

*Para tu pensar sociedade, o que é que existe? Eu era sócio do Clube Regatas de Rio Grande... vamos ver os que não têm mais: Clube de Comércio, não existe mais; Associação de Empregados do Comércio, não*

*existe mais; Clube Caixeral, não existe mais; Clube União Fabril, também não existe mais; a Associação dos Ferroviários, está no bagaço, está terminando também, não tem mais nada; Sociedade Amigos do Cassino, também não existe mais, existe uma meia dúzia de gatos pingados. Quer dizer, o espírito de sociedade não existe mais! Tu reunir a tua família, ir a um baile para dançar, não existe. Existem boates, e nem isso! Isso tem a ver com a violência... Violência e acabou!*

*Aonde não existe mais a família... a insegurança acabou com tudo isso. Tu dizes que existe um clube. Um clube nada mais é do que um lugar de reunião de várias famílias. Aquilo que tu levavas teu filho para lá, tu ias para aquele clube para jogar tua carta, tu ias para lá a jogar boliche, jogar futebol... se não existe união, se não existe família... é tudo isso, é amizade... no momento que isso aí acabou, não tens como te reunir, aí cada guri vai para cada canto, tem o computador, ninguém mais conversa... aí entra droga no meio (FELIPE MIRANDA, 23/11/2017).*

Lucas, 31 anos e de Rio Grande, por sua vez, incorpora outro elemento para pensarmos a sociabilidade: como o advento da internet trouxe mudanças que, se de um lado, pode ajudar a contornar os efeitos da insegurança, também pode gerar novos problemas que incidem diretamente nas formas como todos nós nos estamos relacionando:

*As relações da sociedade em forma geral se modificaram muita com o advento de internet, com advento dos smartphones. E isso traz um falso senso de segurança [...]. Por que é que se modificou? Por que é que as relações não se dão mais em um ambiente social, em um ambiente livre, enfim, em shoppings, etc., etc.? Claro que se dão, mas eu entendo que numa proporção muito menor. Por que é que se modificou? Por exatamente o que a gente estava conversando antes. Hoje eu não gostaria que o meu filho fosse com dez anos de idade, ande por uma praça com dez anos de idade pra brincar com os amigos dele, sem eu estar junto olhando. Eu não sei quem são as pessoas que estão aí, eu não conheço, eu não tenho confiança. Esses ambientes podem ser saudáveis, ou não! [...]. Então, eu entendo que a internet veio de forma cabalar, assim, eu acho que foi um atropelo o que aconteceu – bom, já que as crianças não têm mais liberdade de dizer pra brincar na rua, vamos a dar internet porque eles vão se entreter com isso. Só que tu geras um segundo problema – tu levas as relações para dentro das redes, a maioria das vezes sem nenhum tipo de controle, porque aí os pais não entendem como é que funciona o mundo virtual. [...] A gente teve um deslocamento das relações sociais, mas até que ponto foi positivo, né? Quando tu tiras [as relações] do perigo da rua e tu tiras num perigo ainda maior... eu acho que, de novo, negativamente (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).*

Veja-se que Lucas, bem mais jovem do que Felipe, já não é tão aberto a uma sociabilidade que se produza no espaço público, pois esse espaço pode ser “saudável ou não”. Isto é um dos elementos que se destaca dentre a cultura do medo, que com o seu advento, há uma queda na confiança, fazendo mais complexo que as pessoas sintam essa “segurança ontológica”, que Giddens (1991) colocou

como fundamental na Modernidade, na medida em que os riscos crescem e saem do nosso controle.

Bento, natural de Pelotas, o mais jovem dos meus entrevistados – 25 anos – fornece uma perspectiva peculiar das mudanças na sua sociabilidade, que é diferente dos outros entrevistados, não a expressa com saudade ou com tristeza, mas com um grau de *normalidade* tal, que parece dar conta do *caminho certo* para enfrentar o medo e a insegurança. Ele comenta o seguinte:

*Às vezes a gente ia na [avenida] Dom Joaquim, né?, que é aquela avenida, a tomar um chimarrão... só que aí o troço tá meio bagunçado, assim, em relação... até no shopping também a gente ia e já ando dando tiroteio! A gente tá... a gente mudou, têm ficado mais em casa e até porque a gente passa muito tempo fora também, não só pela questão de segurança. E... a gente vai mais à família, a gente vai ver meus pais e de lazer a gente vai sempre em casas de conhecidos. Por exemplo, a gente tem cavalo, a gente vai na casa do... e aí realmente agora te falando eu percebi que a gente mudou, né?... pelo fato de procurar além de, claro, né?, a segurança e em relação a tudo, não só acesso ao dado, mas pelo ambiente, tá meio bagunçado o troço – o pessoal já meio que pode tirar ou meter a mão com a tua esposa, pode... contigo mesmo, pode... eu já convivi com vários casos assim. E a gente mudou, acho que é mais tranquilidade desse mundo louco aí, de assalto... então, tamos procurando lugar mais fechado... a gente vai no Capão do Leão, lá, que é um lugar fechado, não entra, não é público, né? Filme, a gente não vai no cinema mais, a gente aluga... Acho que o pessoal tá optando por isso mesmo, né?, por que tu trabalhas a semana inteira e as vezes quer fazer alguma coisa no domingo, só tens o domingo... tu não queres tá te incomodando ou correndo o risco de ir no shopping, comer um Mc [uma hambúrguer] e sair com uma bala na cabeça. E hoje não tem lugar, nem hora, nem... antes, na minha época a gente sempre se cuidava mais de noite... hoje tu tás correndo risco 24 horas, no momento que tu tás dormindo, tu tás sendo assaltado ou em casa ou aqui no comércio (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

Bento acaba fazendo uma valoração muito importante: a tranquilidade tem um valor maior – visto que o risco é iminente, então estar tranquilo é ficar em casa ou ir às casas de familiares e conhecidos, o que muda a noção do público que já nem sequer é representado pelos espaços semiprivados do tipo *shoppings*, por exemplo.

Guilherme, também pelotense, 40 anos, em tom mais cético, fala das mudanças que, no seu círculo de amizades e família, têm acontecido nos últimos tempos e que têm sido feitas tendo o medo como determinante. Assim, ele diz,

*A maioria das pessoas já quer mudar tudo. Tem muito medo, muito receio. Hoje em dia a gente faz festas, muito em casas de amigos até para não ter que estar saindo pra rua ou gastar menos... [imitando a fala de alguém numa dessas festas] “Olha! Nós temos que cuidar no portão porque daqui a pouco alguém invade lá e nos pega de surpresa aqui!”. Olha, que absurdo! Estamos falando de trinta pessoas dentro de uma casa e as pessoas*

*estão... não é um nem dois, é metade... “ô, vamos cuidar do portão!”. Então, a gente sabe que isso acontece (GUILHERME VERÍSSIMO, 10/10/2017).*

O clube, a rua, o parque, a praça, a academia, o shopping, outrora espaços de relacionamento, de sociabilidade, agora têm um lastre – a insegurança e o medo os invadiram, tirando deles o privilégio na construção do público, do comum, enfim, da sociedade. É novamente Guilherme quem introduz um elemento interessante para a análise dessas mudanças:

*Qual é a minha percepção dos últimos quatro anos? Diminuiu o fluxo de pessoas ao anoitecer na rua... cara, diminuiu drasticamente! Quando eu ando na rua [à noite] percebo que basicamente quem está caminhando na rua é estudante, porque tem que se deslocar naquele horário. Então, eu percebo exatamente isso: a maneira como a sociedade está indo pra rua, isso para mim é o que mais me chama a atenção, essa mudança aí. Quando está escurecendo as pessoas estão desaparecendo ou querendo andar dentro do carro, que acreditam estão mais seguros, o que não é verdade. Não vai estar mais seguro quem está no carro. Bom, nós estamos numa cidade que sempre foi uma cidade com características noturnas... boates, de bares, até bons restaurantes... Há poucos dias nós estávamos [na casa] com amigos e dizem assim: “vamos mandar pedir a comida, vai que eles estão lá dentro [do restaurante] e aí vão nos assaltar”. A gente falou brincando, mas é uma verdade. O comércio... pudendo ter mais opções aí, acaba se restringindo porque não existe mais consumidor, porque o bandido está na rua. Acho que nós estamos numa guerra civil, é o que eu acho, só que ela não é declarada (GUILHERME VERÍSSIMO, 10/10/2017).*

A rua e a noite, que sempre têm sido vistas com suspeita, agora adquirem elementos que as colocam como sinônimo de perigo e as rotulam como o lugar e momento de residência do medo, da violência e, enfim, da insegurança. Isto é, não se trata de um medo abstrato, pois ele pode se localizar espaço-temporalemente. Não é à toa que alguns dos serviços oferecidos no âmbito da segurança privada estejam pensados para proteger as pessoas que os contratam dos problemas da rua e da noite, como explicarei na próxima parte. No entanto, para ajudar a selar essa questão, considero que é Velho quem toma o pulso dela, ao refletir sobre o papel do medo nestes termos:

O que parece mais singular e grave é a consolidação de um modo de vida em que a possibilidade de agressão, roubo, sequestro e assassinato passam a fazer parte da rotina da vida de boa parte da população. O medo é consequência e, ao mesmo tempo, dimensão constitutiva do fenômeno. A tensão social é permanente e pessoas de quase todos os meios sentem-se ameaçadas e cientes dos riscos que correm (VELHO, 2014, p. 20-21).

O medo tem outra dimensão que não fica apenas no sentimento de ameaça e na ciência dos riscos. É mais do que isso, é uma valoração dessas ameaças e riscos cujo resultado passa a informar as ações dos indivíduos. Trata-se disso que, na parte 3, nomeei de estratégias contra insegurança, as quais não ficam restritas apenas às mudanças nas rotinas, mas que começam a transformar a cidade, a sua paisagem, ou seja, têm uma *materialidade*, como identifico na secção seguinte. O que desejo destacar é que, boa parte dessas mudanças está conforme o que Caldeira identificava para o caso de São Paulo, e que já foi analisado a partir dos depoimentos dos entrevistados na parte 3. Seguindo Caldeira, então:

Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também "felicidade", "harmonia" e até mesmo "liberdade". Relacionar a segurança exclusivamente ao crime é ignorar todos seus outros significados (CALDEIRA, 2000, p. 267).

Isso é central para destacar que não é apenas “medo”, é também “vigilância”, que, no meu entender, no que diz respeito aos imaginários da insegurança, formam um par indissociável. A vigilância é uma lógica que passa a ser incorporada pelos indivíduos como uma forma de agir – pelo menos primária e instintivamente – diante o medo. Quando Felipe ou Guilherme narram as suas estratégias de precaução para andar na rua, estão incorporando formas de vigilância constante, que são *naturalizadas*. É esse “ficar de olho” com quem está na rua, com quem ocupa a rua, pois parece que esses espaços agora contestados: a praça, o parque, o calçadão, a rua, estão tomados pelos outros, aqueles que, por exemplo, no caso de Rio Grande, são os “forasteiros” do Polo Naval, aqueles que vieram na época dos grandes projetos do Polo e que foram ficando na região logo da quebra desse mega empreendimento. Então, tem que “ficar de olho” no catador de lixo, no usuário de drogas, nas crianças que vagueiam nas ruas, daí a importância da criação dos “bodes expiatórios”.

Além disso, a vigilância requer, também, ser eficaz, tem que se colocar como um elemento que iniba, que faça a esse outro pensar muito bem antes de agir contra o patrimônio e contra as pessoas. Para isso, os *dispositivos de securitização* devem ser expostos para indicar que nesse local há *vigilância*. E não me refiro apenas às câmeras de vigilância ou aos CFTV, também ao “segurança”, ao vigilante que fica na parte de fora das lojas, ou aquele que deve ser responsável por uma quadra inteira,

pois os comerciantes, bem como os moradores, estão pagando para que ele faça isso: vigiar e proteger. E, por outro lado, essa vigilância também está presente nas mensagens compartilhadas entre as pessoas – em ocasiões deliberadamente organizadas, em outras, de modo menos racionalizado – via os grupos de WhatsApp ou Facebook que os condôminos criam para se informar e proteger, e por onde são veiculadas expressões que ressignificam essa cultura da vigilância. Então, a vigilância é sobre qualquer pessoa que “invade” esse espaço, residencial ou comercial. No caso comercial, o depoimento de Rogério (60 anos, Cassino, Rio Grande), acima, é um indicador disso, mas também o é o seguinte, de Bento:

*Se tem um cara aqui que tá me incomodando, é um tipo de equipe, eu vou ligar [à empresa de segurança privada] e ele vai vir e vai correr o cara daqui. Não sei o que ele vai fazer com o cara, mas vai, ele vai me oferecer segurança (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

De maneira um pouco menos desenfadada à de Bento, está a visão que tem Celso Alencar<sup>21</sup>, 38 anos, natural de Pelotas, advogado e dono de uma confeitoria localizada na avenida Bento Gonçalves daquela cidade. Ele comentou:

*Esse segurança que está aí na porta... a função dele é basicamente afugentar aos criminosos, que seja mais difícil para eles fazer alguma coisa aqui, pelo menos que os faça pensar mais. Também, sabes, dá aos clientes, sobretudo nesse horário depois que todo mundo sai do serviço e para um pouco para tomar um café e comer um docinho, essa sensação de que ele está vigiando tudo o que acontece lá afora [da loja], enquanto está nos cuidando cá dentro... É claro que isso também no final de semana, né?, mas ele tem a ordem de não agir em caso de acontecer alguma coisa, eu falo isso sempre para eles, cada vez que chega um novo [segurança], que antes não esteve aqui: “tu não te mexes se vieram a nos assaltar aqui dentro”. É por isso que para mim é apenas função de ficar parado do lado de fora da loja, com um carão, assim, de poucos amigos, de bravo, para afugentar aos bandidos e oferecer mais conforto aos clientes (CELSO ALENCAR, 27/11/2017).*

Como sustento ao longo deste texto, as pessoas que vigiam, protegem, oferecem segurança, constituem, também, um dispositivo de securitização e, portanto, passam a formar parte da paisagem da cidade como um elemento a mais

<sup>21</sup> Nome fictício. Da mesma forma que Rógerio dos Santos, Celso não permitiu gravar a entrevista, nesse caso, porque muitas pessoas o conhecem, incluindo algumas que estão na cadeia e que têm vinculações com atividades criminais, dada a sua profissão de advogado, por um lado; por outro, porque o fato de ser o dono de uma muito visitada confeitoria – aliado a a sua personalidade muito aberta, atenciosa e gentil – faz com que ele termine sabendo muitas coisas sobre a insegurança, por exemplo, e não se sentiria à vontade de falar sobre essa questão com o gravador ligado. Contudo, aceitou conversar comigo e autorizou-me a usar as informações, contanto que o seu anonimato fosse preservado.

dentre os imaginários da insegurança. A seguir, apresento algumas ideias para pensar as transformações nas paisagens de Pelotas e Rio Grande por conta dessa cultura do medo e da vigilância.

#### **4 2 Paisagens transformadas pelo medo e pela vigilância**

Assim como acontecem transformações na vida cotidiana das pessoas que repercutem na sociabilidade, também ocorrem mudanças cujas expressões se condensam na paisagem das cidades e que, por sua vez, também afetam a cotidianidade, pois estamos diante de um processo de mão dupla. É precisamente aquilo que Castoriadis (1982) identificou como o elemento mais potente dos imaginários sociais – a condição de eles instituírem o social e, ao mesmo tempo, serem instituídos pelo social. Nesse sentido, os imaginários da insegurança, toda vez que são instituídos pelo medo e pela vigilância, *instituem* a sociedade da qual fazem parte incorporando o medo e a vigilância como marcas, como esses signos dos quais falava Lefebvre (1978), que são traduzidos na cotidianidade pelos indivíduos; ao mesmo tempo, essa *instituição* do medo e da vigilância gera *moralidades*, tal como aponta Heller (1994).

Desta maneira, placas, grades, concertinas, cercas elétricas, câmeras, sensores de movimento, carros e vigilantes passam a estar incorporados na paisagem, mostrando os rasgos característicos de uma profundamente enraizada *cultura do medo e da vigilância*.

Nas imagens, na continuação (figuras 7 a 12), é possível identificar a incorporação desses *dispositivos de securitização*, que parecem se colocar como objetos *normais* no espaço, quando eles estão sendo a *materialidade* do medo e da vigilância na paisagem, que é o que preocupa Lefebvre nos objetos cotidianos – não é apenas a história deles, da qual esses objetos fazem parte, é a dialética da forma e função da materialidade. É essa *normalidade* que faz pensar que esses dispositivos têm estado aí desde sempre, como as rugosidades das quais Santos (2002) fala.

Guilherme nos ajuda a compreender o sentido destas mudanças quando comenta o seguinte:

*Isso é gradativo, cara. É que tu não vês, porque um dia alguém botou uma grade, outra aqui, outra ali, tranca isso e fecha... não, sem dúvida, mas... se gasta uma fortuna para se proteger, mas a gente não tem necessidade disso... eu tenho casas que já fui, de clientes, que eu tenho a sensação de que aqui [na casa do cliente] é uma prisão, com tudo o que eu quero, né?, mas eu vivo numa prisão. Porque, cara, é absurdo, as pessoas estão botando grades, assim tipo... fazer uma caixa fechada (GUILHERME VERÍSSIMO, 10/10/2017).*



Figura 7 – Fotografia da fachada de uma casa na rua Barroso, Centro, Pelotas - RS. Fonte: Fotografia própria, abril, 2017.



Figura 8 – Fotografia da sacada de apartamento num 1º andar, rua Santa Cruz, Centro, Pelotas - RS. Fonte: Fotografia própria, março, 2017.



Figura 9 – Fotografia da fachada de casa no Fragata, Pelotas - RS. Fonte: Fotografia própria, outubro, 2017.



Figura 10 – Fotografia da fachada de uma casa no Centro, Rio Grande - RS. Fonte: Fotografia própria, outubro, 2017.



Figura 11 – Fotografia da fachada de uma casa, Cidade Nova, Rio Grande - RS. Fonte: Fotografia própria, novembro, 2017.



Figura 12 – Fotografia da fachada de uma casa no Centro, perto da Rodoviária, Rio Grande - RS. Fonte: Fotografia própria, outubro, 2017.

Então, uma primeira questão é que estamos diante de um processo gradativo de incorporação desses objetos, às vezes por haver alguma experiência com a criminalidade, às vezes porque é o correto, como comenta Heller (1994) acerca da moralidade que percorre a vida cotidiana. Nesse sentido, Bento observa o seguinte:

*Meu tio tinha comércio e chegava a ser assaltado duas vezes por semana, né?, então, tu acabas tomando atitude – botar câmeras. Quando eu vim da colônia pra cidade, a primeira coisa que eu fiz – depois de um tempo eu comprei uma casa – a primeira coisa que eu investi foi cerca elétrica,*

*concertina, câmera e uma empresa de segurança (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

O importante não é tanto a necessidade de colocar esses dispositivos, mas a ideia de que eles irão conter, inibir a ocorrência de atividades delitivas contra o patrimônio, como destacou Celso, acima. Novamente o depoimento de Bento é ilustrativo:

[...] *hoje parece que quanto mais placa tiver a sensação é que talvez melhore um pouco, te traga mais tranquilidade. Aqui eu tenho duas placas, uma dessa fora do padrão, a do Gildo [referência à empresa de segurança privada Gildo Oliveira], que é regularizada, e o guardinha, né? E a minha casa parece... eu botei concertina, parece um presídio, né?, mas tem que ter esse carimbo. A sensação que a gente tem é que ele [o criminoso] vai olhar e “ah!, não vou entrar ai” (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

Isso dá conta de uma moralidade bastante racionalizada que se encontra ancorada nos imaginários da insegurança. Lucas se mostra um pouco céptico diante dessa forma de agir das pessoas que – como ilustrou Bento – tentam se antecipar e controlar a situação. Lucas critica seus conhecidos da cidade de Rio Grande, que têm feito essas escolhas:

*Toda aquela parafernália de coisas, tchê! Bah! Eu vou te dizer que a percepção que me traz aquilo – e eu conheço algumas pessoas que... De novo, vou te trazer um exemplo do Cassino porque é uma coisa que marca muito. Há dez anos atrás isso não existia. Hoje... meus pais, os dois trabalham na área da saúde, então a gente conhece vários médicos, que são pessoas que tem poder aquisitivo bem alto, e os caras sempre moraram em umas casas gigantescas com jardim super bonito, um monte de cerca de planta na frente. Hoje tu vais ver para essas casas e parecem uns fortes! É isso: é concertina, é cerca elétrica, é monitoramento por câmera, é não sei que... os caras estão colocando chips nos filhos, por medo de um sequestro relâmpago... As pessoas perderam a liberdade! Acabou! Conheço vários deles que estão cogitando sair de Rio Grande e morar ainda mais no interior para ver se conseguem fugir um pouco disso (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).*

O caso de Lucas é particular, pois sua família incorporou alguns desses dispositivos na sua casa de veraneio, no Cassino, depois de ela ter sido arrombada inúmeras vezes. Esse é o caso de dar o salto devido às experiências próprias de insegurança. Ele comenta sobre o ocorrido nestes termos:

*No Cassino, nós colocamos a empresa de segurança lá faz um ano e meio, mais o menos porque a casa foi assaltada umas quinze vezes. Nós tínhamos um serviço que se chamava “Olha de Águia”, que é um serviço de*

*ronda, não é alarme monitorado com equipamento. É um ronda que passa... enfim, ele troca umas fichinhas para dizer que passou, só que não resolvia nada. [...] A gente já deixou a casa sem nada porque eles entravam a toda hora. E aí nós gastamos bastante dinheiro – a gente colocou cerca por volta da casa, colocamos alarme, tudo para evitar esses assaltos. Cancelamos o serviço de ronda porque não funcionava (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).*

Embora ele esteja ciente das mudanças na sociabilidade que a incorporação desses dispositivos de securitização acarretou, deixa entender que não houve escolha, pois tinha que ser protegido o seu patrimônio, além do mais, porque também, para ele, o Cassino já não era mais aquele recanto de felicidade e tranquilidade da sua juventude, devido ao aumento exponencial do turismo naquele lugar, nos últimos anos, o que “*movimenta dinheiro, movimenta comércio e infelizmente movimenta criminalidade também. E hoje é um lugar onde tu tens que ter os mesmos cuidados que tu tens aqui em Rio Grande*” (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017). Ou seja, o que Lucas e sua família fizeram, o que Bento, em Pelotas, na sua casa e no seu comércio, tem feito também, é apenas agir certo, agir corretamente fazendo uma tradução dos signos da cotidianidade, precisamente para ter uma vida cotidiana “bem sucedida”, como coloca Heller (1994).

No entanto, essas transformações não são tão recentes como parecem expressar os meus entrevistados. As cidades de Pelotas (figuras 16 a 18) e Rio Grande (figuras 13 a 15) mostram marcas que permitem afirmar que o uso de dispositivos de securitização é antigo. A observação sistemática de algumas áreas dessas cidades me permitiu identificar algumas placas que indicam a prestação – e, portanto, o consumo – de serviços vinculados a dispositivos de securitização.



Figura 13 – Fotografia de louça de assinante da antiga Guarda Noturna, casa no Centro, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, outubro, 2017.



Figura 14 – Fotografia de adesivos de prestação de serviços de segurança privada, colados na fachada de uma casa, Centro, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, outubro, 2017.



Figura 15 – Fotografia de placa de antigo prestador de serviço de segurança privada em casa na Cidade Nova, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

Coloquei primeiramente o caso de Rio Grande pois, nessa cidade, é possível identificar com maior clareza que a preocupação pela vigilância está presente desde há muito tempo. Veja-se o caso da Guarda Noturna, sobre o qual Felipe, graças a ser natural dessa cidade e ter 60 anos, ofereceu valiosa informação:

*Nunca foi uma cidade santa porque é uma cidade portuária... muita prostituição... teve sempre guarda noturna. Na minha época tinha os guardas noturnos. Mas era outra época. [...] Isso não existe mais há quarenta, cinquenta anos, eu acho. O guarda noturno, além de ser o guarda noturno, eram os caras que ascendiam as luzes da cidade... Aí, de hora em hora eles paravam na esquina e davam um apito. Se tu estavas em casa era para saber que os caras estavam na rua. Era público porque cobravam a todo mundo... todo mundo tinha uma plaquinha... uma louçinha, uma ovalozinho que dizia guarda noturna [figura 13]... Eles se tornaram conhecidos, porque era sempre o mesmo cara... era uma roupa azul marinha e um quépi, tipo de policial (FELIPE MIRANDA, 23/11/2017).*

As figuras 14 e 15 mostram serviços semelhantes, como é, por exemplo, o caso de *Gaúcho*, que disse fornecer segurança desde 1984. No Cassino, como comentava Lucas, já seu avô contratava um serviço de ronda chamado *Olho de Águia*, cuja “réplica” estaria na Cidade Nova com os serviços fornecidos por *Olhos Noturnos* (figura 15), que Felipe comenta não existir mais.

Em Pelotas, também são identificáveis serviços semelhantes que foram e, alguns deles, ainda são consumidos. Como mostro nas imagens a seguir (figuras 16 a 18), na área mais próxima ao Porto, há marcas na paisagem que dão conta da existência desses serviços.



Figura 16 – Fotografia de adesivo em portão da garagem de casa no Centro, próxima ao Porto, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, abril, 2017.



Figura 17 – Fotografia de adesivo de guarda noturna e vigilância em garagem de casa no Centro, próxima ao Porto, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.



Figura 18 – Fotografia de placa e adesivo de prestadores de serviços em casa próxima ao Porto, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

Embora as imagens não tenham elementos claramente identificáveis da época em que eram prestados esses serviços, pela aparência das placas, seu notável envelhecimento e pela forma como têm sido incorporadas no espaço, é plausível afirmar que elas correspondem a um tempo semelhante ao de Rio Grande, muito possivelmente vinculado à época de quebra do Porto de Pelotas, no último terço do século passado.

O que me interessa apontar aqui, no entanto, é precisamente como já as cidades têm tido vestígios de uma profunda *cultura do medo e da vigilância*, que, por sua vez, tem incidido diretamente na cotidianidade, mudando a sociabilidade, identificando os “outros perigosos”, estabelecendo pautas para traduzir os signos desse cotidiano que permitem ter uma vida “bem-sucedida”. No entanto, o que, sim, fica claro é que, nos últimos anos, tem acontecido uma mudança substantiva ao interior dessa cultura, a partir da qual os *imaginários da insegurança* tem tido uma forte ressignificação.

Em Pelotas, que é a cidade na qual essa ressignificação se mostra mais evidente, esse processo torna-se ainda mais nítido na paisagem pelas formas empregadas e, enfim, pelas características que as placas passam a ter. Nas figuras a seguir, apresento três adesivos (figuras 19, 20 e 21), notadamente antigos, de empresas de segurança privada, para logo mostrar as imagens mais recentes das placas (figuras 22, 23 e 24) de algumas das empresas daquele âmbito.



Figura 19 – Fotografia de adesivo em janela de casa no Centro, próxima à avenida Bento Gonçalves, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, janeiro, 2018.



Figura 20 – Fotografia de adesivo em janela de local comercial no Centro, próximo à Santa Casa, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.



Figura 21 – Fotografia de adesivo em janela de local comercial abandonado no Centro, próximo à Estação Férrea, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, maio, 2017.

São muitas as diferenças que podem ser analisadas. Talvez as mais ressaltantes digam respeito ao tamanho, à disposição nos locais e à composição imagética. Apenas tendo como referência o número telefônico com seis dígitos, que consta no adesivo, na figura 19, é possível dizer que esse objeto tem mais de vinte anos, pois as regulações que estipulam a padronização dos números de telefone fixo para sete dígitos emanam da Norma nº 28/96 “Plano de Numeração para Redes Públicas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular”, aprovada pela Portaria nº 1.541, de 4 de novembro de 1996. E que aquelas outras duas (figuras 20 e 21) têm pelo menos treze anos de antiguidade, pois foi dado o prazo, pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, de até novembro de 2005, para que todas as empresas de telecomunicações padronizassem os números de telefone fixo para os oito dígitos que têm hoje. Ou seja, na volta de duas décadas, aconteceram mudanças significativas nas formas de fazer visível que um prestador de serviços estava *protetendo* uma casa ou local comercial.

Como se segue nas figuras 22 a 24, já não são necessariamente adesivos de dimensões reduzidas que se colocam, com certa discrição, nas janelas ou portas, mas placas de dimensões maiores, com imagens chamativas e que tentam difundir uma mensagem visual, que é uma *materialidade* dos imaginários da insegurança e que são sustentadas pelas significações da cultura do medo e da vigilância, no caso, presente na cidade de Pelotas.



Figura 22 – Fotografia de placa em fachada de loja localizada no Calçadão, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, agosto, 2016.



Figura 23 – Fotografia de placa em fachada de restaurante no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, abril, 2017.



Figura 24 – Fotografia de placa em fachada de pet shop, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, abril, 2017.

Os consensos intersubjetivos que dão o corpo de significações aos imaginários sociais têm passado por mudanças que dizem respeito à necessidade de estabelecer limites, um adentro e um afora, que justamente são regidos e

definidos pela *placa*, como acabamos de ver nas figuras precedentes. Isto, ademais, indica que, de certa forma, esses imaginários colocam e valoram a *proteção* de si e do patrimônio, de modo especial, derivando da conformação de um âmbito da segurança privada que, em Pelotas e Rio Grande, vai adquirindo características peculiares. É precisamente sobre essa configuração que trata a próxima parte.

## **5 Proteção e cuidado: consumo de segurança privada**

Nas partes anteriores desta dissertação, tenho oferecido elementos para pensar os imaginários da insegurança como os organizadores de ideias e práticas que afetam a sociabilidade, a vida cotidiana e a paisagem urbana, tomando como referência os casos das cidades de Pelotas e Rio Grande. Porém, pouco tenho dito sobre a conformação do *âmbito da segurança privada* que é – a meu entender – aquele espaço social no qual operam prestadores e consumidores de bens e serviços ao redor da proteção e do cuidado do patrimônio e da vida. É o campo onde acontecem as trocas e valorações de *dispositivos* que visam *proteger e cuidar* de patrimônios e de vidas e que, portanto, trata-se de como fornecedores e consumidores vendem e consomem, respectivamente, *bens* que “condensam diferentes tipos de valor” que farão “diferença no mundo físico, no mundo social e no mundo imaginário” e, consequentemente, dá para pensar “no valor físico, posicional e imaginário dos bens” (BECKERT, 2010, p. 6-7, tradução nossa).

Como exposto na parte 3, dentre os imaginários da insegurança há também pautas para a ação, que são, igualmente, intersubjetivamente construídas. Uma das mais emblemáticas, pelo menos no que diz respeito aos indivíduos nas cidades de Pelotas e Rio Grande, é o consumo de *dispositivos de securitização* que pretendem antecipar e conter a inexorável chegada da *insegurança* para si mesmo e para os seus, como uma projeção de um futuro imaginado como problema. Daí que o consumo desses bens, como diz Beckert (2010, p. 8), é uma *performance* que pode, por causa do seu valor posicional, dar conta das “identidades sociais dos atores” e, nesse sentido, os “consumidores constroem um amplo alcance de narrativas de identidade associadas a determinados tipos de produtos oferecidos no mercado”. Ou seja, a valoração está ancorada nas *significações sociais*, nas suas “qualidades simbólicas”. As mesmas que baseiam a “performance imaginativa” dos bens e que,

neste e no outro caso, permitem que “transcendam suas materialidades” (p. 8, tradução nossa).

Nesse sentido, mesmo concordando com a análise geral que Lorenc Valcarce (2012, 2014) faz para o caso argentino da segurança privada, é possível combiná-la com a noção da *perfomatividade* posicional e imaginativa dos bens, que traz Beckert, especialmente quando ele aponta que:

A *performance posicional* de um bem é pública, no sentido de que um terceiro deve atribuir a significação simbólica ao bem, o que cria as bases para classificar ao possuidor, isto é, conceder-lhe determinada identidade social. Isso acontece independentemente do próprio possuidor. Ele pode estar ciente dos efeitos posicionais advindos das suas escolhas de possuir bens e tomá-los em conta, mas os efeitos posicionais dependem das significações atribuídas aos bens pelas outras pessoas. No caso do *valor imaginário*, é o próprio comprador quem deve atribuir a significação simbólica ao bem. Isto é um ato privado, apesar de que as significações sociais refletem valores morais e orientações que estão socialmente constituídas (BECKERT, 2010, p. 9; grifos do autor, tradução nossa).

Destarte, dar conta dessa distinção permite descrever a lógica desse âmbito e, para isso se tornar possível, é necessário, primeiro, analisar algumas características gerais dos prestadores de serviços, como mostro a seguir, para logo explorar as formas de atribuição de valores que os indivíduos fazem dos *dispositivos de securitização*.

## **5.1 Os prestadores de serviços de segurança privada**

Contrário ao que a lógica capitalista diria a respeito de mercados altamente concorridos e competitivos, que preza por regras claras e certo grau de previsibilidade, além da formalização dos agentes econômicos, o mercado da segurança privada nas cidades de Pelotas e Rio Grande é pouco regulamentado, volátil e flexível e, por enquanto, não apresenta traços da existência de tendências de monopolização ou oligopolização a partir das quais os grandes grupos empresariais pretendiam ocupar os espaços até então mantidos por pequenas empresas ou prestadores não formalizados. Alguns desses processos são analisados por Lorenc Valcarce (2014, p. 90-97), mostrando que, na Argentina, são identificáveis três movimentos que mudaram o mercado da segurança privada: concentração, modernização e estrangeirização. No entanto, é importante destacar que Lorenc Valcarce consegue identificar esses movimentos para o mercado

nacional argentino de segurança privada, no qual a presença de grandes grupos empresariais, que tendem a repartir aquele mercado, pode incidir na sua dinâmica. Mas certo é também, que na análise elaborada por ele, reconhece que:

Isto não significa que não exista uma enorme quantidade de empresas medianas, pequenas e incluso microscópicas que, dentro do mesmo universo de referência simbólica e com práticas que emulam na medida do possível as das firmas dominantes, ocupam nichos de mercado em pequenas cidades e localidades, ou bem em relação com certos tipos de clientes que requerem seus serviços especializados (LORENC VALCARCE, 2014, p. 95, tradução nossa).

Reconhecendo que o escopo desta pesquisa é mais restrito, isto é, focado em como é o âmbito da segurança privada nas cidades de Pelotas e Rio Grande, a análise dos dados leva a indicar que essas características identificadas por Lorenc Valcarce não são aplicáveis naqueles casos, pelo menos não agora, no estado atual de desenvolvimento desse mercado. Pelo contrário, o universo de prestadores de serviços é pouco concentrado, existindo um número grande deles; e uma bricolagem de práticas e dispositivos de securitização modernos e quase artesanais, no que o humano e o tecnológico convivem; e, não existem indicadores da existência de grandes grupos estrangeiros querendo fazer parte desse mercado. No entanto, considero que a seguinte afirmação de Stehr e Adolf (2010, p. 222) é válida para a análise: “[...] o mercado – a despeito de quão instrumental-racional possam ser suas regras do jogo – pode se transformar no cinto de transmissão do cultural e das ações orientadas por valores” (tradução nossa).

Por outro lado, talvez isso seja graças a uma fraca regulamentação, principalmente no que tange à fiscalização dos prestadores de serviços associados ao âmbito da segurança privada, que permite que uma parte deles não cumpra com o disposto no ordenamento jurídico no que diz respeito à regulação das atividades de segurança privada. No caso do estado do Rio Grande do Sul, em geral, sendo verificável especificamente em Pelotas e Rio Grande, nem todos os prestadores de serviços são empresas formalmente reconhecidas, pois alguns deles são pessoas ou grupos de pessoas que fornecem um serviço particular no ramo da segurança privada. Isso deve servir para diferenciar as figuras legais que são utilizadas.

Além disso, existe outra questão: nem todos os prestadores de serviços de segurança privada estão registrados junto ao Grupamento de Supervisão de Vigilâncias e Guardas – GSVG, órgão especial da Brigada Militar do Rio Grande do

Sul, encarregado de garantir o disposto na legislação do RS que diz respeito aos serviços de segurança privada. Assim,

O GSVG tem a missão de fiscalizar, controlar e disciplinar a atividade de segurança privada não especializadas, expedindo Alvará às empresas e Credenciais aos seus operadores e executores bem como declarar formalmente Regulares as empresas especializadas disciplinadas na Lei 7.102/83, atuando de forma eficiente e eficaz em todos os aspectos revistos na Legislação em vigor, junto aos organismos que prestam serviço ligado à atividade de segurança particular e municipal, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, buscando uniformidade procedural, zelando e garantido para a comunidade em geral a sua respectiva integridade pessoal e patrimonial. [...]

Toda a empresa necessita de autorização Estadual para estar regularizada, sendo que o GSVG é o representante do Estado para efetuar o registro, conforme Decreto Estadual nº 32.162/86 que normatiza o regulamento geral da vigilância particular e municipal para a aplicação do Decreto Estadual nº 31.453/84 o qual dispõe sobre a atividade de vigilância no Estado do Rio Grande do Sul<sup>22</sup>.

Mesmo assim, a própria Brigada Militar é ciente da existência de um feixe de prestadores de serviços não registrados:

Tenha cautela na seleção da melhor proteção a seu patrimônio, contratando empresas idôneas e registradas no GSVG, pois entre as empresas de zeladoria, existe bom número que atua de forma irregular.

Sua residência pode ser objeto de observação nefasta durante a realização do ‘trabalho’ de zeladores irregulares. Evite dissabores, consequência do descuido. Se o ‘trabalho’ for realizado por pessoas armadas, aumenta o risco de não estarem preparadas para o exercício da atividade, além de cobrarem mais por isso.

A atividade dos vigilantes não lhes permite abordar pessoas nas ruas, isso é um ato ilícito previsto como usurpação da função pública, exclusiva da polícia. Eles não podem assumir o papel da Brigada Militar, andar armados na via pública, munidos de apitos e perturbar o sossego das pessoas<sup>23</sup>.

O GSVG publica regularmente no site da Brigada Militar, a “Relação das Empresas Regulares”, que consta do nome da empresa, o número de CNPJ e a cidade da qual é originária essa empresa, não indicando se existem impedimentos geográficos para a atuação dessas empresas fora da cidade que indicaram no registro. Tampouco é possível identificar quais os “nomes de fantasia” que são usados por essas empresas – que nada mais é do que o nome pelo qual cada uma delas é conhecida e que é usado para oferecer os seus serviços – é o que está escrito nas placas. No entanto, é um registro público que permite conhecer quantas

---

<sup>22</sup> Disponível: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Servicos/Gsvg>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

<sup>23</sup> Disponível: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Servicos/Gsvg>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

empresas estão registradas em todo o estado do Rio Grande do Sul, discriminadas por município, o que permite conhecer a quantidade de empresas registradas nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Na tabela a seguir (tabela 8), vemos uma evolução do registro de empresas, tanto no estado quanto naquelas cidades.

Tabela 8 – Número de empresas registradas no GSVG para julho e novembro 2017 e janeiro 2018 – Total para RS e para as cidades de Pelotas e Rio Grande.

Mês/ano	RS	Pelotas	Rio Grande
Julho/2017	374	15	3
Novembro/2017	495	18	7
Janeiro/2018	516	19	7

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados das relações elaboradas pelo GSVG e publicadas no site da Brigada Militar. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Servicos/Gsvg>>. Acesso em: 05 jul. 2017, 20 nov. 2017 e 12 jan. 2018.

Uma primeira leitura desses dados permite observar que é um mercado em expansão, mesmo ainda existindo um importante grupo de prestadores que não são “regulares”, que parece começar a estar mais fiscalizado pelo GSVG, na medida em que o crescimento em apenas seis meses (julho 2017 a janeiro 2018) no número total de empresas regulares, no RS, é de 38%, em Pelotas, de 26,6% e em Rio Grande, de 133,33%. Seja como for, esse é um mercado ainda muito pouco formalizado, pois partindo das minhas observações naquelas cidades, registrei a existência de 55 prestadores de serviços em Pelotas, apenas na sua área central. Enquanto que, em Rio Grande, nas áreas observadas, contabilizei 42<sup>24</sup>. No entanto, esses números devem ser explicados.

Como não foi minha intenção abordar diretamente os prestadores de serviços do âmbito da segurança privada, não é possível afirmar que todos eles estejam em atividade atualmente, embora os registros obtidos mediante o recurso das fotografias possam indicar que, dadas as características que apresentam as placas dessas empresas, a grande maioria delas está ainda na ativa. Além disso, algumas discrepâncias que existem entre as “empresas regulares” da lista do GSVG e minhas observações podem justificar-se por algumas dessas empresas estarem registradas

---

<sup>24</sup> Como expliquei na parte 2, as observações, mesmo sendo sistemáticas, abrangiam apenas uma parte delimitada das cidades. No entanto, andando por outros bairros de Pelotas e de Rio Grande é possível ver a existência de outros prestadores de serviços, os que deverão incluir-se na conta feita aqui. É claro que isso apenas confirma que é um mercado pouco formalizado e ainda em expansão. Veja-se no Apêndice C – Listado de prestadores de serviços de segurança privada identificados mediante a observação nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

em outra cidade do RS, como são, por exemplo, empresas que contam com registro regular em Canoas, Capão de Leão, Porto Alegre ou Santa Maria, para mencionar só algumas. Ou mesmo quando alguma delas está registrada em Pelotas e está presente em Rio Grande, não estará como empresa regular nesta última cidade, e vice-versa. É claro que uma pesquisa mais aprofundada sobre tais questões teria de ser feita, pois isso ajudaria a esclarecer esses e outros pontos que ficaram duvidosos. Infelizmente, não esteve dentre os meus objetivos.

Contudo, há mais duas coisas sobre os prestadores que permitem ampliar a análise. O primeiro diz respeito ao uso que eles fazem da cultura do medo e da vigilância enraizada nas cidades de Pelotas e Rio Grande, e que se observa com nitidez nas placas que utilizam para se identificar. O segundo abarca os tipos de dispositivos de securitização que fornecem. Vejamos os detalhes desses pontos.

Conforme Beckert, no capitalismo, produtores/fornecedores e consumidores se organizam a partir do manejo que fazem das expectativas, as quais nem são guiadas por escolhas racionais baseadas na informação, nem tampouco meras previsões fundamentadas em padrões. No entanto,

[As expectativas] são meras imaginações de estados futuros – imaginações nas quais os atores baseiam seus comportamentos “como se” essas expectativas realmente descrevessem estados futuros e relações causais (Beckert, 2013). Os atores são motivados por um futuro imaginado e organizam suas atividades de modo consoante com ele. Expectativas ficcionais são representações de um mundo futuro, cuja veracidade não pode ser conhecida (BECKERT, 2017, p. 176).

Essas “expectativas ficcionais” dependem das formas como as pessoas imaginam esse mundo futuro, que, no caso trabalhado, obedecem aos *imaginários da insegurança*. Nesse sentido, os prestadores de serviços precisam ir a par tanto das significações sociais de medo e vigilância, como daquelas que servem para pensar as maneiras de afrontar os riscos e perigos advindos da produção dos senso comuns de medo e vigilância para organizar suas atividades. Isto fica refletido nos dispositivos que eles usam para prestar os seus serviços que são, afinal, também *dispositivos de securitização*. Nas figuras seguintes podem ver-se como os prestadores de serviços têm mudado suas interpretações da cultura do medo e da vigilância, tirando e colocando elementos que sejam mais consoantes com as ressignificações dos conteúdos que conformam aos imaginários, o que nada mais é do que dizer que esses operadores do âmbito da segurança privada sabem

como traduzir as “expectativas ficcionais” em bens consumíveis dotados de uma valoração transcendental.



Figura 25 – Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, março, 2017.



Figura 26 – Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, outubro, 2017.



Figura 27 – Fotografia de placa em fachada de escola, Cidade Nova, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, outubro, 2017.



Figura 28 – Fotografia de adesivo em janela de casa, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.



Figura 29 – Fotografia de adesivo em janela de casa, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, setembro, 2017.



Figura 30 – Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.



Figura 31 – Fotografia de placa e de adesivo em janela de restaurante, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

Veja-se que nas figuras acima, o que elas indicam são algumas das mudanças que essas empresas, *Alarmes Mello* de Rio Grande (figuras 25 a 27) e *Gildo Oliveira* de Pelotas (figuras 28 a 31), têm levado a cabo ao longo dos últimos vinte anos<sup>25</sup>, refletindo nas formas que usam para mostrar o que fazem. Ou seja, o uso da placa – ou o adesivo – como dispositivo de securitização que mostra quais as “expectativas ficcionais” que essas empresas têm empregado para se garantir sucesso no âmbito da segurança privada. Isto é, a *proteção* que *vendem* tem estado ajustada às “expectativas ficcionais” dos consumidores, da sociedade, que numa época estavam atreladas à confiança na “resposta ou ação policial” (figuras 25 e 29), ou à ação eficaz da própria empresa (figura 26, 27, 28, 31), ou à tecnologia (figura 30). Seja como for, o que essas empresas fornecem é “proteção 24 horas”, que garanta *tranquilidade*.

No entanto, essa proteção é mais uma medida paliativa, como comentava Lucas (31 anos, diretor de empresa que atua na área de serviços da saúde em Rio Grande, cidade da que é natural), pois está vinculada à eficácia dos sistemas de alarme e de sensores de movimentação – dentre outros tipos de dispositivos que podem ser instalados, pois irá depender do tipo de “solução” que o consumidor procure ou daquela que sugira a “expertise” que lhe fornece o prestador de serviço – que instalam nas casas ou locais; isto é, a que esse sistema gerará um alerta que será monitorado pela empresa e que, no momento, ela ativará o seu protocolo de atuação, que nada mais é do que fazer uma ligação à pessoa contato responsável pelo serviço – o dono da casa ou do comércio – para indicar a ativação do alarme, e, logo, o envio de uma unidade móvel de monitoramento *in situ*, em um prazo “o mais rápido possível”, mas sem garantir um tempo de resposta padronizado. Nas palavras do próprio Lucas:

[...] eles não te dão nenhum tipo de garantia dos equipamentos que tu tens adentro da tua casa, absolutamente nada, nem tampouco se entrarem e se roubarem, eles não se responsabilizam por nada. Eu achei até um absurdo isso, mas aí eu fui a ver os contratos e todos são iguais, de duas empresas diferentes, a mesma margem de contrato. Então, o que eles te prometem e que existe um sistema que se da um disparo eles vão vir o mais rápido

---

<sup>25</sup> De acordo com as informações disponíveis nos sítios web destas empresas, *Alarmes Mello* começou a operar no ano 1999 ([http://www.alarmesmello.com.br/index.php?n\\_sistema=7162](http://www.alarmesmello.com.br/index.php?n_sistema=7162)); acesso em: 27 jan. 2018), enquanto *Gildo Oliveira* começou a usar essa denominação a partir do ano 1998 ([http://gildooliveira.com.br/historia\\_90.html](http://gildooliveira.com.br/historia_90.html); acesso em: 27 jan. 2018), mas suas operações iniciaram já no ano 1971, com o nome de *Eletropel* (<http://gildooliveira.com.br/historia.html>; acesso em: 27 jan. 2018).

*possível. Esse “mais rápido possível” não tem nem tempo determinado, então, se eles levar uma hora, problema é teu! (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).*

Isso foi também corroborado por Felipe (59 anos, dono de comércio de artigos esportivos, Rio Grande), quem, para sua pequena loja, manteve o dispositivo de securitização que herdou do locatário anterior, e dado o seu valor mensal de quarenta e cinco reais (R\$45,00), considerou deixá-lo. Mas, ele sabe que é apenas um sistema preventivo, que não irá resolver uma possível situação de arrombamento, mas pelo menos, como comentava Celso (38 anos, dono de confeitaria em Pelotas, pelotense) na parte anterior, ajuda a “afugentar os criminosos”. Felipe, então, comenta:

[...] *eles não te dão nenhum tipo de seguro. Se roubarem, o que tu vais fazer, vais te queixar com bispo? Vais à polícia e vais a dizer assim, ô: - Roubarem minha casa e eu tinha alarme. A culpa é do cara que deixou eles entrar... Não tem esse tipo de contrato, eu acho. [...] Claro, é só para tu saber. Se der a merda e levarem tudo, tu vais te queixar para quem? Isso não está no contrato: “se levarem tudo, nós vamos te ressarcir...”. Tanto é que eles não fazem inventário... eles vierem aqui e dizem que o valor do que está aqui é tanto e o valor da prestação é tanto, quer dizer, conforme o valor, conforme... isso seria, eu acho... Mas esse aqui, por 45 pila... tu fica aí e quando chegar um barulho eu veio aqui de noite... então, tá. Mas não fica... não tem nenhum tipo de seguro (FELIPE MIRANDA, 23/11/2017).*

Nos casos de Felipe e Lucas, estamos falando de empresas com tradição na cidade, que baseadas em elementos de ordem tecnológica – uso de alarme, de câmeras, sensores de movimentação, de cercas elétricas e de concertinas – ainda não conseguem prestar um serviço muito diferente daquele que prestam os “guardas noturnos”, que na cidade de Rio Grande, por exemplo, contam com tradição, como o próprio Felipe narrava, ou como Lucas comentava sobre a experiência da sua família com um serviço desses no Cassino. Por exemplo, *Gaúcho* – prestador de serviços de “serviço autônomo de segurança pessoal e coletiva”, na ativa desde 1984 (figura 32) –, é, afinal, um homem velho, como me comentaram várias pessoas em Rio Grande, que promete *proteger* o patrimônio das pessoas durante a noite, das pessoas que o contratam; além disso, deixa um número de telefone para essas pessoas lhe ligarem em caso de acontecer alguma emergência. Não existe contrato, apenas um acordo de palavra, a partir do qual esse homem recebe um pagamento mensal de cada contratante – cem reais (R\$100,00) ao mês. Então, ele *marca* os locais com um adesivo (figura 14 – acima –, 32 e 33).



Figura 32 – Fotografia de placa em fachada de casa, Centro, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, abril, 2017.



Figura 33 – Fotografia de adesivos em janela e fachada de loja, Centro, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

O que diferencia o que ele faz com o que faz S.I.N.A.I *Sistemas de segurança*, que é a empresa que contratou Rogério no Cassino? Talvez seja apenas a questão do respeito, embora os serviços que podem fornecer empresas como S.I.N.A.I ou outras que operam nessas cidades estejam mais munidos de recursos e, consequentemente, possam chegar a ser mais eficazes. Precisamente a esse respeito, Lucas opina o seguinte:

Era um velho bem louco, ele andava armado e os vagabundos conheciam ele, sabiam que se ele os pegasse, ele os matava mesmo. Aí eu vejo uma distinção: os caras enxergavam o adesivo dele na casa e existia um certo respeito, que ainda assim era uma coisa irrisória, porque como eu te disse a casa foi assaltada várias vezes. Ele era um cara que tinha esse tipo de atitude e assustava aos vagabundos. Ele tinha uma empresa com vinte, trinta rondas [pessoas que faziam a ronda nos locais que assinavam o serviço]. Esses caras sabiam que esses rondas andavam com um cassetezinho na mão e não iam fazer nada. Aí, se tu fizeres uma comparação entre os símbolos dos mais convencionais e esses caras que fazem ronda, alguns respeitam mais a esse pessoal das rondas, porque eles sabem que se os caras pegar, os caras são violentos (LUCAS RODRIGUES, 28/11/2017).

A partir dessa distinção, é possível fazer outras, no que tange às empresas, aos prestadores de serviços no âmbito da segurança privada em Pelotas e Rio Grande. Por exemplo, a que diz respeito aos serviços tradicionais *versus* os serviços especiais, como alguns prestadores de serviços chamam os seus; ou, bem, serviços *tecnologicamente baseados e humanamente baseados*. Isto é apenas uma distinção provisória que fica como uma possibilidade de continuar esta pesquisa indagando mais profundamente os atores que fornecem os *dispositivos de securitização*. No entanto, uns e outros não são excludentes entre si, ao ponto que é prática comum

contratar vários prestadores de serviços. Assim, por exemplo, Celso comenta o seguinte:

*Aqui na loja a gente tem alarme, até porque eu acho que o alarme é ótimo. Já o fato do criminoso saber que aqui há alarme – porque para isso está a placa na fachada, né? – o afugenta, ou pelo menos ele vai pensar duas vezes se vai entrar a arrombar aqui. Mas, tu visses, a gente paga um segurança... dez reais por hora, três hora cada dia... só para que ele ponha "cara feia" e afugente aos possíveis criminosos. Afinal, o cliente se sente mais seguro, né? (CELSO ALENCAR, 27/11/2017).*

Isso dá conta de que, nesse mercado tão ativo como o existente em Pelotas e Rio Grande, alguns prestadores de serviços têm sabido jogar o jogo das expectativas de uma maneira mais “esperta”, no sentido de ter uma habilidade maior para se ajustar as mudanças dos imaginários da insegurança. É o que Beckert afirma:

[...] dotar aos produtos de valor simbólico é contestado entre os produtores concorrentes. [...] Enquanto que dotar aos produtos de valor imaginário é manipular e reificar os desejos dos atores para ‘apropriar’ valores transcendentais, isto também promete uma salvação imaginária perante a provisão de acesso aos ideais intangíveis. Devido aos mecanismos descritos, essa salvação não se alcança nunca por completo. Porém, a maneira com a que se correspondem as necessidades dos produtores de vender seus produtos com as aspirações dos consumidores de achar representações sociais dos seus desejos transcendentais, mostra como o valor imaginário pode contribuir significativamente à integração sistêmica da economia e à integração social da sociedade (BECKERT, 2010, p. 21-22; tradução nossa).

Essa junção entre o econômico e o social que Beckert traz, pode ser identificada nas práticas dos prestadores de serviços, precisamente olhando quais são os *dispositivos de securitização* que oferecem e como o fazem. Nesse ponto, as imagens a seguir (figuras 34 a 37) mostram o uso de carros para as rondas, nos quais se incorporam esses valores imaginários que dizem respeito à possibilidade de conter a insegurança. Ou seja, mais uma vez, os prestadores de serviços conseguem interpretar as “expectativas ficcionais” (BECKERT, 2010, 2017), que no caso pelotense, particularmente, incorpora a expectativa de que a insegurança pode ser contida usando o medo, com agressividade e imponência.



Figura 34 – Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, maio, 2017.



Figura 35 – Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, junho, 2017.



Figura 36 – Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, maio, 2017.



Figura 37 – Fotografia de carro de empresa de segurança privada, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

Não é apenas o carro, são também outras alegorias usadas pelos prestadores de serviços para captar os imaginários da insegurança e, assim, colocá-los nos seus dispositivos de securitização como forma de outorgar esse valor imaginário do que fala Beckert (2010, 2017). Por exemplo, isto também explica mudanças nas imagens que usam os prestadores de serviços para *marcar* a paisagem, pois no processo de interpretar e de outorgar o valor imaginário, eles precisam atuar com agilidade para manter sua posição. No caso das figuras 38 e 39, vemos um caso desses, que já não é como aquele que analisava acima, das empresas *Alarmes Mello*, de Rio Grande, e *Gildo Oliveira*, de Pelotas. Neste exemplo, do prestador de serviços denominado *GAAP*, que atua em Pelotas, o valor imaginário está posto claramente no uso do *medo* e no seu poder de “afugentar”, de “prevenir”, de gerar condições que minimizem a possibilidade de ocorrência de delitos e com o intuito de *proteger* e *cuidar*.



Figura 38 – Fotografia de placa em janela gradeada, casa no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

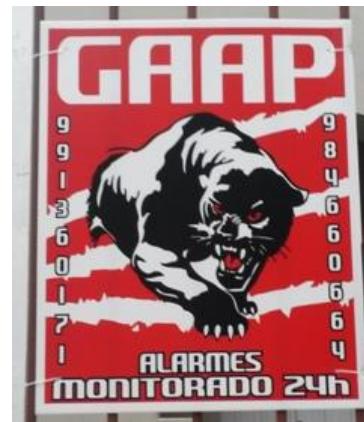


Figura 39 – Fotografia de placa em grade, casa no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, dezembro, 2017.

Nesse sentido foi a empresa chamada *NASF*, talvez a pioneira em fazer isto, pelo menos em Pelotas. O lema dessa empresa – “O braço forte da comunidade” – e a imagem de uma pantera preta em posição de ataque refletiam e concentravam os *imaginários da insegurança* de boa parte da população. Não é à toa que, após um ano e meio de ter acontecido a “Operação Braço Forte”, que consistiu em prender ao Tenente Nelson, dono da *NASF*, acusado do crime de formação de milícia armada, ainda seja possível encontrar casas, prédios, locais comerciais com a placa dessa empresa (figuras 40 e 41).



Figura 40 – Fotografia de placa da *NASF*, Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, agosto, 2016.



Figura 41 – Fotografia de placas da *NASF* em fachadas de locais no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, outubro, 2017.

O diferencial da *NASF* era, por um lado, sua eficácia, o que Amanda (42 anos, comerciante da cidade de Pelotas), como consumidora dos serviços dessa empresa, corrobora:

[...] eu me lembro que o dia que a gente foi assaltado e a gente chamou a NASF pra ver quanto que eles cobravam pra colocar as placas aqui, e lá em casa...eles chegaram primeiro que a Brigada Militar, eles pediram pra ver as câmeras de segurança, eles se interessaram pra ver quem era, onde morava, não sei o que e a... eles mobilizam, eles tem muita... eles tinham muitos recursos... eles tinham carro, eles tinham moto, eles tinham muita gente na rua. Isso aí te dá muita segurança porque tu ligas, a pessoa chega (AMANDA CABRAL, 24/03/2017).

É, por outro lado, a relativa flexibilidade para se fazer dos serviços dessa empresa, o que, como nos relataram Rogério e Felipe, para o caso de Rio Grande, e Celso, para o caso de Pelotas, diz respeito tanto às maneiras de prestação do serviço quanto aos compromissos que são assumidos na prestação dele. São esses elementos, que comenta Amanda, que justificam o consumo de dispositivos de securitização, sobre o qual apresentarei alguns elementos destacáveis nas cidades de Pelotas e Rio Grande, na seção a seguir.

## 5.2 Os consumidores de segurança

Se os prestadores de serviços de segurança privada jogam com as expectativas dos consumidores, é porque:

Nesse processo, expectativas ficcionais são importantes em dois aspectos. Em primeiro lugar, elas geram associações positivas com os produtos antes que eles sejam efetivamente comprados. [...] Esses laços simbólicos com o transcendental desempenham um papel cada vez mais importante para estimular o consumo nas economias saturadas do capitalismo desenvolvido. Em segundo lugar, as expectativas dos consumidores são ficcionais no sentido de, no primeiro momento, um produto adquirir valor narrativamente, por intermédio de interpretações de sua materialidade. Essas expectativas são ficcionais porque dizem respeito a associações, prévias à compra de um produto, que evocam múltiplas expectativas de gratificação futura, a ponto de efetivamente motivar a aquisição (BECKERT, 2017, p. 184).

Associações de gratificação que se expressam em “tranquilidade”, mesmo precária, não absoluta, mas pelo menos a possibilidade de sentir um pouco de proteção e de cuidado. São essas as principais associações que os consumidores fazem quando projetam a opção de consumir *dispositivos de securitização*. Isto é, estamos diante um consumo moralizado. Nos termos de Stehr e Adolf (2010, p. 222): “Uma moralização do consumo demanda novos bens, produtos que possam

ser vendidos em harmonia com as premissas morais dos compradores” (tradução nossa).

Andressa (35 anos, com graduação em ciências contábeis, trabalha em Rio Grande) expressou o anterior com clareza, quanto comenta que:

*A gente agora estamos comprando um apartamento e nós vamos botar alarme. Vamos instalar alarme e com câmera, porque a gente passa todo o dia fora, no apartamento. Eu escolhi, eu não quero morar em casa, porque morar em casa é bem mais perigoso. Como a gente passa todo o dia na rua, nós compramos um apartamento, num condomínio fechado, e acredito que aí vão contratar segurança privada, né?, porque é o que está no contrato. Então, digamos que é um pouco mais seguro (ANDRESSA CARDOSO, 23/11/2017).*

Por sua vez, Bento (25 anos, dono de comércio em Pelotas, cidade da qual é natural), que mora numa casa, também consome *dispositivos de securitização* como um imperativo moral. Ele diz,

*[...] na verdade já faz parte da minha...eu sinto falta se dá algum problema, porque eu tenho o monitoramento via celular também, né? Eu posso, se disparar o alarme, além deles me ligarem, eu posso olhar pela câmera assim, mas eu acho que...eu acho bem...na verdade essencial hoje pra mim (BENTO MARTINS, 25/03/2017).*

Enquanto que na sua loja Bento é um dos muitos pequenos e medianos comerciantes que contratam dois serviços de segurança privada, como ele mesmo os distingue: “*uma empresa regular e outra ‘fora do padrão’*” (BENTO MARTINS, 25/03/2017). Prática também de Celso, como explicava acima, e que é muito visível nas fachadas de locais comerciais, principalmente pequenos e medianos, na cidade de Pelotas – embora já em Rio Grande, especificamente no Cassino, com a chegada de *S.I.N.A.I. – Segurança Intensiva* essa prática começa a ser comum. É possível que essa prática esteja facilitada pela “flexibilidade” que caracteriza esse âmbito, segundo a qual existe sempre a opção de trocar de prestador de serviço com facilidade, se o consumidor começa a sentir que não está sendo *protegido e cuidado* adequada ou suficientemente (figuras 42 e 43).



Figura 42 – Fotografia de placas em fachadas de lojas no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, agosto, 2017.



Figura 43 – Fotografia de placas em fachada de local no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

Amanda teve uma experiência desse tipo que vale a pena comentar.

[...] porque nós antes da NASF, nós pagávamos uns que eles diziam que era vinte e quatro horas e meu marido questionou e disse assim: - Então, quem sabe se você começa a coloca... se você fica mesmo fazendo essa ronda, você começa a colocar bilhetinhos embaixo da porta: estou aqui tal hora, estive aqui tal hora, né?, porque eu tô dormindo mas daí eu gostaria de saber se tu tá ou não. E eles não gostaram muito [...]. Teve um que chegou até alcoolizado uma vez... chegou alcoolizado, pra receber dinheiro mensal, né? ... alcoolizado e tá trabalhando alcoolizado... pô... tu vê que o cara não tá trabalhando, tá ali pra pegar dinheiro (AMANDA CABRAL, 23/03/2017).

Nesse ponto, a ruptura teve a ver com a perda do laço de confiança entre prestador e consumidor, fazendo com que Amanda contratasse outra empresa, tal como ela comentava acima. Esse ponto da confiança foi explorado também no questionário aplicado diante das perguntas: “O quanto você confia na segurança privada?” e “O quanto você confia na segurança pública?”, de cujas respostas se obteve que, para o caso da segurança privada, a confiança é pouca, semelhante às opiniões sobre a segurança pública, também definida como pouca, mas próxima a nada. Uma tentativa de explicação para a qualidade da confiança na segurança privada pode estar nas afirmações feitas acerca de se esse tipo de segurança resolve ou não os problemas advindos da insegurança, nas quais obtivemos respostas tais como: “Não resolve, ameniza”, “Não, inibe”, “Não resolve porque só enfrenta as consequências do problema”.

Veja-se que o consumo dos dispositivos não é nem conspícuo, nem banal, no sentido de ser um consumo que é exclusivo de certas classes e grupos sociais a fim de se diferenciar. Isto não quer dizer, no entanto, que em determinadas situações, a

ostentação e a banalidade formem parte dele. A expressão desse consumo em Pelotas e Rio Grande, pelo menos partindo das áreas observadas em cada cidade, responde mais ao que Heller (1994) indica como parte desse saber cotidiano no qual está sustentada a moral, entendida como aquelas exigências que o indivíduo incorpora na sua vida para reger suas atividades cotidianas.

Destarte, o consumo de *dispositivos de securitização* é uma forma de expressar as moralidades. Isto é, uma forma de avaliar, de valorar, de apreciar a proteção e o cuidado. Nesse ponto, Stark (2017, p. 10-11) faz uma distinção desses processos nos termos de que o *worth*, que prefiro traduzir pela expressão *valoração*<sup>26</sup>, mesmo sendo possível apenas nas situações, pode ter dois desdobramentos que remetem quer a dimensão do *price* (preço), quer à do *prize* (prêmio). No caso da primeira, é possível pensar nos termos de *precificação*, que é a lógica comum das relações e transações econômicas nos mercados; enquanto que a dimensão do *prize* – sendo que, para Stark, é a mais importante para analisarmos as relações sociais – remete à nossa cotidianidade, na medida em que ela aponta às *apreciações* que fazemos corriqueiramente e que vão das mais simples às mais complexas, que podem ser compreendidas como *gratificações*. Assim, essas *apreciações* se convertem em lógicas que estão embutidas nas justificações, nas *valorações*, não apenas no âmbito da economia, mas no da vida cotidiana. Por fim, esses processos vão ter uma ligação com a dimensão do *price*, da *precificação* (STARK, 2017, p. 11, tradução nossa).

Aqui valem as perguntas do tipo seguinte: como se chega a colocar preço a um serviço de guarda noturna ou de ronda móvel ou de escolta no fechamento do comércio? Quais são os elementos objetivados nessa *precificação*? Quanto vale, por exemplo, a garantia de que, caso o morador de um condomínio “se sinta inseguro ao entrar ou sair do prédio, ou perceber situações suspeitas” (figura 44), possa ligar para uma empresa de segurança privada para protegê-lo?

---

<sup>26</sup> A palavra *worth* é uma expressão de difícil tradução (cfr. p.e. a nota das tradutoras ao artigo de Lamont, 2013), que prefiro pensá-la como que *vale a pena* (*it's worth*), e, assim, como *valoração*. Daí que essa ideia guarde estreita relação com a de moralidade, no sentido que Fourcade e Healy (2007) dão, quando esboçam o desenrolar das visões morais (*moral views*) sobre as sociedades de mercado.

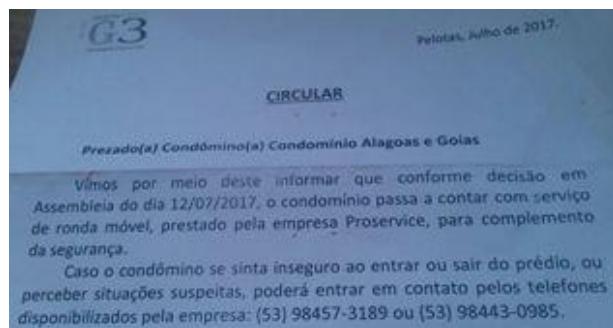


Figura 44 – Fotografia de circular informando sobre a contratação de serviço de segurança privada, condomínio residencial no Centro, Pelotas - RS. Fonte: fotografia cedida gentilmente por ED – sem autorização para revelar o nome, julho, 2017.

Uma tentativa de resposta tem a ver com a dimensão do *prize*, da *gratificação* que menciona Stark (2017) e que se atrela àquilo que analisava na parte 3, de como sentir-se seguro é sentir-se tranquilo, protegido, cuidado. Veja-se, então, como o consumo desse serviço que mostro na figura anterior, no fundo é isso, é contar com um “complemento da segurança” via um serviço de “ronda móvel”, cuja contratação foi fruto do *consenso intersubjetivo* ao qual chegaram os condôminos numa assembleia.

Essa ligação obtém o seu ápice quando o valor dos imóveis, por exemplo, começa a ser maior quanto mais *dispositivos da securitização* eles tiverem. Ou seja, passa a ser mais *apreciado*, portanto, *valorado* aquele imóvel que possua dispositivos tais que garantem a segurança. Não é à toa que seja cada vez mais frequente o uso da *segurança* para captar potenciais compradores de apartamentos, casas ou mesmo terrenos (figura 45), em espaços controlados como condomínios fechados ou loteamentos, onde são precisamente os dispositivos da vigilância, do medo e do controle dos riscos os que levam destaque. O que, precisamente, Andressa nos comentou, acima, sobre a escolha de morar em apartamento num condomínio fechado.



Figura 45 – Fotografia de outdoor na via de acesso ao Cassino, Rio Grande - RS. Fonte: fotografia própria, novembro, 2017.

Processos semelhantes acontecem também em condomínios antigos, que não foram planejados para ter esses *dispositivos de securitização*, mas onde os moradores estão se organizando para adaptá-los, mesmo que isso gere novas despesas (figura 44). Também em prédios de moradia de interesse social, como os denominados *PAR* – *Programa de Arrendamento Residencial*, nos quais os residentes começam a exigir a contemplação desses dispositivos nos projetos (COSSWIG, 2011). De alguma maneira, são os imaginários da insegurança procurando ter uma materialidade por meio da incorporação desses dispositivos. O que não significa que esse é um consumo conspícuo ou que seja tal o seu valor posicional (BECKERT, 2010) que ative uma espécie de desejo incontido nas pessoas. É mais um processo de consumo para reafirmar os imperativos que a moralidade cotidiana lhes coloca aos indivíduos, contanto isso lhes gere as condições para agir de modo certo.

## **6 Considerações finais**

Os imaginários da insegurança estão cheios de significações sociais que dizem respeito ao medo como “motor” que liga as “desventuras” de viver em cidades que têm tido que se ajustar às novas lógicas que trouxeram a insegurança, como identifiquei na fala da maioria dos oito entrevistados, que aconteceu com o Polo Naval de Rio Grande, com a certeza de que já não é mais possível reverter o estado da questão. Ou seja, os imaginários da insegurança se alimentam – e alimentam – um pessimismo generalizado segundo o qual se vive uma “guerra”, ou quanto menos, uma mudança societal de grandes magnitudes que dificultam enxergar um futuro “tranquilo” e com “liberdade”.

Esses processos geram uma *narrativa de senso comum*, às vezes um pouco exagerada ou com imprecisões, cujos efeitos mais destacáveis são as delimitações das significações sociais e dos sujeitos que se assumem como “bodes expiatórios”, como aquilo que é estranho, “o outro”. Isto é, as culpas são *dos outros*, que são todos aqueles diferentes, perigosos, por vezes consumidores de drogas, por outras, jovens, ou qualquer pessoa que possa se encaixar no estereótipo que distingue o seguro do inseguro, a tranquilidade do medo. Os desempregados, os “nordestinos”, os “baianos” que, conforme as falas de alguns informantes, são personagens visíveis transformados em “bodes expiatórios” nos imaginários da insegurança. Mas não apenas os “personagens” recebem a culpa da insegurança pelos moradores. Os lugares públicos, passeios, ruas, zonas, também são, às vezes, classificados como “perigosos”, a exemplo, do Canalete e da Praça Tamandaré na área central da cidade de Rio Grande, e a zona próxima ao Porto, em Pelotas. Lugares considerados pelos informantes como mais inseguros.

Essa narrativa do senso comum não fica apenas como ideias que se compartilham, que se socializam, mas como a justificativa das mudanças nas

práticas do dia a dia; que se convertem em exigências morais que instituem as bases que simultaneamente ajudam a configurar os *imaginários da insegurança*. Os indivíduos não ficam no desabafo, sofrendo a “insegurança”, eles agem, eles geram estratégias para refreá-la, nas quais aqueles imaginários adquirem *materialidade*. Nem sempre essas estratégias tendem à ação coletiva, de acordo com a análise dos dados da pesquisa, é praticamente nula a possibilidade dos moradores se organizarem para “lutar” contra a insegurança, compreendida por eles como um problema maior da sociedade. Observei que, para os moradores e comerciantes, há formas de organização para garantir a proteção e o cuidado de uma quadra ou de um condomínio. Portanto, as estratégias ficam na esfera privada, e atingem as relações de intimidade. Isso gera três transformações societais: (1) na vida cotidiana, especialmente no que diz respeito às formas de atividade cotidiana: trabalho, estudo, lazer; (2) na sociabilidade, estreitamente vinculada à vida cotidiana, incide na família, nas amizades, na vizinhança e, portanto, na possibilidade convivência no espaço *público*; e, (3) na paisagem urbana que “absorve” a materialidade das transformações na cotidianidade e na sociabilidade, que se expressará com muita força a partir dos *dispositivos de securitização* (placas, grades, câmeras, seguranças, etc.).

No que tange à primeira transformação societal, destaco os casos de Andressa (35 anos, entrevistada em Rio Grande, onde vive há mais de dez anos, formada em ciências contábeis) e de Bento (25 anos, entrevistado em Pelotas, pelotense e dono de comércio), por serem os entrevistados que mais claramente têm transformado sua cotidianidade, virando o espaço íntimo o único espaço seguro, sempre que se tenham dispositivos de securitização para protegê-los e cuidá-los. É só lembrar que Andressa e seu esposo compraram um apartamento num condomínio fechado e que cogitam a possibilidade de instalar câmeras por conta própria naquele seu novo lar. Ou a consciência que tem o entrevistado Bento acerca da aparência da sua casa, a de um presídio, mas que isso não é importante contanto lhe dá tranquilidade.

Mas não é somente isso que eles têm racionalizado dos seus imaginários da insegurança, são outros detalhes, que poderiam passar como banais ou pouco importantes, mas que fazem parte dessa cotidianidade “modificada”: é não usar mais bolsa, como nos casos da própria Andressa e de Amanda (42 anos, entrevistada em Pelotas, cidade onde era dona de um comércio de alimentação); deixar de ir a pé

aos lugares próximos, ou em geral, depender do carro para se locomover a qualquer parte. Isso é o que Guilherme (40 anos, comerciante, pelotense) comentava acerca do esvaziamento das ruas da cidade, ou a decadência e desaparecimento de espaços como o *clube*, ao que fazia Felipe (59 anos, riograndino, comerciante) referência.

Veja-se que somente estou recapitulando a partir dos entrevistados, mas isso também está nas opiniões daqueles que preencheram o questionário, tal como expus nas partes 3 e 4 desta dissertação. Também, isso se reflete na paisagem urbana, à qual, podemos dizer, a “insegurança” impõe à cotidianidade as grades, os muros, os seguranças; enfim, dispositivos de securitização que interferem nas formas de interação dos moradores.

A sociabilidade, como segunda transformação societal, é uma fundada no medo e na vigilância. Como a rua, o parque, a praça, o calçadão, a avenida, o ônibus, o *shopping* são lugares suspeitos, inseguros, o que resta? A casa, o espaço íntimo composto por familiares e amizades mais próximas. Dessa forma, a sociabilidade é menos expansiva, no sentido de inclusiva, de heterogênea, de plural. Está virando uma sociabilidade entre iguais, mas que é excludente, que está fundada na suspeita e na afirmação de que aquele que seja diferente é perigoso. Veja-se o caso do condomínio que contratou um serviço de ronda móvel (figura 41) no caso de algum morador “perceber situações suspeitas”. É, também, o raciocínio ao qual chegou Rogério (60 anos, comerciante em Cassino, Rio Grande, onde mora há 35 anos) depois de ter sido arrombado seu comércio, esta situação o fez contratar um serviço de ronda pelo qual o comerciante telefona àquele prestador de serviços, no caso de observar algo suspeito.

É também uma sociabilidade fundada na angústia, pois mesmo estando em lugar íntimo – a casa –, em companhia de familiares e amigos, deve-se manter a “guarda alta”, “cuidando o portão”, no caso de que alguém possa entrar e cometer algum delito, tal como o expressava Guilherme. Essa angústia é, também, displicênciça e desconfiança para com os outros, pois na medida em que estes são “estranhos”, “diferentes”, “ninguém se detém diante do pedido de informação de outra pessoa”, como comentava Andressa. O resultado é uma sociabilidade na qual se torna difícil lidar com aquilo que não é igual, ou pelo menos que possa ser controlado. Daí que vigiar os outros seja uma resposta, pois, colocando uma

câmera, um porteiro, um segurança, ou mantendo uma viatura fazendo rondas no dia e na noite, sejam a novas pautas na sociabilidade que se *normalizam*.

Essas restrições da sociabilidade criam limites para a ação naqueles lugares outrora centrais para o desenvolvimento de identidades e para ressignificar os sentidos que conformam a vida das pessoas que, logo, nos permitirá alcançar os consensos necessários para suportar a sociedade. Nesse ponto, se a praça, o parque, a academia, o restaurante, o shopping já não podem ser mais visitados – ou quanto menos, com muitas restrições – pela insegurança que os circunda, não resta mais do que as alternativas de ir às casas de amigos, depender de alguém de confiança para se deslocar. Enfim, um conjunto de novas pautas que informam nossas práticas, geralmente na forma de restrições: não usar mais bolsa, não ir mais de ônibus, não sair depois de determinados horários, ou assistir apenas àquelas atividades que garantam *proteção*.

Nesse sentido, as sociabilidades do medo estão marcadas pela falta de confiança no Estado, governo, polícia, judiciário, nas esferas públicas de decisão para alcançar soluções aos problemas associados à insegurança. Essa desconfiança é, também, em relação aos prestadores de serviços de segurança privada. Neste último caso, trata-se de não entregar um “cheque em branco” a esses empreendedores. *Consumir segurança* se enquadra num substrato que mistura medo, vigilância e risco na forma de *imaginários da insegurança*. Tais imaginários prezam pela eficácia; isto é, por *dispositivos de securitização* que impeçam – ou pelo menos que *inibam* – as ações contra o patrimônio ou a vida. Assim, na hora do consumo e, consequentemente, na conformação do mercado da segurança privada, são postas no jogo as expectativas de prestadores e consumidores, os que outorgam também valores imaginários a esses dispositivos. Isso gera *moralidades*.

Mas são moralidades fundadas num *paradoxo*, pois na mesma medida em que prezam por liberdade e tranquilidade, se valem de estratégias que acabam cerceando essa pretensa liberdade. Ou seja, as ressignificações dos imaginários da insegurança abrem caminhos para entregar parte da privacidade, contanto que isso garanta certo grau de proteção. Consequentemente está normalizado o fato de sermos gravados, vigiados e monitorados em todo lugar, público ou privado; chegando inclusive a ficar em estado de ansiedade quando não se conta com esse tipo de proteção. O caso de Bento é ilustrativo dessa atitude.

A terceira transformação societal diz respeito à paisagem urbana. De acordo com o analisado nesta dissertação, é plausível dizer que as cidades de Pelotas e Rio Grande têm mudado sua paisagem urbana, passando a ter nela incorporados um conjunto de *dispositivos de securitização*. Isto gera uma normalização deles no espaço. Esses dispositivos são também as materialidades dos imaginários da insegurança, na medida em que eles expressam e geram efeitos associados ao medo, à vigilância, até à violência. Eles estão naturalizados e são compreendidos como necessários. Isto é, é “o certo” consumi-los, tê-los, exibi-los, pois eles representam uma resposta à “guerra não declarada” que pretende se livrar da criminalidade, da *insegurança*. Como dito acima, estamos diante de uma moralidade, na qual a sociedade está nos dando as pautas que devem guiar nossa cotidianidade. Essas pautas se centram na ideia de evitar riscos e procurar os meios para se proteger, o que “obriga” ou os “persuade” a consumir segurança, e esse consumo se enraiza na paisagem. A placa ou o adesivo são objetos que uma casa, um prédio, um local comercial exibe com normalidade, passando a ser objeto de possíveis questionamentos as razões que possam levar alguém a não ter um desses objetos na fachada, pois isso entraria no âmbito de um agir errôneo que dificultaria uma vida cotidiana “bem sucedida”.

Se concordarmos que esses imaginários são tanto criação intersubjetiva de significações sociais sobre o que gira em torno à questão da insegurança, quanto os suportes simbólicos que dão sentido às práticas cotidianas dos indivíduos, então será possível compreendermos como a insegurança, mesmo na ambiguidade da sua própria definição, é o que justifica as transformações na vida cotidiana, na sociabilidade e na própria cidade. Explica como, por exemplo, Andressa botou grade em toda a sua casa, sai de casa sem bolsa, sem celular, sem documentos, apenas com as chaves da casa e do trabalho; ou como Bento sabia que, ao comprar a sua casa, uma das primeiras coisas a fazer era colocar alarme, cerca elétrica, câmeras e concertina. Ou como Amanda, na hora de sofrer um assalto na sua loja, não ligou para a Brigada Militar, mas para a empresa de segurança privada mais popular e “eficaz” da cidade, na época.

No entanto, isso não é uma operação que fazem somente os indivíduos, pois os prestadores de serviços também “exploram” os *imaginários da insegurança* para se manter “no jogo” e conseguir interpretar e canalizar da melhor maneira possível essa busca quase incessante de tranquilidade. Como analisado acima, os

prestadores de serviços de segurança privada têm sabido se movimentar no meio das expectativas dos consumidores. Isso explica, por exemplo, a centralidade que as placas têm, pois elas não apenas *marcam* o local, elas são uma expressão da materialidade dos imaginários da segurança. Nesse sentido, as placas são um dispositivo de *securitização* considerado eficaz, dado o fato de que tê-las nas fachadas, nas janelas, na frente da casa ou local, já é considerado uma *proteção*.

Destarte, estamos diante de *valorações* que têm duas expressões: uma sócio-simbólica, e uma sócio-material. A primeira parece ocultar as preocupações sobre o bem comum, ficando atrelada às considerações da esfera privada, íntima das pessoas. A segunda tem a ver com as valorações e suas materialidades na paisagem, ou seja, elas não ficam restritas ao âmbito exclusivo dos imaginários, senão que tem expressões concretas. A junção dessas valorações cria uma *normalização*, cujos efeitos não foram analisados o suficiente nesta pesquisa. É por isso que acredito ser muito importante fazer uma análise mais acurada sobre duas facetas: o papel da mídia e das redes sociais na ressignificação dos imaginários; e a exploração detalhada do mundo dos prestadores de serviços de segurança privada.

No entanto, a análise apresentada na parte 5, deixa traços para, mais adiante, me dedicar ao estudo do quadro do mercado dos prestadores de serviços de segurança privada, pelo qual sejam abordados mais profundamente os valores e as lógicas culturais e econômicas destes prestadores. Isto porque, entendo que no mercado da segurança privada as significações entre os atores: prestadores, Estado e consumidores configuram *moralidades* que transformam a vida nas cidades.

## Referências

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. X, nº 2, 1995, p. 299-342.

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo social**, São Paulo, vol. 10, nº 1, 1998, p. 19-47.

AMEGEIRAS, Aldo Rubén. El abordaje etnográfico en la investigación social. In: VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (coord.). **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006, p. 107-151.

ARTEAGA BOTELLO, Nelsón. Surveillance Studies: an agenda for Latin American. **Surveillance & Society**, vol. 10, nº 1, 2012, p. 5-17.

BALLARD, Richard. *Bunkers para a psique: como comunidades cercadas têm permitido a privatização do apartheid na África do Sul democrática*. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014, p. 69-84.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKERT, Jens. **The transcending power of goods**: imaginative value in the economy. MPIfG Discussions Papers 10/4. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Societies, 2010.

BECKERT, Jens. Reimaginando a dinâmica capitalista. Expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 29, n. 1, 2017, p. 165-189.

BRUNN, Stanley D. Gated minds and gated lives as worlds of exclusion and fear. **GeoJornal**, nº 66, 2006, p. 5-13.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / EDUSP, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSWIG, Mateus Treptow. *A utilização de aparatos de segurança e a satisfação dos usuários de habitação de interesse social: um estudo de caso para o PAR em Pelotas, RS.* 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

DURAND, Gilbert. **Las estructuras simbólicas de lo imaginario.** Madrid: Taurus, 1981.

DURINGTON, Matthew. Suburban fear, media and gated communities in Durban, South Africa. **Home Cultures**, vol. 6, nº 1, 2009, p. 71-88.

FERNANDES, José Luis. Imaginários da insegurança. **OlhareSeguros**, vol. 1, nº 2, 1999, p. 19-21.

FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Moral views of market society. **Annual Review of Sociology**, vol. 33, 2007, p. 285-311.

FUREDÍ, Frank. **Culture of fear:** risk-taking and the morality of low expectation. London/New York: Continuum, 2002[1997].

GEERTZ, Clifford. **La interpretación de las culturas.** Barcelona: Gedisa, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLASSNER, Barry. **The culture of fear.** New York: Basic Books, 1999.

GLASSNER, Barry. Narrative techniques of fear mongering. **Social Research**, vol. 71, nº 74, 2004, p. 819-826.

GOONEWARDENA, Kanishka. Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y el Estado. **Urban**, Madrid, nº 2, 2011, p. 1-15.

GRAMSCI, Antonio. **Antología:** selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1980[1970].

GREEN, Nicola; ZURAWSKI, Nils. Surveillance and ethnography: researching surveillance as everyday life. **Surveillance & Society**, vol. 13, nº 1, 2015, p. 27-43.

GROSSI PORTO, Maria Estela. Apresentação. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. X, nº 2, 1995, p. 265-277.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**, 2: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martin Fontes, 2012.

HARRISON, Helena; BIRKS, Melanie; FRANKLIN, Richard; MILLS, Jane. Case study research: foundations and methodological orientations. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, vol. 18, nº 1, 2017, <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1701195>>.

HELLER, Ágnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1994.

HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. **Revista Eure**, vol. XXXIII, nº 99, 2007, p. 17-30.

KESSLER, Gabriel. **El sentimiento de inseguridad**: sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

KESSLER, Gabriel. O sentimento de insegurança e o medo na Argentina. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014, p. 55-67.

LAMONT, Michèle. Em direção a uma sociologia comparativa da valoração e da avaliação. **NORUS**, Pelotas, vol. 1, nº 1, 2013, p. 7-37.

LEFEBVRE, Henri. **Lo rural y lo urbano**. Madrid: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LINDÓN VILLORÍA, Alicia. Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana. **Revista Veredas**, Iztapalapa, vol. 5, nº 8, 2004, p. 39-60.

LOPES, Ruth Gonçalves de Faria. Do senso comum à filosofia: apontamentos sobre minha leitura de Gramsci. **Linhas críticas**, Brasília, vol. 1, nº 1, 1995, p. 40-43.

LORENC, VALCARCE, Federico. Vendendo segurança: a construção social dos mercados de vigilância e proteção na Argentina. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, vol. 4, n. 2, 2012.

LORENC VALCARCE, Federico. **Seguridad privada**: la mercantilización de la vigilancia y la protección en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2014.

MALDONADO, Alejandro. A construção de imaginários da (in)segurança: reflexões a partir das placas das empresas de segurança privada em Pelotas-RS. **Anais VIII Seminário Nacional de Sociologia & Política**, Curitiba, 2017, <[http://e-democracia.com.br/sociologia/anais\\_2017/pdf/GT06-08.pdf](http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/pdf/GT06-08.pdf)>.

MARI, César Luiz de; GRADE, Marlene. O senso comum e a educação em Antonio Gramsci: dimensões singulares da práxis. In: MARI, Cezar Luiz de; COELHO, Edgar Pereira; SANTOS, Geraldo Marcio Alves (orgs.). **Educação e formação humana**: múltiplos olhares sobre a práxis educativa. Curitiba: CRV, 2012, p. 119-130.

MATO, Daniel. Esboço de uma linha de investigação em cultura e transformações sociais em tempos de globalização. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel (org.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATO, Daniel. Cultura, comunicación y transformaciones sociales en tiempos de globalización. In: MATO, Daniel; MALDONADO FERMÍN, Alejandro. (orgs.). **Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 13-84.

MATO, Daniel; MALDONADO FERMÍN, Alejandro; REY, Enrique. **Interculturalidad y comunicación intercultural**: Propuesta teórica y estudio de experiencias de participación social en la gestión de servicios públicos en una comunidad popular de la ciudad de Caracas. Caracas: CDCH/Universidad Central de Venezuela, 2011.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998[1988].

MONGARDINI, Carlo. **Miedo y sociedad**. Madrid: Alianza, 2007.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, 1999.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, nº 79, p. 15-38. 2010.

NEIMAN, Guillermo; QUARANTA, Germán. Los estudios de caso en la investigación sociológica. In: VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (coord.). **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006, p. 213-237.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Horizontes de condomínios: muros, medos e perigos. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014, p. 85-99.

RAPOORT, Michele. The home under surveillance: a tripartite assemblage. **Surveillance & Society**, vol. 10, nº 3-4, 2012, p. 320-333.

REGUILLO, Rossana. Los laberintos del miedo. Un recorrido para fin de siglo. **Revista Estudios Sociales**, nº 6, 2000, p. 63-72.

REGUILLO, Rossana. Sociabilidad, inseguridad y miedos. Una trilogía para pensar la ciudad contemporánea. **Alteridades**, Iztapalapa, vol. 18, nº 36, 2008, p. 63-74.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Antropologia de e na cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Cidade sitiada, o medo como intriga. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014, p. 31-51.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; UEDA, Vanda. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 379-411.

STAKE, Robert E. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. (eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

STARK, David. *For what it's worth*. Working paper. 2017.

STEHR, Nico; ADOLF, Marian. Consumption between markets and morals: a socio-cultural consideration of moralized markets. **European Journal of Social Theory**, vol. 13, nº 2, 2010, p. 213-218.

STEINER, Phillip. Mercado, transação e laços sociais: a abordagem da sociologia econômica. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, vol. 20, n. 42, 2012, p. 111-120.

SVAMPA, Maristela. **Los que ganaron**: la vida en los countries e barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. Televisão, hipercrimes e violências na Modernidade Tardia. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (orgs.). **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2011, p. 39-55.

VELHO, Gilberto. Medo, insegurança e violência. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014, p. 17-21.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. La investigación cualitativa. In: VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (coord.). **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006, p. 23-64.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. X, nº 2, 1995, p. 391-416.

## **Apêndices**

## Apêndice A – Questionário



Projeto de Pesquisa

**Imaginários da insegurança:** segurança e vida cotidiana nas cidades de Pelotas e Rio Grande - RS

Alejandro R. Maldonado Fermín

**Data:**

A seguir, encontrará um conjunto de perguntas cujas respostas permitirão cumprir com os objetivos propostos na pesquisa. As informações por você fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, portanto fica garantido seu anonimato.

Por favor leia com atenção cada pergunta e escolha as respostas que melhor se encaixem com seu parecer sobre cada questão. Muito obrigado pela sua colaboração.

1. Sexo  
a) Feminino   
b) Masculino

2. Idade  
a) 10 - 19 anos   
b) 20 - 29 anos   
c) 30 - 39 anos   
d) 40 - 49 anos   
e) 50 - 59 anos   
f) 60 - 69 anos   
g) 70 ou mais

3. Escolaridade  
a) E.F. incompleto   
b) E.F. completo   
c) E.M. incompleto   
d) E.M. completo   
e) E.S. incompleto   
f) E.S. completo

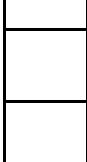
4. Localidade  
a) Pelotas   
b) Rio Grande

5. Bairro:

6. Você já teve alguma experiência pessoal que o faça pensar na insegurança?  
a) Sim   
b) Não

7. Dos seguintes itens, marque com um X quais você associa a ideia de INSEGURANÇA: (pode marcar até três)  
a) Medo  b) Violência  c) Vigilância   
d) Risco  e) Terror  f) Crime   
g) Homicídio  h) Impunidade  i) Tráfico de drogas   
j) Falta de policiamento

8. Dos seguintes itens, marque com um X quais você associa a ideia de SEGURANÇA: (pode marcar até três)  
a) Tranquilidade  b) Paz  c) Vigilância

- d) Certeza  
g) Respeito à vida  
j) Policiamento
- 

- e) Concórdia  
h) Punição
- 
- f) Controle  
i) Combate às drogas
- 

9. Complete por favor as frases seguintes:

- a) Sentir-se inseguro é:
- 

- b) Sentir-se seguro é:
- 

10. Com que frequencia falam da insegurança familiares, amigos, colegas de trabalho ou estudo?

- a) Sempre      
- b) Muito      
- c) Às vezes      
- d) Pouco      
- e) Nada      

11. Quando falam da insegurança, poderia dizer quais são as três questões que geralmente são destaque nas conversas?

- a)
- 
- b)
- 
- c)
- 

12. De qual maneira você se informa das questões que dizem respeito à insegurança? (pode marcar até três opções)

- a) Jornal  
b) Noticiário na TV ou na Rádio  
c) Programa na TV  
d) Facebook/Twitter  
e) Grupo de WhatsApp
- 

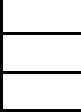
13. Quanto tem mudado seu dia a dia devido à insegurança?

- a) Muito      
- b) Algo      
- c) Pouco      
- d) Nada      

14. Descreva brevemente quais as mudanças que seu dia a dia tem tido devido à insegurança?



15. A partir dessas mudanças, qual dos seguintes enunciados define melhor a sua situação atual? (Marque com X apenas aquele enunciado que se ajuste melhor)

- a) Me sinto bem mais seguro(a) agora  
b) Embora me sinta um pouco mais seguro, ainda não é o suficiente  
c) Mesmo fazendo mudanças no meu dia a dia, ainda me sinto inseguro(a)
- 

16. Descreva brevemente o que é a segurança privada para você



[Large empty rectangular box for writing]

17. Você utiliza algum serviço privado de segurança?

a) Sim

[Small rectangular box for marking]

b) Não

c) Por quê?

[Large empty rectangular box for writing]

18. Da seguinte lista de serviços de segurança privada, por favor marque com um X quais são fundamentais para você (pode seleccionar até três)

a) Câmeras

[Small rectangular box for marking]

d) Consertina

[Small rectangular box for marking]

g) Zelador /  
Guarda

[Small rectangular box for marking]

j) Outro,  
qual?

[Large empty horizontal line for writing]

b) Alarme

[Small rectangular box for marking]

e) Ronda  
móvel 24hs

[Small rectangular box for marking]

h) Vigilante

[Small rectangular box for marking]

c) Cerca  
elétrica

[Small rectangular box for marking]

f) Escolta

i)  
Patrulhament  
o

19. O quanto você confia na segurança privada?

a) Muito

[Small rectangular box for marking]

b) Pouco

[Small rectangular box for marking]

c) Nada

20. O quanto você confia na segurança pública?

a) Muito

[Small rectangular box for marking]

b) Pouco

c) Nada

21. Comente brevemente se a segurança privada resolve, ou não, os problemas da  
insegurança?

[Large empty rectangular box for writing]

## Apêndice B – Guia de tópicos entrevistas em profundidade

1 Segurança – o que é?

1.1 Segurança pública?

1.2 Segurança privada?

2 Pelotas / Rio Grande – natural ou não da cidade?

2.1 Quando “explodiu” a preocupação pela questão da insegurança?

2.2 Quando e em que medida essa questão se converteu num problema pessoal, que afetasse a sua vida, a da sua família.

2.3 Situação particular vivida de insegurança.

2.4 Transformações na cidade por conta dessa questão. O que? Como? Desde quando?

3 Vida cotidiana – Rotinas.

3.1 Família.

3.2 Trabalho.

3.3 Amizades.

3.4 Vizinhança.

3.5 Lazer.

3.6 Mudanças mais importantes nas rotinas pela questão da insegurança.

4 Dispositivos de securitização – objetos da segurança.

4.1 Os identifica, os consome?

4.2 Como interage com eles?

4.3 Valorações, apreciações sobre eles.

5 A insegurança noutras cidades.

Apêndice C – Listado de prestadores de serviços de segurança privada identificados mediante a observação nas cidades de Pelotas e Rio Grande – atualizada fev. 2018.

Os prestadores de serviços listados a seguir são os que foram levantados a partir da observação sistemática nas cidades de Pelotas e Rio Grande, entre agosto, 2016 e janeiro, 2018. Não recolhe todos prestadores de serviços que atuam nessas cidades, tampouco estabelece diferenças entre tipos de serviços prestados. A intenção é mostrar a magnitude do âmbito da segurança privada.

Pelotas	Rio Grande
1. TelealarmeBrasil.	1. Alarmes Mello.
2. Gildo Oliveira.	2. Telemar.
3. Alarmes Müller.	3. Rhonda 24 hs.
4. Holz Sistemas de Segurança.	4. Total Alarme monitorado.
5. Commander Segport.	5. Telealarme Brasil.
6. Protegepel.	6. Cooperativa de Segurança Patrimonial
7. Portpel Alarmes.	7. Alarmes Falcon.
8. Reprimir.	8. Premium Segurança Eletrônica.
9. Gaap.	9. VIP.
10. Sistemas de Segurança Silva.	10. SMA Segurança Eletrônica.
11. LM Alarmes.	11. Vigzul.
12. Bravopel.	12. Proservice.
13. Zeladoria JLF.	13. RG Alarme.
14. Força e Ação Tática.	14. Gildo Oliveira.
15. Foster Segurança Eletrônica.	15. Alarmes Müller.
16. Visiva Segurança e Tecnologia.	16. Vanguarda Zeladoria.
17. Segurpel.	17. S.I.N.A.I.
18. Defense Segurança e Portária.	18. Gaúcho.
19. Sul Alarmes.	19. Cema.
20. Alarme e Monitoramento Nunes.	20. Guardiões.
21. Alarmes Alerta.	21. Alarmes D'Castro.
22. Segursul.	22. GSR.
23. DMR Alarmes.	23. Vigillare.

24. Alarpel.	24. Alarmes Rio Grande.
25. D'Castrus Alarmes.	25. Sheriff.
26. Leão Segurança Comunitária.	26. Shield.
27. Alarme Sul.	27. Por Tare Alarme e Segurança.
28. JL Sistemas de Segurança.	28. Qualiseg.
29. JC Alarmes.	29. Conseg.
30. SEASP Serviços Especiais.	30. Grupo Epavi.
31. AMC Alarmes.	31. Grupo GRM.
32. Fama Serviços Especiais.	32. Rudder.
33. AV Segurança Eletrônica.	33. Alarme Patrimônios.
34. Segurança Comunitária Maciel.	34. Eletrotec.
35. Comando.	35. Security House.
36. Grupo Fonseca.	36. Proseg.
37. Wanguarda.	37. ARM Segurança.
38. Pro Service Segurança Patrimonial.	38. Segurytel.
39. Sparta.	39. Perímetro.
40. Alartec.	40. Ativa Segurança Privada.
41. Grupo GRM.	41. Segurança Patrimonial União.
42. GSM.	42. JR Eletrônica.
43. Vigillare.	
44. Vigitec.	
45. S.I.N.A.I.	
46. R.O.T.T.A.	
47. SWAT Segurança Patrimonial.	
48. Segurança Safe Life.	
49. Volz & Garcia Ronda Móvel.	
50. Anjos da Guarda Proteção.	
51. Garra.	
52. Total Segur.	
53. Rota Alarme.	
54. Mereb.	
55. Vtec.	

## Apêndice D – Seleção de fotografias 2016-2018.

A seguir apresento uma pequena seleção das fotografias que tenho tirado das materialidades dos imaginários da insegurança. São 18 fotos que acenam como as significações do medo e da vigilância se incrustam na paisagem urbana. Comecei minha coleção de fotos em agosto de 2016 e ainda não a fecho, pois continua sendo surpreendente para mim como em cada jornada de olhar aguçado aparecem mais e mais marcas, que merecem ser registradas. Espero que os leitores encontrem um fundamento imagético adicional para a compreensão das asseverações que compõem esta dissertação.



*Deus também está com medo,*  
vol. 1. Pelotas, abr., 2016.



*Deus também está com medo,*  
vol. 2. Rio Grande, mar., 2017.



*Deus também está com medo,*  
vol. 3. Pelotas, nov., 2017.



*Resultado: segurança.* Rio  
Grande, nov., 2017.



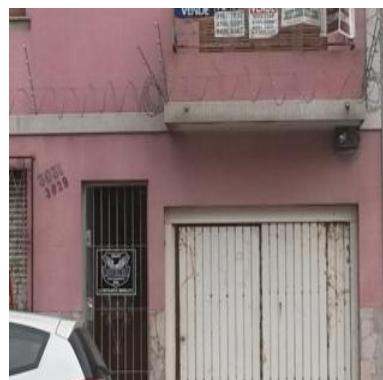
*Sorria para os guardiões!* Rio  
Grande, nov., 2017



*Ainda cuidamos aqui!* Rio  
Grande, out., 2017.



*Quem protege aos super-heróis?* Pelotas, nov., 2017



*A casa rosa.* Pelotas, nov. 2017



*Anjos da proteção.* Pelotas, jun., 2017.



*Lanches protegidos, vol. 1.* Cassino, mar., 2017.



*Lanches protegidos, vol. 2.* Rio Grande, nov., 2017.



*Lanches protegidos, vol. 3.* Rio Grande, nov., 2017.



*Caveiras protetoras.* Pelotas, abr., 2017.



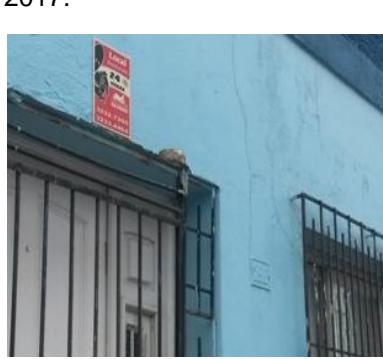
*Cães protetores.* Pelotas, jun., 2017.



*Chaves protegidas.* Pelotas, maio, 2017.



*Fortaleza riograndina, vol. 1.* Cassino, set. 2017.



*Fortaleza riograndina, vol. 2.* Rio Grande, out. 2017.



*Fortaleza riograndina, vol. 3.* Rio Grande, nov. 2017.